



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO- CAMPUS IV
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PATRÍCIA OLIVEIRA SANTANA DOS SANTOS

**A INVENÇÃO DA INFÂNCIA: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade
de Feira Nova (Orobó) no agreste pernambucano**

PATRÍCIA OLIVEIRA SANTANA DOS SANTOS

**A INVENÇÃO DA INFÂNCIA: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade
de Feira Nova (Orobó) no agreste pernambucano**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Antropologia para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dr^a. Flávia Ferreira Pires.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237i Santos, Patrícia Oliveira Santana dos.

A INVENÇÃO DA INFÂNCIA: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade de Feira Nova (Orobó) no agreste pernambucano / Patrícia Oliveira Santana dos Santos. -

João Pessoa, 2014.

144 f. : il.

Orientação: Flávia Ferreira Pires.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Escolarização. Infância. Ludicidade. PBF. Trabalho.

I. Pires, Flávia Ferreira. II. Título.

UFPB/BC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia



PATRÍCIA OLIVEIRA SANTANA DOS SANTOS

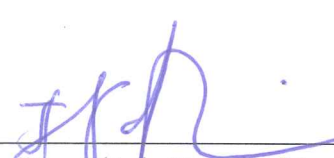
“A INVENÇÃO DA INFÂNCIA: o Programa Bolsa Família e as crianças da comunidade de Feira Nova (Orobó) no agreste pernambucano”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

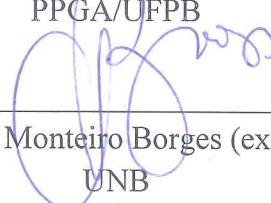
Resultado: APROVADO

Em: 07 de agosto de 2014.

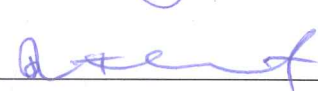
Banca examinadora



Prof. Dra. Flávia Ferreira Pires (orientadora)
PPGA/UFPB



Prof. Dra. Antonádia Monteiro Borges (examinadora externa)
UNB



Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento (examinador interno)
PPGA/UFPB

DEDICATÓRIA

“Peço perdão às crianças por dedicar este livro a uma pessoa grande. Tenho uma desculpa séria: essa pessoa grande é o melhor amigo que possuo no mundo. Tenho uma outra desculpa: essa pessoa grande é capaz de compreender todas as coisas, até mesmo os livros de criança. [...]. Se todas essas desculpas não bastam, eu dedico então esse livro à criança que essa pessoa grande já foi. Todas as pessoas grandes foram um dia crianças (mas poucas se lembram disso). Corrijo, portanto, a dedicatória...” (Antoine de Saint-Exupéry).

**Mainha,
te dedico!**

AGRADECIMENTOS

Sempre quando olho uma dissertação, uma das primeiras páginas que procuro para ler é a dos agradecimentos. Penso nos agradecimentos desde o princípio. Entendo os agradecimentos como uma das partes mais importantes de um trabalho, pois, é neste momento, onde podemos expressar mais diretamente a nossa gratidão à todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que chegássemos até aqui. Chegar até aqui, com a concretização deste trabalho, não foi uma tarefa nada fácil. Sobretudo, porque a nossa vida não para enquanto fazemos uma pós-graduação. Nesse percurso, foram muitos os acontecimentos pelos quais passei e, à medida que obtive grandes conquistas, também tive perdas imensuráveis. Nesse caminho ganhei mais que amigos, fiz, desfiz e refiz relações. Sei que são muitas as pessoas as quais tenho que agradecer, mas desde já peço perdão aos que por ventura, esqueci-me de mencionar. Sintam-se igualmente agradecidos.

Já percebi que na esfera acadêmica, se afirmar enquanto cristã, muitas vezes nos põe a margem, mas como cristã que sou e afirmo ser, não poderia iniciar meus agradecimentos sem primeiramente agradecer a Deus! Pois sei que, se cheguei até aqui, foi porque a minha fé me ajudou em todos os momentos.

Agradeço imensamente a minha orientadora Flávia Pires, que apesar da distância em dado momento, sempre me orientou da melhor maneira. Obrigada por me aceitar como orientanda mais uma vez. Pela compreensão e sensibilidade em momentos tão difíceis pelos quais passei. Obrigada pela confiança depositada na minha pessoa. Pelo convite na coordenação dos GT's na Semana de Antropologia, pelas discussões e debates do Crias. Tudo isso me fez e me faz crescer. Esses momentos, foram de grande aprendizado, os levarei para sempre comigo. Obrigada pelas palavras de apoio, incentivo, que sempre vieram nos momentos exatos e me ajudaram a ir um pouquinho mais além. Com você venho aprendendo a me tornar antropóloga, espero um dia conseguir. A você, minha profunda admiração e respeito, não apenas como professora e orientadora, mas, sobretudo, como pessoa.

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de mestrado durante esses dois anos.

Agradeço a professora Antonádia Borges por aceitar avaliar meu trabalho e fazer parte da banca.

Ao corpo docente do PPGA/UFPB, em especial a professora Mônica Franch, Márcia Longhi, Luciana Chianca, Patrícia Goldfarb, Alícia Gonçalves, Mauro Koury, que tanto contribuíram para a minha formação.

A professora Mônica Franch pela aceitação na co-orientação e ajuda nas questões burocráticas sempre que necessário.

Agradeço mais uma vez a professora Luciana Chianca e a turma do bacharelado em Ciências Sociais pela oportunidade do estágio docência. Aprendi muito com todos vocês!

Aos professores Márcia Reis Longhi e Pedro Nascimento pelas gentis contribuições na banca de qualificação. E ao retorno do professor Pedro na banca final.

A Bruna Stansky, secretária atenciosa e eficiente do nosso PPGA.

Aos queridos amigos do grupo de pesquisa Crias: criança, sociedade e cultura. Em especial a Tom Silva e Priscila Ribeiro. Tom, você merece um agradecimento especial por tantas vezes ter lido e questionado meu trabalho e por todas às vezes ter me apoiado quando eu te perguntava: *Posso desistir?* Sei que fui chata e abusei demasiadamente de tua generosidade. Sou muito grata a ti!

As queridas amigas, presentes do PPGA, Josi (Josilene – amiga mais chegada que uma irmã), Anna Georgea (Aninha). Vocês duas merecem um agradecimento especial não só aqui.

As demais amigas e colegas do PPGA, Thays Felipe a quem conheci antes mesmo de ingressar no mestrado, a Anny Glayni, por ser minha companheira de estágio, a Jarissa Santos e Amanda Scott.

A Naldimara Vasconcelos (também presente do PPGA) pelas tardes sócio antropológicas, regadas a café e bolo de milho. Nossas tardes de estudos e risadas tornaram a árdua tarefa de escrever mais leve. Sentirei saudades.

Agradeço ainda, as minhas amigas, Débora Arruda Campos e Edilma do Nascimento Monteiro, que estão juntas comigo desde a graduação em Ciências Sociais. Meninas, vocês são amigas mais que especiais. Com vocês pude compartilhar as outras dimensões da vida acadêmica. Que bom que estamos crescendo juntas.

A Eudes Jr., por tantas vezes me socorrer, sobretudo em questões mais técnicas, com as quais não sou muito boa. Sei que você nunca me negou ajuda. Obrigada priminho!

A Luiz, pelo laço refeito e por igualmente me socorrer com os aparatos tecnológicos. Obrigada pela ajuda sempre que precisei.

A Paloma Oliveira, parte de mim, por suportar todas as consequências que uma Pós-Graduação me causou. E que por tantas vezes me perguntou: *Irmã, já tá perto?* Agora acabou!

Agradeço, em memória, a minha mãe, Ivani Oliveira da Silva. Hoje eu entendo o motivo pelo qual me fez nascer de oito meses. Era a pressa em te conhecer! Mainha, se cheguei até aqui, devo tudo a senhora. Pena que não poderás ver a concretização deste trabalho, mas sei que ficarias feliz por mais essa conquista que não é só minha, mas nossa. Sempre me esforcei pra fazer o melhor, embora nem sempre tenha conseguido, buscando ser motivo de orgulho pra ti. A você devo não só este trabalho, mas a vida! Te amo!

Ao meu pai, Charles Jorge Santana dos Santos, porque sei que, apesar de tudo, o amor prevalece e “o sangue puxa”.

À Vó Liinha, por me acolher em sua casa durante o período da pesquisa.

Agradeço também a todos os oroboenses com os quais tive contato e que tão gentilmente se dispuseram a conversar comigo, contribuindo para a pesquisa. Aos amigos e colegas da comunidade de Feira Nova: A Vanderleia pela ajuda na pesquisa, me levando as casas e me apresentando as pessoas para que eu pudesse entrevistar. A Salete por ter me apresentado a tantas pessoas, fazendo meus primeiros contatos entre as crianças. A Dangely por também ter me ajudado sempre que precisei.

A Fabiana e Dani que tão gentilmente me dispuseram o grupo escolar para que eu pudesse pesquisar.

A Socorro, a Graça (do mercadinho) e sua filha Rafa, pelas conversas enquanto estive em Feira Nova.

A Rafinha, presente que o campo me deu, por ir todos os dias a minha casa me chamando para ir passear. Você foi meu guia nesta pesquisa, sem você ela não teria sido a mesma. Agradeço igualmente a Kelly, que juntamente com outras crianças contribuiu nesse percurso.

A Marlene e Ângela, também presentes do campo.

A D. Judite pelas conversas e pelas tardes com café. Mulher guerreira!

Um agradecimento especial, mais uma vez a todas as crianças que em campo se dispuseram a colaborar com a pesquisa, a todas as pessoas com as quais eu pude conversar, a todas as professoras do grupo escolar Sebastião Gomes que tão gentilmente aceitaram conversar comigo, e me ofertaram um pedacinho de sua sala de aula e de seus alunos. A vocês eu devo parte desse trabalho.

A todos vocês, o meu muito obrigada!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo compreender algumas características das mudanças geracionais em relação a ideia de infância entre os moradores da comunidade rural do agreste pernambucano de Feira Nova, localizada na cidade de Orobó, após a implementação do Programa Bolsa Família (PBF). Isto porque, em campo, observei que as gerações anteriores (pais e avós) a esta que, hoje, se encontra beneficiada pelo PBF, negam terem vivenciado a infância, uma vez que, aos seus olhos, tal ideia encontra-se atualmente relacionada a tríade: ludicidade, escolarização e não trabalho. Ora, como mostrarei melhor adiante, tal declaração deve-se ao fato de que a infância vivenciada por esta geração anterior não tinha como característica essa tríade, mas outras marcas, relacionadas, sobretudo, ao trabalho. E, como pude concluir a partir dos depoimentos dos próprios moradores, uma infância de trabalho não é uma infância. Dentre outras coisas, porque o trabalho os afastou da escola e do lúdico. O PBF, em contrapartida, vem mudando esse processo e contribuindo para a consolidação daquela tríade entre as crianças que, hoje, são beneficiadas pelo programa. Isto porque, a partir de uma série de condicionalidades exigidas pelo programa, a criança deixa de ser inserida no mundo do trabalho e passa a ser inserida no mundo escolar. Consequentemente, ela passou a ter mais tempo livre para estudar e brincar. Outra contribuição que o PBF vem trazendo é a permanência das crianças no seio de sua família consanguínea, uma vez que em Feira Nova ocorria uma espécie de adoção informal entre as famílias consideradas pobres. Por tudo isso, e outras razões que serão melhores detalhadas adiante, o presente trabalho tentará responder se tais transformações geracionais em relação a noção de infância constituem uma invenção da infância.

Palavras-chaves: Escolarização. Infância. Ludicidade. Programa Bolsa Família. Trabalho.

ABSTRACT

This thesis aims to understand some characteristics of generational changes from the idea of childhood among residents of rural community in rural Pernambuco Feira Nova, located in Orobó, after the implementation of the Bolsa Família Program (PBF). This is because in the field, I noticed that the previous generation (parents and grandparents) to this that today is benefited by the PBF, denies having experienced childhood, since, in the eyes of this previous generation, this idea is currently related to triad: playfulness, schooling and not working. However, as explained below show, such a statement is due to the fact that childhood experienced by this previous generation could not feature this triad, but other brands, mainly related to work. And, as I conclude from the testimonies of the residents themselves, a childhood work is not a childhood. Among other things, because the work away from the school and the playful. This not experienced in childhood, as is known, historically repeated across generations. The PBF, however, is changing this process and contribute to the consolidation of that triad among children today are benefiting from the program. This is because, from a series of conditionalities required by the program, the child ceases to be immersed in the world of work and shall be included in the school world. Consequently, she began to have more free time to study and play. Another contribution is that the BFP is bringing children stay within their inbred family, once in New Fair occurred a kind of informal adoption among families considered poor. For all this, and other reasons that will be better detailed below, this paper will attempt to answer whether these generational changes regarding the notion of childhood are a invention of childhood.

Keywords: Schooling. Childhood. Playfulness. Bolsa Família Program. Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Imagem 1- Esquema ilustrativo da cidade de Orobó.....	29
Imagem 2- Quadro: Renda, pobreza e desigualdade	33
Imagem 3- Gráfico: Percentual da população extremamente pobre por faixa etária	33
Imagem 4- Quadro: Percentual de famílias por renda mensal que encontra-se cadastradas no CadÚnico.....	35
Imagem 5 – Igreja católica da comunidade	37
Imagem 6- Moradores do final da rua carregando água até dentro de suas casas	40
Imagem 7 – Meninos jogando bola no meio da rua principal	67
Imagem 8 – Quadro: Valores do benefício do PBF.....	80

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM – Brasil Sem Miséria

BVCE – Benefício Variável de Caráter Extraordinário

BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

CADÚNICO – Cadastro Único

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PTCR – Programa de Transferência Condicionada de Renda

SENARC – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SCFV – Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos

SCFV - Serviços de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1 OROBÓ E A COMUNIDADE DE FEIRA NOVA	27
1.1 OROBÓ	27
1.2 RENDA	32
1.3 CADÚNICO E O PBF EM OROBÓ.....	34
1.4 FEIRA NOVA	36
CAPÍTULO 2 CRESCENDO EM FEIRA NOVA	45
2.1 TRABALHO	45
2.2 FAMÍLIA	48
2.3 HOMEM E MULHER E O BOLSA FAMÍLIA	51
2.4 JOVENS E CRIANÇAS.....	61
2.5 FEIRA NOVA: AINDA UM LUGAR DE LIBERDADE	65
CAPÍTULO 3 SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	69
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	69
3.2 HISTÓRICO DO PBF	76
3.3 CONDICIONALIDADES.....	87
3.4 O REPASSE DO BENEFÍCIO.....	92
CAPÍTULO 4 A INFÂNCIA NEGADA E INVENTADA A PARTIR DO PBF NA COMUNIDADE DE FEIRA NOVA.....	96
4.1 A INVENÇÃO DA INFÂNCIA	96
4.2 INFÂNCIA E TRABALHO.....	98
4.3 TRABALHO E LUDICIDADE	102
4.4 A NEGAÇÃO DA INFÂNCIA.....	104
4.5 INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO	108
4.6 O PBF E A PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS NAS FAMÍLIAS CONSANGUÍNEAS	112
4.7 O PBF E A INVENÇÃO DA INFÂNCIA	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	122

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Em todo canto tu colhe um pouquinho da tua pesquisa, né?!”

Beatriz

Escrever uma dissertação não é uma tarefa nada fácil, tendo em vista o curto período de tempo que temos para atender as demandas que fazer uma pós-graduação nos exige. São dois anos muito curtos, dos quais o primeiro deles é dedicado inteiramente aos estudos das disciplinas, sendo este um ano de suma importância. No caso da Antropologia, a área aqui representada, é preciso que o estudante dedique-se além do primeiro ano das disciplinas, alguns meses para o desenvolvimento da pesquisa, que tem como característica, ser uma pesquisa de campo e, como bem sabemos, a pesquisa de campo é referência importante na antropologia. Para a realização do trabalho de campo é necessário a dedicação de um relativo período de tempo, para que assim possamos interagir com o nosso objeto de pesquisa e fazer toda a observação necessária que o trabalho exige. Mas, já não temos tempo suficiente para isso e, talvez por isso, nós brasileiros somos acusados de fazer pesquisas relâmpagos, pesquisas de finais de semana “sem culpa e acreditando que a criatividade poderia superar a falta de disciplina e a carência de ethos científico” (PEIRANO, 1992, p. 06).

Diante disso, como atender as exigências institucionais nos prazos e ainda assim realizar uma pesquisa que não seja uma pesquisa relâmpago? Após a realização do trabalho de campo, é preciso ainda realizar a análise dos dados, entender o trabalho realizado em campo e fazer toda uma compilação entre os dados e a teoria, para só então, escrevermos, qualificarmos, melhorarmos o texto e enfim deixá-lo amadurecer. Isso não se mostra um trabalho nada fácil. Com os prazos a serem cumpridos, muitas vezes não temos tempo suficiente para burilar, para pensar e repensar sobre tudo o que o campo nos deu durante a pesquisa, e a pressa em cumprir com os prazos, em alguns casos acaba refletindo de alguma forma sobre o trabalho final que é produzido. Mas enfim, conseguimos chegar até aqui.

A presente dissertação tem por objetivo principal, mostrar uma mudança geracional que vem ocorrendo na infância das crianças de uma pequena comunidade rural do agreste pernambucano. Mudança esta, advinda, sobretudo através da implementação do Programa Bolsa Família (PBF). O meu interesse pelo tema dessa dissertação encontra-se diretamente relacionado com a minha trajetória acadêmica. Ainda enquanto estudante de graduação em Ciências Sociais ingressei no projeto de pesquisa intitulado: “A casa sertaneja e o Programa

Bolsa Família: Analisando Impactos de Políticas Públicas no Semiárido Nordestino Brasileiro”, cujo objetivo era analisar os efeitos causados pela introdução do PBF entre as famílias beneficiadas do semiárido paraibano, sobretudo, perceber como as relações e as estruturas familiares vinham sendo afetadas pelas mudanças sociais e econômicas geradas pela introdução dessa política pública em um município do semiárido paraibano chamado Catingueira. Posteriormente, tive participação em outra pesquisa mais ampla, intitulada “Do ponto de vista das crianças: o acesso, a implementação e os efeitos do Programa Bolsa Família no semiárido nordestino”, apoiada pelo CNPq e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS pelo EDITAL MCT/CNPq N.º 036/2010. O objetivo deste último projeto foi pesquisar, no mesmo município, o acesso, a implementação e os efeitos do PBF através de grupos focais com crianças.

Participar dessas duas pesquisas me levou a uma aproximação não só com o tema das políticas públicas, uma vez que a aproximação com esse tema envolve quase sempre outros temas, como família, gênero, consumo e tantos outros. Pude perceber também, que quando se trata do PBF há um número considerável de trabalhos relacionados a temas de gênero (FARAH, 2004; MARIANO, CARLOTO, 2009; PEIXOTO, 2010; PIRES, SANTOS, SILVA, 2011; FERREIRA, 2012; PEREIRA, RIBEIRO, 2013; REGO, PINZANI, 2013; MORTON, 2013), impactos (SOARES et al, 2006; IPEA, 2006; SOARES, RIBAS, OSÓRIO, 2007; SOARES, 2012), direitos (ZIMMERMANN, 2006; MONNERAT et al, 2007; SUPPLY, 2007; MEDEIROS, BRITO, SOARES, 2007), educação (REISDORFER, 2008; REIS, 2009; FELICETTI, 2010; ESMANHOTTO, 2009; CAMPOS, 2003; CACCIMALI, TATEI, BATISTA, 2010) além de outros temas. Destaco assim, que a presente dissertação surge com o interesse em dar continuidade, e aprofundamento aos conhecimentos adquiridos durante a minha graduação e meu envolvimento nos projetos acima mencionados.

Depois de findado um percurso, me vi mais uma vez de volta ao começo, um novo começo. Dessa vez, trazendo comigo alguns elementos já adquiridos durante a caminhada, mas encontrando-me revestida também de novos elementos. Foram muitos os caminhos percorridos até que eu pudesse chegar ao tema aqui exposto. Como já destacado, venho caminhando nos estudos sobre o PBF e sobre a Antropologia da Criança desde a minha graduação, por esse motivo, a proposta inicial desse trabalho seria pesquisar as transformações que o PBF gerou na vida das famílias beneficiadas, sobretudo as mudanças advindas pela exigência da condicionalidade educacional e o envolvimento dessas crianças com essa condicionalidade, mudando, contudo o contexto etnográfico. É importante perceber que a condicionalidade escolar é das contrapartidas exigidas pelo programa a que é cumprida

diretamente através das crianças. A decisão por essa escolha de pesquisa se deve a duas razões. A primeira, de cunho profissional, decorrida da experiência que tive e que me levou a uma aproximação com o tema da condicionalidade escolar exigida pelo programa e a segunda, de caráter mais pessoal, relacionada a mudança do contexto etnográfico no qual trabalhei, uma vez que possuo vínculos familiares com o local de pesquisa o qual escolhi pesquisar como bem mostrarei adiante.

A principal diferença dessa mudança entre as pesquisas dava-se justamente pela alteração do contexto etnográfico ao qual me propus estudar. O lócus de pesquisa escolhido foi uma das muitas comunidades rurais do município de Orobó (PE). Dessa forma, um dos meus intentos nesse trabalho é tentar mostrar ao leitor um mundo o qual já visitei. Mas é certo, assim como nos colocar Geertz (1978) que a pesquisa antropológica é uma atividade interpretativa, logo, é pertinente dizer que a presente dissertação a qual me proponho escrever, nada mais é, do que um texto no qual busco inscrever minhas interpretações.

Wright Mills (1982) destaca que a produção intelectual não deve ser apartada do uso da experiência de vida do pesquisador, devendo sim ser utilizada enquanto guia e prova de suas reflexões. Partindo desse ensinamento, vejo que vida e obra são quase sempre indissociáveis e constituem assim perfeitamente o ofício do pesquisador etnógrafo. Dessa forma, dentre tantas alternativas que tinha, além da alternativa de permanecer pesquisando na cidade de Catingueira, escolhi pesquisar em Orobó.

“Porque Orobó?”. Essa pergunta me foi feita ainda na entrevista de seleção para ingressar no mestrado. A minha escolha por Orobó, mais especificamente pela comunidade¹ rural de Feira Nova se mostra de alguma forma enquanto uma escolha pessoal, e escolhendo pesquisar na comunidade Feira Nova da cidade de Orobó (PE) revelo que as razões intelectuais que me levaram por sua escolha não encontra-se apenas ligada ao universo acadêmico, mas também a minha história de vida. A escolha do meu lócus de pesquisa faz considerar, assim como nos ensina Weber (2005), que a ciência não pode ser neutra, a escolha do nosso objeto de estudo encontra-se carregada de interesses. Dessa forma, escolhi pesquisar em Feira Nova por já possuir, ainda que não tão a fundo, proximidade com o lugar e com alguns de seus moradores. No entanto, acredito que, ainda que o nosso objeto de estudo nos seja próximo ou familiar, a investigação etnográfica que realizamos sempre se mostrará enquanto um caminho desafiador e repleto de surpresas. Atrever-se a construir perguntas sobre a realidade vivenciada, fazer a mesma pergunta de diversas formas atrás de alguma

¹ Destaco aqui que o termo comunidade está sendo utilizado enquanto uma categoria nativa, uma vez que, grande parte dos moradores de Feira Nova se referiu ao lugar utilizando o termo comunidade.

resposta, ainda que esta surja de forma parcial, perguntar e reperguntar o óbvio é muitas das vezes a tarefa do antropólogo, que junta-se ao “olhar, ouvir e escrever” do Cardoso de Oliveira (2006).

A comunidade de Feira Nova esteve sempre presente em minha vida, ainda que eu não estivesse tão presente nela. Sou nascida e criada em João Pessoa, mas a minha relação com Feira Nova se deu desde minha tenra idade, tanto que nem lembro quando fui à primeira vez à comunidade. Das lembranças que tenho, lembro-me já estando lá. Ainda criança, recordo das minhas idas a Feira Nova. Idas e voltas que em geral se davam em períodos de férias. Feira Nova me foi apresentada por minha mãe, que nasceu nos arredores da comunidade, em um sítio vizinho, e como muitos moradores mais velhos do local, ela teve relação com a comunidade desde muito cedo. Minha avó materna foi nascida e criada no município de Orobó e durante muito tempo morou em um dos vários sítios que há no município, onde também criou os seis filhos que teve. À medida que os filhos foram crescendo migraram para a capital do Estado – Recife (PE), onde se estabeleceram e acabaram por constituir suas famílias, o que fez com que ela abandonasse o sítio e fosse morar em Feira Nova. Tenho dito isso, para esclarecer que tenho relações com o lócus de pesquisa aqui proposto, já que minha família materna é toda de origem Oroboense², o que explica assim a minha escolha pelo lugar da pesquisa.

Ainda hoje a minha avó materna possui residência na comunidade, mesmo não permanecendo por lá o ano inteiro, mas este fato facilitou a minha estadia durante o período do campo. Ademais, possuir um vínculo familiar na comunidade foi de grande valia para a pesquisa, uma vez que, ter este vínculo me abriu várias portas de entrada. Não foram raras às vezes em que andando por entre as ruas de Feira Nova quando iniciava uma conversa a pergunta sempre era lançada: *Sim, mas você é parente de quem mesmo?*, ou ainda, sem que eu precisasse me manifestar alguma pessoa que já me conhecia, de imediato lançava: *Ela é neta de Dona Liinha de Seu Zé Simão!* É interessante destacar que, sobretudo por parte dos mais idosos, mesmo meu avô materno sendo já falecido há décadas, ele ainda se mostrava como referência para a minha associação. Assim, eu era sempre neta de D. Liinha de Seu Zé Simão, bem como minha mãe e minhas tias eram sempre filhas de D. Liinha de Seu Zé Simão. Era como se todos nós, filhos e netos, pertencêssemos primeiro ao meu avô.

Dada a minha ligação familiar com a comunidade, não seria remota a possibilidade de que eu pudesse encontrar alguns parentes por lá. Destaco assim, a vastidão de parentes, em

² Termo designado para o gentílico de Orobó.

geral primos e primas, que conheci durante minha estada em campo. Na maioria das vezes, parentes que possuíam ligação com o meu avô. Desta forma, meu avô sendo primo de *João* que casou com *Maria*, que teve um filho chamado *Antônio* que casando-se com *Ana* e tendo seus filhos, seus filhos eram ainda meus primos, ou como muito escutei por lá: *Ainda somos primas!* ou *Nós ainda somos/Vocês ainda são família!*. Falavam assim, quando queriam designar que ainda tínhamos algum grau de parentesco, mesmo que em alguns casos não tivéssemos nenhum vínculo efetivo. Foi assim que conheci muitos primos e primas dos quais eu nem imaginava a existência.

No início essa associação me era muito estranha, mas ao final da pesquisa eu já estava acostumada, tanto que, quando alguém fazia alguma alusão nesse sentido eu mesma já estava respondendo o: *Então ainda somos família!*, abrindo com isso caminho para um prolongamento na conversa. Ser apresentada a parentes que não conhecíamos ou não imaginávamos ter durante uma pesquisa de campo não é algo tão incomum, pois semelhantemente a antropóloga e professora Flávia Pires (2007) afirmou em sua tese de doutorado que na cidade em que realizou sua pesquisa mesmo não se encontrando nenhum parente direto de sua família, algumas pessoas a chamavam carinhosamente de prima pelo fato de contarem com algum ascendente em comum, também a cientista social Jordânia Souza (2011) revela que durante sua pesquisa foi vista por algumas pessoas do seu lócus de pesquisa enquanto parente, ainda que também não possuísse vínculo de parentesco efetivo.

Com as crianças não foi diferente, lembro-me de um episódio ocorrido no grupo escolar da comunidade, que enquanto eu me apresentava para uma das turmas, uma das crianças, a qual eu já conhecia, querendo se destacar entre as demais crianças da sala, gritou: *Eu já conheço ela!* E outra criança em seguida perguntou: *De onde?* E essa mesma menina que disse já me conhecer, mesmo me conhecendo pela minha estadia na comunidade, respondeu: *De João Pessoa! Ela é minha prima!* Menciono esses ocorridos para mostrar um pouco como cheguei até a comunidade, mostrando dessa forma já possuir alguma relação com a mesma, e também na intenção de mostrar que por vezes em um trabalho de campo, as relações podem ser abertas através dos laços de parentescos. Além disso, ter relações com o município ou com a comunidade de Feira Nova fez com que mesmo eu não sendo de lá, algumas pessoas me localisassem dentro daquele universo em função dos laços de parentesco.

Dito isto, destaco ainda que foi através da Agente de Saúde local, que possuindo uma relação de comadrio com a minha avó³, me apresentou para algumas famílias de Feira Nova,

³ Neste caso, a relação não é propriamente de parentesco, mas de comadrio. A minha avó é madrinha de fogueira da agente de saúde da comunidade. Ser madrinha de fogueira ainda é uma prática comum nessa região. O

abrindo as portas para que eu pudesse iniciar a pesquisa. Inicialmente eu conversei com ela explicando um pouco do que se tratava a minha pesquisa e quais os objetivos, pedindo-lhe que me apresentasse às famílias locais que eram beneficiadas pelo PBF e que possuísem crianças. É interessante destacar que todas às vezes as quais fui apresentada pela Agente de Saúde a alguma família de Feira Nova, ela própria dava a sua explicação sobre o que seria a minha pesquisa e finalizava dando ênfase de que era uma pesquisa para a Universidade **Federal** de João Pessoa⁴. Destaco aqui o Federal, pois era justamente nessa parte onde o seu tom de voz se afigurava mais forte, sua ênfase no federal era uma espécie de afirmação da acuidade da pesquisa. Ela sempre explicava as pessoas a natureza da minha pesquisa, assim, em sua explicação eu iria avaliar o nível de aprendizado escolar das crianças inseridas no PBF.

Confesso que me constrangeu explicar para as pessoas que não era bem isso o que eu iria fazer, mas percebi que em campo, cada pessoa entende a sua maneira o trabalho do pesquisador. Logo, não adiantava muito eu insistir na explicação do que se tratava a minha pesquisa, é claro que muitas pessoas entendem a pesquisa como de fato nos propomos a realizá-la, mas outras não, e é por esse motivo que tantas vezes fui confundida com pediatra, professora, e até mesmo com alguma agente do governo, já que me encontrava pesquisando entre as crianças beneficiadas pelo PBF, uma política pública de grande impacto na vida de seus beneficiários.

Muitas vezes, ao andar pelas ruas de Feira Nova era comum ouvir um “*Vai ter hoje lá?*” das mães ou até mesmo das crianças que frequentavam a minha casa, em referência à fase da pesquisa realizada diretamente com as crianças. Certa vez me perguntaram o que eu estudava e eu respondi apenas que estudava antropologia, em seguida a pessoa me fala: *Ah!, Que legal! Você vai ser pediatra, não é?* Outra vez fui parada e questionada sobre quanto era o reforço (escolar) que eu dava as crianças, pois uma mãe queria mandar seu filho para as aulas de reforço que ela pensava que eu estava ministrando. O fluxo de crianças na casa onde eu estava era grande e constante, ao ponto de algumas pessoas em tom de brincadeira dizer que eu já poderia abrir uma creche. Considero que algumas crianças gostavam de frequentar minha casa porque lá elas brincavam livremente, ao ponto de que muitas vezes, suas mães apareciam por lá para saber se elas estavam comigo, mas também, houve um caso onde a mãe

batismo na fogueira ocorre na época de São João. Nos primeiros minutos de terça-feira, dia 24 de junho, em volta da fogueira e com o mastro de São João Batista levantado, as crianças são batizadas e institui-se o sistema de comadrio. Não raro eu passeava pela comunidade e escutava um grito o qual dizia: “bênção, madrinha”, uma prática comum tanto entre os adultos quanto entre as crianças do local.

⁴ Vale destacar que a universidade em questão chama-se Universidade Federal da Paraíba, que tem o campus principal localizado na cidade de João Pessoa.

obrigava seu filho a ir pensando que eu estava a serviço do governo e que se a criança não fosse ela correria o risco de ter o seu benefício cancelado.

Lembro-me ainda de uma vez quando fui até a sede municipal (que fica a uma distância de aproximadamente 15 km da comunidade de Feira Nova). No caminho, dentro do veículo (Toyota⁵), aproveitava para conversar com as pessoas. No meio da conversa quando tive oportunidade, perguntei sobre como foi a infância de uma delas. Foi nesse momento que Beatriz, para quem eu já havia explicado a natureza da minha pesquisa, virou-se um pouco para o meu lado e disse: “*Em todo canto tu colhe um pouquinho da tua pesquisa, né?!*” Durante uma pesquisa de campo, somos confundidos com diversos outros profissionais, mas assim como Beatriz, há os que de alguma forma entendem o que estamos fazendo em campo.

O antropólogo/pesquisador é sempre um curioso, o que faz como coloca Pires (2011) que “difícilmente o antropólogo escap[e] da pecha de chato, inconveniente ou louco. Chato porque pergunta sobre tudo, como a criança nas idades dos por quês” (p.145). Mas se é verdade que o antropólogo pergunta muito, a ponto de ser considerado um chato por suas perguntas por vezes tolas, também é verdade que ele é questionado quanto ao que faz em campo, sobre o que pergunta e sobre o que observa. Ao pesquisador/antropólogo também são feitas muitas perguntas e enquanto ele observa, ele também é observado, tanto mais do que ele é capaz de observar, posto que são muitos os olhos que observam seu trabalho e sua postura em campo, enquanto que o pesquisador sendo apenas um tenta dar conta do universo que o rodeia. Dessa forma, podemos perceber que “nossos anfitriões não estão ao nosso lado apenas para nos oferecer respostas (definidas e acabadas) a questões que aprendemos a formular ao longo do nosso convívio” (BORGES, 2010, p.21).

É preciso destacar ainda que no caminho percorrido durante a pesquisa, a ideia inicial seria desenvolver uma avaliação do PBF com foco na condicionalidade escolar “a partir d[as]” crianças, como bem nos fala o antropólogo Otávio Velho (PIRES; NOGUEIRA, 2011). Logo, o PBF seria estudado a partir das crianças beneficiadas pelo programa, ideia que veio muito associada a minha experiência de pesquisa anterior realizada na cidade de Catingueira (PIRES, SANTOS, SILVA, 2010; SANTOS, 2011). Nessa experiência de pesquisa, as crianças se mostraram ativamente envolvidas com o tema do Bolsa Família, dialogando sobre

⁵ As toyotas são veículos da marca Toyota com característica de caminhonete. No município é mais utilizada para o transporte de passageiros da zona rural para a sede municipal, mas também transportando-os para os municípios mais próximos como Umbuzeiro. Até pouco tempo as toyotas também eram utilizadas para o transporte de passageiros do município até a capital do Estado de Pernambuco, no entanto, por determinação do governo do Estado, encontra-se proibido a utilização das toyotas no Recife para o transporte de passageiros. É grande o número de toyotas na cidade, o que gera uma grande concorrência entre os motoristas, os chamados toyoteiros, esse fato mostra-se interessante e em minha opinião esse seria um tema interessante para se pesquisar, pois acredito que as relações que envolvem esse meio podem mostrar muito sobre a realidade local.

o programa com os pesquisadores, reivindicando muitas vezes de suas mães parte do benefício recebido para que pudessem comprar coisas de seus interesses, as chamadas coisas de crianças, ou em termos locais os *brebotes e as burugangas* (BENJAMIN, 2010). Em Catingueira, elas acompanham o destino dado ao benefício recebido, já que a mãe realizava a compra da feira quase sempre na companhia do(s) filho(s). Em Catingueira as crianças se mostraram sabedoras e ativamente envolvidas com o PBF em diversos aspectos. No entanto, é importante ressaltar que nessa pesquisa, partimos primeiro das mães/mulheres beneficiadas pelo PBF. Pudemos perceber a constante presença das crianças sempre atentas às perguntas que fazíamos e a tudo o que realizávamos. Após essa observação, a pesquisa tomou continuidade focando na criança cuja família era beneficiada pelo PBF. Minha monografia de fim de curso, cujo título é, “Deixa eu falar!” (SANTOS: 2011), discute essa não participação das crianças na primeira fase da pesquisa ao expressar um desejo, nem sempre verbalizado, das crianças de serem ouvidas.

Considerando o exposto, e tendo em vista a dificuldade em se trabalhar sobre uma política pública em um contexto etnográfico diverso, considerei o fato de continuar trabalhando com o tema do Bolsa Família e de não mais me encontrar com uma equipe de pesquisadores, pois a pesquisa realizada em Catingueira foi uma pesquisa realizada coletivamente, contando com cinco pesquisadores em campo em um primeiro momento e em seguida com sete pesquisadores. Pensando que seria um caminho possível para ganhar a confiança dos moradores de Feira Nova, resolvi seguir dessa vez o caminho inverso. Como na pesquisa anterior fomos das mães para as crianças, em Feira Nova resolvi ir das crianças para as mães e, por conseguinte para os demais moradores. Em outras palavras, queria ir primeiro às crianças e se fosse o caso, das crianças para os adultos. De fato, me encontrava em um contexto diferenciado da experiência de pesquisa anterior, mas me assustei bastante com os primeiros resultados obtidos entre as crianças. Diferente do que tinha visto em Catingueira as crianças em Feira Nova me afirmavam ignorantes do PBF ainda que elas tenham afirmado já ter ouvido algumas vezes se falar sobre o programa. De fato, trabalhar com o tema de uma política pública é bastante delicado, traz várias questões e muitas vezes é intimidante tanto para o pesquisador como para os pesquisados. Veremos como todas essas questões foram resolvidas ao longo da dissertação.

No que diz respeito à metodologia, lancei mão de desenhos e redações feitos pelas crianças. Para o desenvolvimento dos desenhos e redações que foram trabalhados com as crianças tive o cuidado em prover todo o material que seria necessário para a realização dos mesmos. A presença desses materiais bem como a presença do gravador, inicialmente

animavam as crianças. A presença do gravador por vezes inibia, mas logo em seguida vinham as perguntas: *Isso é que nem um celular, né?!*, ou ainda, *Posso ouvir minha voz?*. Descobrir a própria voz e a do colega no gravador era de grande fascínio entre as crianças, sobretudo quando se encontravam em grupos.⁶ O olhar delas era encantador quando se deparavam com o material ou quando já chegavam até a minha casa já sabendo o que as esperava, pois a notícia corria ligeira entre elas. Sobre o papel e lápis para o desenho a fala seguia na direção de um *“Eu posso desenhar o que eu quiser?”*. Mas a carinha de encanto desaparecia e dava lugar a cara de espanto quando sabiam que o tema do desenho era o Bolsa Família. Com efeito, quando em uma pesquisa se pede para que a criança desenhe um tema com o qual ela não possui afinidade, o mais comum parece ser que elas relutem diante do que foi proposto. Isso é destacado por Pires (2007) que ao propor que as crianças desenhasssem, falassem ou escrevesse sobre a sua religião, observou uma relutância entre elas a respeito do tema proposto.

Além disso, quando iniciava as atividades, como o grupo focal, ou quando eu tentei realizar entrevistas individuais com crianças, mesmo com a presença do gravador e de todos os materiais que chamavam sua atenção, quando começava com as perguntas sobre o tema a ser trabalhado as crianças não escondiam o seu espanto. Assim, depois de um bom período de silêncio, vinha um *“Eu não sei nada de Bolsa Família não!”*, ou, *“Sei nada disso não. Quem sabe disso é minha mãe!”*. Eu insistia na pergunta, perguntava se elas já tinham escutado alguma coisa sobre o Bolsa Família, a maioria delas me dizia que sim, mas que não sabiam nada a respeito, só tinham ouvido falar. A verdade, é que entre as crianças de Feira Nova o PBF não era um tema de interesse delas, e sim meu.

Diante disso, muitas vezes me questionei como era possível essas crianças não saberem sobre o Bolsa Família? Questionava-me, pois lembrava sempre das crianças de Catingueira que encontravam-se ativamente envolvidas com o benefício, na medida em que sabiam dizer quanto suas mães recebiam, o que era feito com o benefício, dizendo ainda que muitas vezes iam ao supermercado com suas mães para ajudar nas compras, além de receberem uma pequena parte desse dinheiro. Entre as crianças de Feira Nova essas falas não apareciam, mas o que com frequência aparecia era um *“Eu não sei nada sobre isso não. Quem sabe sobre isso é a minha mãe!; Eu nunca fui lá não, nesse tal de Bolsa Família; Me diz o que é o Bolsa Família porque eu não sei não. Eu vou perguntar a minha mãe”*. Não descarto

⁶ Gostaria de destacar que a máquina fotográfica, hoje digital, com a possibilidade de ver a imagem logo na sequência em que a foto é tirada, muitas vezes despertava o interesse dos adultos, que tantas vezes faziam poses e mais poses para que eu pudesse fotografá-los.

a possibilidade de que algumas crianças pudessem ter sido instruídas a não me fornecerem informações sobre o Bolsa Família, tendo em vista que algumas pessoas me viram enquanto uma agente do governo com poderes para cancelar o benefício. O aparente não interesse ou o não envolvimento das crianças de Feira Nova com o PBF estava a me dizer algumas coisas, eu é que nesse momento não conseguia enxergar.

Muitas vezes também me questionei até que ponto a inversão nesse percurso metodológico não teve interferência para que as crianças de Catingueira estivessem mais familiarizadas com o tema. Pensava até que ponto a presença de uma equipe de pesquisadores em uma pequena cidade do nordeste brasileiro e que pesquisava sobre uma política pública pôde despertar entre as crianças o interesse pelo tema, afinal, elas estavam a nos observar durante todo o percurso da pesquisa, quando entrevistamos suas mães. As crianças nesse contexto estavam fazendo uma verdadeira observação sobre a nossa pesquisa. Sobre essa reversão de posições entre pesquisador e pesquisado, um caso que se mostra bastante emblemático é o do antropólogo brasileiro Otávio Velho o qual nos fala que ao realizar pesquisa no meio da mata encontrou uma cabana na qual gentilmente pediu um copo d'água, e a dona da casa além de lhe oferecer a água ainda lhe ofereceu um pedaço de queijo local. Vejamos:

No começo da década de 70, eu fazia pesquisa no sul do Pará, na região do Tocantins-Araguaia. Um dia, andando a cavalo por uma trilha no meio da mata, encontrei uma cabana. Na cabana encontravam-se a mulher do dono da casa e diversas crianças. Ao me aproximar e cumprimentar, perguntei se podia beber água. Convidado, apeei e entrei. Sentei num banco e rapidamente chegou a água (barrenta) e, junto com ela, um "queijo" local. Cerimoniosamente, não só bebi a água, mas também comi o queijo, lentamente e com grande dificuldade, sob o olhar da mulher e das crianças, todos enfileirados e de pé à minha frente. Terminada essa prova de estoicismo antropológico de que só os neófitos são capazes, agradei e me dirigi à montaria, quando fui então interpelado pela mulher:

– Moço, posso lhe fazer uma pergunta?

Um tanto surpreso com essa quebra do típico e tímido silêncio anterior, respondi que sim, ouvindo então:

– Isso que o senhor comeu, isso é queijo mesmo? (Velho 1995:176).

Esse caso nos mostra como em uma pesquisa o pesquisador passa por uma interposição de papéis e, ele não só observa, como também é observado. Nesse caso de Otávio

Velho, a mulher fez uma pesquisa com o pesquisador para sanar assim a sua dúvida referente ao queijo.

Várias questões me passavam pela cabeça pelo fato das crianças em Feira Nova alegarem não saber sobre o PBF. Tentei entender o que as crianças estavam a me dizer com : *“Eu não sei nada sobre Bolsa Família não, quem sabe disso é minha mãe, ou, Vou perguntar a minha mãe, ela deve saber!”* levando a sério a fala nativa. Espero ao longo do texto dar inteligibilidade a fala das crianças em relação ao PBF na comunidade pesquisada. Para isso foi importante estar atenta ao que me diziam as crianças, tomar a criança enquanto agente social ativo, não a negligenciando ou infantilizando a sua voz, vendo-a como algo meigo e de pouca importância, mas como investigadoras e críticas da realidade social na qual estão imersas.

Em campo, quando eu questionei uma criança sobre o que seria o Bolsa Família, ela me disse não saber e me devolveu a pergunta, e de imediato eu disse que também não sabia, mas ela em toda sua sabedoria me encarou e disse: *Sabe não? Mentira!* E após alguns segundos em silêncio, me falou novamente: *Ah! Vocês fazem isso para aprender com as crianças, né?* Digo isso para que não nos esqueçamos de as crianças nos ensinam e que é importante ouvirmos e levarmos a sério o que elas nos falam, pois elas possuem plena capacidade de se comunicar positivamente com seus pares e com os adultos, “portanto, a diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativa, mas qualitativa; a criança não sabe menos, sabe outra coisa” (COHN 2005, p. 33).

Durante muito tempo a criança foi estudada a partir da família e/ou da escola, através de um viés educacional, mas a partir do Novo Paradigma da Infância (PROUT and JAMES 1990) a criança passa a ser merecedora de estudo por si mesma. Entretanto, destaco que no caso do presente trabalho, as crianças me levaram até as mães/mulheres, e de alguma forma eu acabei me voltando para a família, mas é preciso deixar claro que as crianças não foram e nem merecem serem ignoradas na pesquisa. Aqui reafirmo mais uma vez, foram as crianças que me conduziram através de suas próprias vozes ao caminho que eu percorri para chegar até aqui.

A pesquisa aqui desenvolvida trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, onde a principal metodologia utilizada foi a observação participante, a partir da qual, na medida em que as circunstâncias me permitiam, pude compreender melhor os efeitos da implementação do PBF em Feira Nova. Passei os três primeiros meses do ano de 2013 residindo em Feira Nova, observando o seu dia a dia, sua dinâmica, a rotina de seus moradores, estabelecendo contatos e fazendo as observações concernentes à pesquisa. Assim, a tarefa de uma escrita

densa da qual Geertz (1989) nos fala, só se mostra possível devido a intensa experiência do convívio que pude desenvolver em Feira Nova. Realizei grupos focais com as crianças, tentei realizar entrevistas individuais, no entanto, em alguns casos a entrevista foi dificultada, pois muitas vezes e quase sempre elas me apareciam em grupos o que tornou nesse contexto a entrevista individual inviável. Realizei também entrevistas com roteiro semiestruturado entre as mães, com as professoras, mas muitas vezes as entrevistas cederam lugar as conversas informais. O gravador, a máquina fotográfica e o diário de campo, por sua vez, foram instrumentos de pesquisas indispensáveis.

A pesquisa aqui realizada pode ser definida de maneira descritiva, de natureza qualitativa, entretanto, considerando os esforços de pesquisa realizados por Bauer, Gaskell e Allum (2007), me apoio também para compor o objeto teórico do referido trabalho, em dados estatísticos, como também em levantamentos históricos, tentando assim, superar a tradição existente de que a pesquisa qualitativa evita números, bem como a ideia que se tem de que um modelo de pesquisa seria superior ao outro (BAUER, GASKELL, ALLUM, 2007). Nesse sentido, concordo também com Goldemberg (2004) quando nos fala que “os métodos qualitativos e quantitativos deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares” (GOLDEMBERG, 2004, p. 63). Ademais, esta autora ainda nos alerta que:

A integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um *cruzamento* de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular (GOLDEMBERG, 2004, p. 62).

Nesse sentido, “a integração de dados quantitativos e qualitativos pode proporcionar uma melhor compreensão do problema estudado” (GOLDEMBERG, 2004, p. 66), além do que, “o bom pesquisador deve lançar mão de todos os recursos disponíveis que possam auxiliar à compreensão do problema estudado” (GOLDEMBERG, 2004, p. 67). Dessa forma, destaco que os estudos dos órgãos oficiais, como o IBGE, IPEA, MDS, se mostraram importantes fontes de pesquisa.

Diante do exposto, destaco que a presente dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos além das considerações iniciais e finais. O capítulo primeiro que intitulei de ‘Orobó e a comunidade de Feira Nova’, apresento o município de Orobó, trazendo alguns dados locais referentes à renda. Busco associar esse capítulo com dados estatísticos sobre o PBF do próprio município. Finalizo com uma apresentação da comunidade de Feira Nova que toma continuidade no capítulo seguinte.

No segundo capítulo, intitulado de ‘Crescendo em Feira Nova’ dou continuidade a uma descrição da comunidade, a relação de seus moradores com o trabalho. Falo sobre família, homem e mulher, jovens e crianças. Mostrando como a relação dos moradores e a liberdade de circulação que as crianças possuem na comunidade, faz dela para seus moradores um lugar que ainda pode ser visto enquanto um lugar de liberdade, ideal para se viver e criar os filhos.

No capítulo três, chamado ‘Sobre o Programa Bolsa Família’, busco apresentar como o PBF foi instituído, as condicionalidades exigidas pelo programa, sua importância na vida dos seus beneficiários, trazendo também dados que demonstram como o PBF tem sido uma política pública de grande auxílio para quem recebe, contribuindo para o alívio imediato da situação de pobreza e auxiliando nos períodos de incerteza de trabalho. Também aqui é abordada a questão do repasse do benefício, que é de prioridade feminina. Em paralelo a apresentação e descrição do programa, este capítulo apresenta o ponto de vista dos interlocutores da pesquisa a respeito do programa que além de falarem dos benefícios, também tecem suas críticas ao mesmo.

No quarto e último capítulo ‘A infância negada e inventada a partir do Programa Bolsa Família na comunidade de Feira Nova’, busco apresentar como o PBF tem proporcionado uma mudança na infância das crianças que hoje encontram-se beneficiadas pelo programa. Essa mudança se configura, sobretudo, quando traçado um paralelo entre a geração dos seus pais e avós, os quais não foram contemplados por nenhuma política pública durante sua infância, e que vivendo uma situação de privação tiveram que adentrar muito cedo no mundo do trabalho. O trabalho aparece enquanto marca dessa infância e por esse motivo, com frequência as pessoas dessa geração anterior ao PBF negam terem vivenciado a infância. A situação de pobreza vivida durante muitos anos foi repetida através de um círculo vicioso onde gerações de crianças nasciam e precocemente adentravam no mundo do trabalho juntamente com sua família, no entanto, através da implementação do PBF há uma quebra nesse círculo vicioso. Com essa quebra o PBF contribui para uma alteração na vida das crianças e, por conseguinte, na ideia de infância vivida; a essa mudança busquei chamar de ‘invenção da infância’, uma vez que ser beneficiada pelo PBF propicia um novo lugar para a criança dentro do seio familiar.

Por fim, apresento nas considerações finais um breve panorama sobre algumas questões já retratadas, reafirmando como a implementação do PBF vem contribuindo para mudanças significativas na vida de seus beneficiários no que se refere a comunidade de Feira

Nova. Mudanças essas que parecem extrapolar aquelas inicialmente pressagiadas pelos idealizadores do programa.

CAPÍTULO 1 OROBÓ E A COMUNIDADE DE FEIRA NOVA

1.1 OROBÓ

A comunidade de Feira Nova, onde a presente pesquisa foi desenvolvida, localiza-se na zona rural da cidade de Orobó (PE). Orobó⁷ é uma pequena cidade localizada na mesorregião do Agreste Setentrional Pernambucano, microrregião do Médio Capibaribe, que faz divisa ao norte com o estado da Paraíba, mais especificamente com o município de Umbuzeiro (PB), ao sul com o município de Bom Jardim (PE), ao leste com Machados e São Vicente Férrer e ao oeste com Surubim (PE), e distancia-se aproximadamente 118 km da capital do Estado de Pernambuco, a cidade do Recife.

Com uma área territorial de 140,785 km² o município comporta uma população de aproximadamente 22.878 habitantes de acordo com dados do IBGE (2013), no entanto, é de todo importante destacar que aproximadamente três quartos de sua população (cerca de 75,1%) vive na zona rural. Dessa forma, Orobó é considerado um município rural, sendo, portanto, habitado majoritariamente por famílias camponesas (PAULO, 2011). A cidade de Orobó é constituída oficialmente por três distritos principais, são eles: Orobó (a sede municipal), Chã do Rocha e Umburetama (ex- Umbuzeiro), além de várias comunidades e sítios. A socióloga, Maria de Assunção Lima de Paulo, ao realizar pesquisa em Orobó destacou que

Uma característica peculiar do município é que o mesmo, por fazer divisa com a Paraíba, tem seu principal distrito, em termos de população, Umburetama, ligado à cidade de Umbuzeiro – PB, se unindo a esta cidade. Este, apesar de dispor de serviços do município, estabelece sua rede de sociabilidade no citado município (PAULO, 2010, p. 36).

A sede municipal é o único lugar considerado propriamente urbano da cidade, os distritos se caracterizam por um hibridismo, tendo aspectos rural e urbano ao mesmo tempo. Os sítios por sua vez, possuem características totalmente rurais, sem ruas calçadas e sem água encanada, além de distanciar-se de outras moradias. A comunidade de Feira Nova, aqui retratada, encontra-se numa transição de sítio para distrito, o que é bem percebido por alguns

⁷ A palavra é de origem tupi-guarani – *orimboi*, cujo significado é “nós ensinamos a se defender das picadas das cobras” (SERTA, 2006, p.38). “O nome Orobó surgiu em decorrência a existência de um rio do mesmo nome que atravessava o município. O rio Orobó se dirige no sentido oeste-leste, cortando transversalmente o município, até encontra-se com o rio Tracunhaém, na localidade Cedro” (PAULO, 2010, p. 33).

de seus moradores, como Sr. José⁸ (75 anos) que certa vez me falou em tom quase que de indignação que a comunidade já deveria ter recebido o título de Vila, e não sabia o porquê isso ainda não havia acontecido. Podemos perceber com isso que a comunidade está em crescimento. Feira Nova exerce um caráter rural e urbano ao mesmo tempo, e cada vez mais vem abarcando pessoas que tendem a deixar suas moradias dos sítios em função da maior comodidade que as comunidades podem oferecer. Maria (43 anos) me disse em entrevista que: *“Hoje em dia não tem quase mais ninguém no sítio mais.”*. Os chamados distritos, apesar do caráter híbrido são territórios rurais. Os sítios por serem áreas isoladas, são alvo constante de violência pelos assaltos que com frequência vem ocorrendo⁹, diante disso, pelo caráter híbrido das comunidades e distritos, algumas pessoas preferem deixar os sítios indo residir nas comunidades/distritos. Esse processo de mudança, agregado ao fato de que as comunidades e distritos são áreas rurais, contribui para que Orobó não perca sua característica de um município predominantemente rural.

Entender essa configuração municipal foi para mim um processo de grande dificuldade, pois muitas vezes quando perguntava aos moradores de Feira Nova a relação da comunidade com o município, eles me diziam que Feira Nova é município de Orobó. Entendo assim que o que eles queriam me dizer é que Feira Nova pertence ao município de Orobó. Abaixo lanço um pequeno esquema visual para que se possa compreender um pouco dessas diferenciações geográficas locais. Nele vislumbramos que a cidade, Orobó, compreende sítios e distritos – áreas rurais-, além de contar com uma sede municipal, localizada em área propriamente urbana.

⁸ Destaco que todos os nomes aqui encontrados são fictícios. Essa escolha se deu por opção própria, mas todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, algumas pessoas, no entanto, não permitiram a gravação da entrevista.

⁹ Ao conversar com algumas pessoas sobre assaltos ocorridos em alguns sítios e sobre a lan house de Feira Nova que já fora assaltada, pude perceber que a prática de atos como esse não é associado aos moradores de Feira Nova e nem a pessoas do próprio município. Do contrário, é com frequência associada a pessoas que moram em cidades vizinhas, como muitas vezes ouvi moradores se queixando de alguns motoqueiros que passavam tarde da noite por Feira Nova fazendo barulho e incomodando os moradores, e sobre isso, muitas vezes me diziam “Quando você vê isso, esses arruaqueiros, pode ter certeza que é o povo lá de Machados. Esse povo sai de lá para vim fazer arruaça aqui”. Machados (PE) é um município vizinho, de pequeno porte, que limita-se ao norte e ao oeste com o município de Orobó.

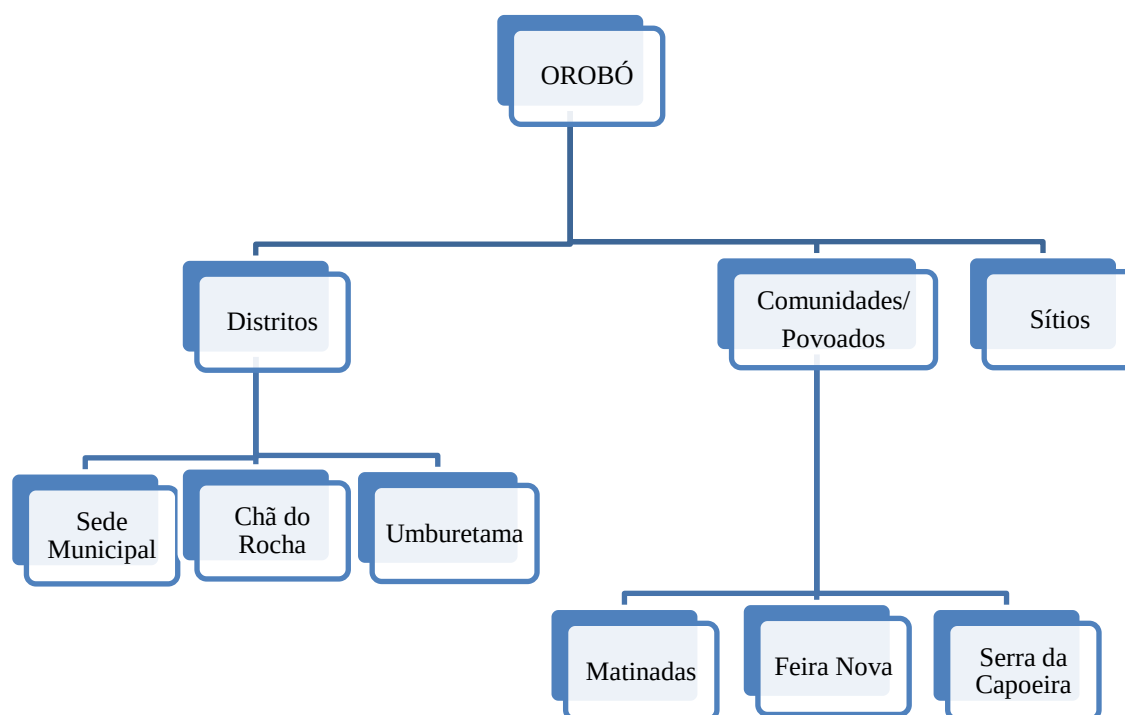


Imagem 1: Esquema ilustrativo da cidade de Orobó.

Considerando que o município é em sua maioria de população rural, escolhi focar a pesquisa apenas em contexto rural e não urbano. Essa escolha se deu em função de uma experiência anterior desenvolvida apenas em contexto urbano, realizada na cidade de Catingueira – PB (2011). Além de considerar também o que Rego e Pinzani (2013) colocam quando nos falam que ser pobre em contexto rural é diferente de ser pobre em contexto urbano, posto que, “os pobres rurais se deparam com problemas diferentes, começando pelo isolamento geográfico que resulta, quase sempre, na impossibilidade de ter acesso a serviços públicos básicos” (REGO e PINZANI, 2013, p. 18) ¹⁰. Levando em conta ainda que as

¹⁰ Silva e Lima (2010) ao realizarem pesquisa sobre o Bolsa Família destacaram que em 2009, no que se refere à localidade dos domicílios atendidos, a maior parte deles, 70%, concentrava-se no meio urbano. Destacando ainda que, o Nordeste apesar de possuir 61,4% dos domicílios beneficiados situados em área urbana, era a região que apresentava o maior percentual de domicílios atendidos pelo programa em meio rural, com 38,6%. As autoras justificam esses dados por ser a região Nordeste a que mais abriga os Estados com as menores taxas de

famílias aqui pesquisadas são beneficiadas pelo PBF, se enquadrando, portanto, nas definições de pobres ou extremamente pobres do programa, definição essa crucial para ser beneficiário do programa.

O centro do município comporta uma Agência dos Correios, uma Agência do Banco do Brasil, uma Casa Lotérica, um Hospital pertencente à rede pública, um cartório, um fórum, uma delegacia, a Prefeitura Municipal, a Câmara dos vereadores, algumas escolas¹¹, secretarias municipais, além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orobó, o Sindicato dos Professores, Conselhos Municipais, e diversos comércios. O município conta ainda com uma ONG, chamada Comunidade Semeando o Futuro (COMSEF) que desenvolve diversos trabalhos na linha de desenvolvimento econômico local. O meio de transporte mais comum no município são as Toyotas, vistas em grande quantidade e que transporta muitos moradores da região, seguidas das moto-taxis e de carros de pequeno porte.

A prefeitura do município disponibiliza ainda o transporte escolar, um ônibus que circula entre os sítios e os distritos/comunidades, além de percorrer desses locais até o centro da cidade com o objetivo de levar os alunos até a escola, bem como, levá-los de volta a seus destinos de origem. O transporte escolar é de grande valorização entre os moradores de Feira Nova, sendo um dos fatores que mais foi destacado entre os adultos ao se referirem sobre as diferenças entre a sua infância e a da atual geração de crianças do município, uma vez que, frequentar a escola na zona rural tem por uma de suas características mais marcantes as dificuldades de acesso. O transporte escolar vem assim aliviar essa dificuldade existente.

Há ainda na sede do município, um clube municipal destinado ao lazer, praças, lan houses, uma quadra de esporte utilizada para apresentações artísticas e culturais, além de bares e lanchonetes (PAULO, 2010). Ademais, a cidade comporta ainda uma igreja católica, considerada a Igreja Matriz do município, além de algumas igrejas evangélicas. O catolicismo é a religião predominante no município.

Em Orobó a maioria das pessoas acima dos 18 anos, um percentual de 50,12%, encontravam-se desenvolvendo alguma atividade ligada ao setor agropecuário (ATLASBRASIL, 2013). A agricultura ainda é a maior fonte de subsistência, no entanto, muitos agricultores falaram a respeito das condições climáticas atuais, que já não são as mesmas de antigamente, sendo hoje o período de seca mais extenso, com poucas chuvas e

urbanização e com os maiores percentuais da população Economicamente Ativa (PEA) residindo em área rural (SILVA e LIMA, 2010).

¹¹ A cidade de Orobó conta com escolas pertencentes a rede municipal e Estadual, sendo que, no que se refere a rede municipal, há vinte e nove escolas, dentre as quais, três encontram-se localizadas no centro da cidade, duas nos distritos, duas em povoados e as demais vinte e uma distribuídas nas comunidades rurais do município.

chuvas fora do tempo, o que prejudica o plantio, deixando assim o agricultor “na mão”. Além da verdade, é que as atividades de agricultura que ainda são desenvolvidas em âmbito local, podem ser consideradas uma forma de disfarçar o desemprego, posto que, muitas pessoas assumem a identidade de agricultor por não conseguir aquilo que é o seu real desejo, trabalhar fichado, de carteira assinada. Considerando esse fato, aquele que consegue se efetivar através de um concurso municipal é considerado uma pessoa de sorte, como dizem alguns moradores. Esse fato também foi destacado por Pires (2007) ao observar que em Catingueira ““conseguir” um emprego na prefeitura é uma grande aspiração da maior parte da população. O emprego na prefeitura é altamente valorizado pela estabilidade que implica” (PIRES, 2007, p.66).

Os que não conseguem a estabilidade de um emprego através de um concurso público municipal, ficam na esperança de uma indicação de algum conhecido do prefeito ou até mesmo do próprio prefeito para que se consiga um emprego em alguma das repartições municipal, ao menos durante os quatro anos de sua gestão, uma vez que, se a oposição “assume o poder”, ou seja, ganha a eleição, é certo que algumas pessoas serão exoneradas dos cargos que assumiram. Fato semelhante aconteceu recentemente no município após a posse do atual prefeito. Essas mudanças, bem como o período eleitoral como um todo, são eventos que agitam o município por inteiro, lembrando o que Palmeira (1996) chama de “tempo da política”, pois com o início do período eleitoral inicia-se também um período de conflitos e intrigas.

Dessa forma, conseguir efetivar-se em um emprego na prefeitura é o desejo de muitos, sobretudo dos mais jovens, pois, ao mesmo tempo em que lhes garante certa estabilidade, lhes possibilita permanecer no município. O setor de serviços é o segundo maior responsável pela ocupação municipal, com 29,12% (ATLASBRASIL, 2013). Os que trabalham no comércio local, em geral são donos dos próprios estabelecimentos, os quais empregam quase sempre pessoas da própria família, mas, ainda assim, o comércio local é responsável por 10,24% da ocupação total do município (ATLASBRASIL, 2013). Muitas pessoas ainda se queixam sobre a dificuldade em conseguir um emprego no próprio município, fato este que faz com que haja uma grande migração sazonal no município. Em geral são jovens do sexo masculino os que primeiro se aventuram a “sair para fora”, como é comum dizerem no local. Esse “sair para fora” está diretamente ligado ao sair do próprio município para ir trabalhar em outra cidade.

1.2 RENDA

Com base nos dados disponíveis pelo IBGE, censo 2010, no município de Orobó, dos 22.878 moradores residentes na região, 6.172 encontravam-se na chamada faixa de pobreza extrema, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00 por mês, em dados percentuais, equivale aproximadamente a 27% da população. Desse total de 6.172 considerados extremamente pobres, 5.042 viviam em áreas rurais, o que seria equivalente a 81,7% da população considerada extremamente pobre vivendo na zona rural, e 1.130 viviam na zona urbana, o equivalente a 18,3% da população considerada extremamente pobre vivendo em área urbana. Ainda de acordo com a pesquisa realizada por este mesmo Censo, observou-se que no município de Orobó 514 crianças na faixa etária entre 0 a 3 anos de idade se encontravam na faixa de pobreza extrema, além de mais 255 entre 4 e 5 anos de idade. Entre as crianças com faixa etária entre 6 a 14 anos de idade, 1.399 delas estavam nessa mesma situação de pobreza extrema.

Com relação aos jovens entre 15 e 17 anos o número era de 545 jovens nessa mesma situação, além de 114 pessoas com mais de 65 anos sobrevivendo em situação de pobreza extrema. Com base nos dados descritos, pode-se observar que aproximadamente 44% da população considerada extremamente pobre do município tinham entre zero e 17 anos de idade. Desse total que viviam em situação de extrema pobreza, mais da metade, 3.218 são mulheres, o equivalente a 52,1% da população.

Apesar disso, é destacado que a renda média de Orobó cresceu nas últimas décadas, obtendo um crescimento de 102, 49% nos últimos vinte anos, passando de R\$ 117, 36 em 1991 para 157, 26 em 2000, chegando a 237,64 em 2010. A média anual de crescimento foi de 34,00% no primeiro período e 51,11% no segundo. A população vivendo em extrema pobreza passou de 44,20% em 1991 para 42,70% em 2000 chegando a 25,35% em 2010 (ATLASBRASIL, 2013). É importante observar o crescimento de renda e consequentemente a queda no percentual da situação de pobreza extrema dessa última década, uma vez que a partir dela o PBF já começava a fazer parte da vida de algumas famílias e, por conseguinte, contribuir para essa queda de percentual. Abaixo, segue um quadro com os dados sobre renda e pobreza no município dos anos de 1991, 2000 e 2010. Em seguida, um gráfico com o percentual da população extremamente pobre por faixa etária.

Renda, Pobreza e Desigualdade – Orobó (PE)

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	117,36	157,26	237,64
% de extremamente pobres	44,20	42,70	25,35
% de pobres	75,96	64,85	42,83
Índice Gini	0,49	0,61	0,52

Imagem 2- Quadro: Renda, pobreza e desigualdade – Orobó (PE). Fonte: Pnud, Ipea e FJP

População vivendo em situação de pobreza extrema por faixa etária em 2013.

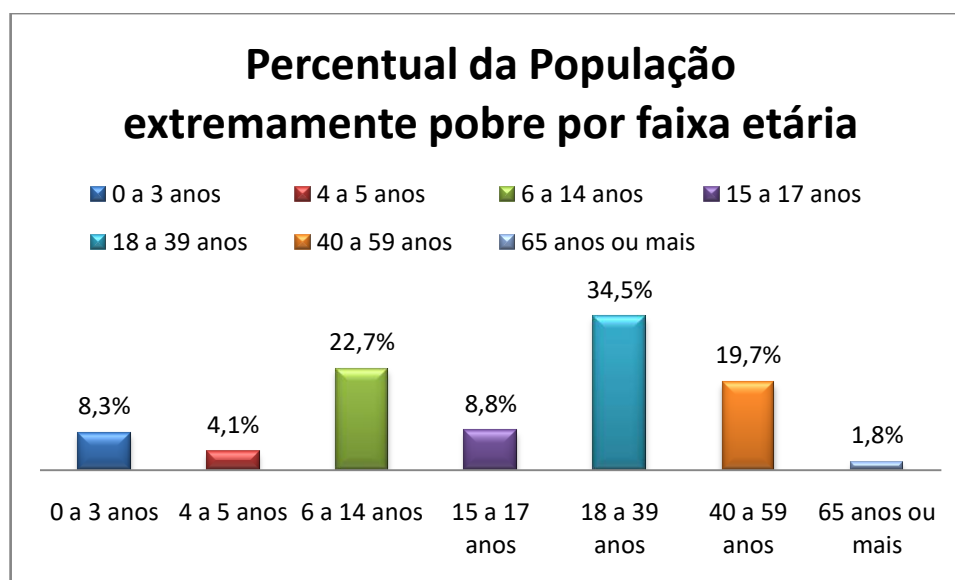


Imagem 3: Gráfico 1. Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Boletim de dados municipais.

No que diz respeito à educação, ainda desse total que vivia em extrema pobreza, 1.132 pessoas com mais de 15 anos de idade, não sabiam ler e nem escrever. O Censo ainda demonstrou que 358 crianças entre zero e 3 anos de idade não estavam frequentando a creche, isso equivale a 69,6% das crianças em situação de pobreza extrema nessa faixa etária. Das crianças com faixa etária entre 4 e 5 anos de idade, 42 delas estavam fora da escola, e 25 delas entre no grupo entre 6 a 14 anos de idade, todos que viviam em situação considerada de pobreza extrema. Entre os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, 75 deles estavam

fora da escola. É preciso destacar que na última década a proporção de crianças entre 5 e 6 anos de idade frequentando a escola cresceu 15,46%, e as crianças entre 11 e 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 108,14%.

1.3 CADÚNICO E O PBF EM OROBÓ

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), é o responsável pela gestão, coordenação, operacionalização e fiscalização do PBF, através do desenvolvimento de ações relacionadas com a gestão do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais). O Cadastro Único foi regulamentado pelo Decreto nº 6.135/7. É um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, ou seja, é uma base de dados socioeconômicos das famílias que possuem até meio salário mínimo. É através do CadÚnico que o cadastramento e a inclusão das famílias na lista dos beneficiários do PBF é feita. Por meio de um sistema de coleta de dados e de informações que visam mensurar o número de famílias que se enquadram como baixa renda no país se conhece a realidade socioeconômica de cada uma delas e traz informações de todo o núcleo familiar, bem como das características do domicílio, e as formas de acesso aos serviços públicos básicos. É importante dizer que o CadÚnico não é usado apenas pelo PBF, mas fornece dados a outros programas governamentais.

As informações contidas no CadÚnico são preenchidas em âmbito municipal. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do PBF. Através da Caixa cada pessoa cadastrada passa a receber um cartão com um número de identificação social (NIS), se tornando assim, um “*cidadão codificado*” segundo Feitosa (2010). A partir daí, os sistemas de informação que envolve a vida cotidiana operam uma verdadeira codificação da cidadania em bancos de dados. “Neste sentido, pode-se pensar no cidadão como sendo um conjunto de dados em sistemas de informação: um CPF, um número de CNH, um NIS, um cadastro de consumidor etc.” (FEITOSA, 2010, p.29). Contudo, o simples fato de uma família se cadastrar não significa necessariamente que ela terá sua entrada imediata no programa e que consequentemente obterá o recebimento do benefício, uma vez que cada município possui um número limitado de vagas.

Esclarecido o CadÚnico, trago aqui alguns dados referentes ao PBF no município de Orobó. Lembro, no entanto, que os dados aqui descritos fazem referência a todo o município e não apenas a comunidade pesquisada. Isto posto, dentre os 22.878 habitantes do município de Orobó, 17.548 pessoas encontram-se cadastradas no Cadastro Único do PBF, o que equivale

a um percentual de 76.7% da população cadastrada, ou, a um total aproximado de 5.213 famílias inscritas no CadÚnico. Segundo dados do MDS, no mês de Julho do ano de 2013, o PBF beneficiou 3.489 famílias no município, o que representa uma cobertura de 100,6% da estimativa de famílias consideradas pobres no município¹². No município as famílias beneficiadas recebem um benefício com valor médio de aproximadamente R\$ 143,00, sendo que o total transferido pelo governo federal em benefício das famílias atendidas alcançou o valor de R\$ 499. 316, 00 no mês Julho de 2013, segundo dados do MDS.

Tomando por base o mês referência, que é Maio de 2013, de acordo com o as informações do MDS, dentre as famílias do município que encontram-se cadastradas no CadÚnico do PBF, tem-se que:

4.890 (93,8%)	Famílias possuem uma renda mensal de até ½ salário mínimo;
4.212 (80%)	Famílias possuem renda per capita mensal de até R\$ 140,00;
664 (12,7%)	Famílias possuem renda per capita mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00;
3.548 (68%)	Famílias possuem renda per capita mensal de até R\$ 70,00.

Imagem 4 – Quadro: Percentual de famílias por renda mensal que se encontram cadastradas no CadÚnico.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Relatório de Informações Sociais.

No que se refere às contrapartidas do PBF no município, o acompanhamento da condicionalidade escolar com base no bimestre de março de 2013 atingiu o percentual de 93, 42% para as crianças e adolescentes com faixa etária entre 6 e 15 anos, o que é igual a 3.265 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 3.495. Para os jovens entre 16 e 17 anos, foi atingido 85, 13%, resultando em 647 jovens assistidos de um total de 760 jovens. No que diz respeito a condicionalidade da saúde, das famílias beneficiadas, no período de vigência referente a dezembro de 2012, tem-se um percentual de 82,40%,

¹² Do total populacional de 22.878 pessoas residentes no município de Orobó, 3.469 são consideradas em situação de pobreza segundo o censo de 2010. No mês de Julho de 2013 o PBF beneficiou 3.489 famílias entre famílias consideradas pobres e extremamente pobres, seis por cento a mais do que a estimativa prevista para o município, ou seja, foram beneficiadas 20 pessoas a mais do que o previsto.

percentual este equivalente a 2.242 famílias de um total de 2.72 que compunham o público no perfil para acompanhamento do município.

1.4 FEIRA NOVA

Dentre os vários sítios e comunidades que fazem parte do município de Orobó, um deles é o que compõe o lócus da pesquisa aqui retratado. Feira Nova é uma pequena comunidade rural, localizada na cidade de Orobó que abarca cerca de 530 habitantes, o que equivale em média a 190 famílias¹³. Distancia-se aproximadamente 15 km da sede municipal. Sua aparência é de um pequeno vilarejo organizado enquanto um aglomerado de casas uma colada à outra, a maioria com a mesma aparência, se diferenciando muitas vezes apenas pela cor. No entanto, há algumas casas são visivelmente diferenciadas quanto a sua estrutura, sendo estas residências das pessoas que possuem uma melhor condição financeira.

Feira Nova dispõe de um posto de saúde, uma escola municipal, uma lan house, um mercadinho, duas “bodegas” (uma espécie de mercearia, chamada de bodega em algumas cidades do interior), dois bares, uma pequena loja de roupa, duas lojinhas que vendem uma variedade de acessórios, como boneca, guarda-chuva, escova, lápis, dentre outras coisas. Essas lojinhas são comércio executados na extensão da própria casa, um terraço que foi ampliado ou um quarto que teve sua parede quebrada para se tornar um ambiente comercial. Feira Nova encontra-se em desenvolvimento, e para além desses pequenos comércio que vem surgindo, há ainda alguns vendedores que passam de porta em porta oferecendo desde frutas e verduras, como diversas mercadorias que são vendidas em prestações, estes últimos vendedores são os chamados prestanistas.

Encontra-se em Feira Nova ainda uma igreja católica, a qual é frequentada pela maioria dos moradores, mas também, encontra-se uma igreja evangélica, de denominação Assembleia de Deus, esta, sendo frequentada majoritariamente por pessoas dos sítios. A religiosidade é algo intenso na comunidade. A igreja católica não tem um padre fixo, que celebre a missa semanalmente, dessa forma, as missas celebradas pelo padre acontecem uma vez ao mês, quando o padre da Igreja Matriz, localizada na sede municipal, se desloca até a comunidade com o intuito de realizar a celebração. No entanto, o fato de não ter a missa celebrada semanalmente pelo padre, faz com que os próprios moradores de Feira Nova se mobilizem em torno das organizações das celebrações religiosas.

¹³ Destaco que esses números me foram sugeridos pela Agente de Saúde da comunidade e fazem referência a um valor aproximado, uma vez que o IBGE apresenta apenas os dados totais do município.

Há um grupo de pessoas que se mobilizam em torno dessa organização, de modo que sempre há atividades religiosas na igreja, como as novenas e o terço dos homens. Ainda semanalmente, a hóstia é dada aos fiéis por uma líder religiosa da comunidade quando vão a igreja local ou a quando ela passa nas casas das pessoas que não puderam comparecer a igreja, nesse último caso, em geral são as pessoas de mais idade que não saem de suas casas com tanta frequência ou as que encontram-se enfermas, e ali se faz a reza do terço, acende-se uma vela, se faz uma oração e entrega-se a hóstia.



Imagem 5: Igreja Católica da comunidade. Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ir à igreja é uma das atividades de socialização mais realizadas pelos moradores de Feira Nova, sobretudo pelas atividades religiosas que se realizam na comunidade, as quais com frequência reúne a maior parte dos moradores. É na igreja onde se podem encontrar crianças, jovens, adultos e idosos reunidos desenvolvendo atividades de socialização. Dessa forma, podemos dizer que a igreja exerce uma função integradora, no entanto, e ao contrário disto, através dela ocorre também um processo de exclusão. Digo isto, pelo que me foi relatado pelo jovem Tiago (22 anos), o qual falou que não mais frequentava a igreja, porque as pessoas ao invés de se importarem com o que em sua opinião realmente é importante, a religiosidade, ficavam fofocando no momento da celebração da missa. Tiago me disse que durante as várias vezes em que foi a igreja, as pessoas ficavam comentando sobre a roupa, o calçado, sobre como determinada pessoa estava vestida, sobre como as pessoas se comportavam. Disse-me que as pessoas ficavam mais de olho na vida das outras pessoas e com fofocas em relação a isso, e que por esse motivo ele deixou de frequentar à igreja. Não é

a igreja em si que exclui ou gera cortes de relações, mas a fofoca que é realizada através dela, uma vez que a igreja é um lugar que tende a reunir as pessoas, um lugar onde as pessoas encontram-se fisicamente próximas, logo qualquer fofoca ou comentário realizado neste ambiente é facilmente percebido.

Mesmo não sendo católica, durante a minha estadia em Feira Nova pude algumas vezes assistir a missa na igreja local, e confesso que me senti um pouco constrangida, mas não por uma diferença religiosa, e sim porque de fato me sentia o tempo inteiro sendo observada pelas pessoas que ali estavam presentes. Eu evitava lançar olhares, mas era inevitável não perceber que as pessoas me olhavam e lançavam comentários ao meu respeito. Eu sabia que a minha presença prolongada na comunidade já era motivo de comentários, mas estar na igreja, em um espaço pequeno que reúne e aproxima as pessoas fisicamente deixou isso muito mais evidente para mim.

Ao conversar com Tiago que me falou o porquê de seu afastamento da igreja eu disse que havia ido a missa no domingo que se havia passado, e ele imediatamente falou: *“Eu tenho certeza que você foi a atração da igreja! Você não percebeu não, ninguém falando ou olhando para você?”* Confesso que eu acabei mentido para Tiago e disse que não havia percebido nada, mas ele ainda assim falou *“Eu tenho certeza que falaram, porque o povo aqui fala de tudo”*. Em outra parte da conversa, Tiago me falou que uma das coisas que não gosta em Feira Nova é que o povo fala demais da vida dos outros, disse-me assim: *“Aqui se você está conversando com uma menina, as pessoas já falam que você está namorando e se elas te veem conversando com um menino já pensam que tem algo errado...”*.

Feira Nova dispõe de água encanada, apesar de não haver saneamento básico. A água chega apenas um dia por semana, sendo esse dia de grande trabalho para seus moradores, pois é nesse dia em que se enchem os tanques e todos os recipientes que se dispõe para acumular a água que deve durar até a semana seguinte. A água para os moradores de Feira Nova, sobretudo para os mais velhos, é considerada uma benção divina, pois apenas há pouco tempo é que seus moradores passaram a contar com água encanada em suas casas¹⁴, apesar de um

¹⁴ Durante muitos anos a população de Feira Nova sofreu com a falta de água encanada nas residências. De início, para se obter água em casa era necessário caminhar alguns quilômetros até o açude mais próximo. Essa água era trazida em grandes latas de alumínio na cabeça das mulheres, sendo utilizada para cozinhar os alimentos, para beber e para o banho. Na ida até o açude na busca de água, quase sempre se aproveitava a viagem para lavar roupas e tomar banho, economizando assim a água que se levava para casa. Anos mais tarde Feira Nova passou a contar com um chafariz, que veio a diminuir a distância para obtenção da água, no entanto, não raro, brigas eram disseminadas em torno do chafariz, posto que, formavam-se filas para se adquirir a água, o que vez por outra era motivo de conflito, por motivos como alguém furar a fila, demorar enchendo muitos reservatórios. As brigas ocorriam pela questão do tempo, pois o chafariz tinha hora para ser ligado e desligado. Apenas há pouco tempo é que os moradores de Feira Nova passaram a receber água encanada diretamente em suas casas, ainda que de modo atípico. Hoje em dia a esse recebimento se dá através de uma espécie de

tipo de encanação precária que foi realizada na comunidade. Em Feira Nova não se paga pela água, no entanto, uma família local é responsável por sua distribuição. Essa família e em especial um dos membros dela, é considerada por muitos moradores como “o (s) dono (s) da água”, pois é ele quem faz a distribuição da água, ligando o motor que leva água para todas as casas de Feira Nova. Essa apropriação privada da água se deu por que a água distribuída sai de um grande açude que encontra-se em um terreno que é de propriedade dessa família.

É bem certo que esse domínio da água, nada mais é do que uma espécie de coronelismo modificado, tendo em vista que a família que é tomada enquanto “dona da água” possui grande envolvimento político no município. Dessa forma, muitos moradores me afirmaram que sendo eles os “donos da água”, os mesmos não fizeram questão em cobrar nenhuma taxa financeira dos moradores pela distribuição da água, no entanto, a casa deles receberia água todos os dias, enquanto que as dos demais moradores, apenas uma vez por semana. Quando o processo de encanamento foi por fim decidido, a prefeitura que se encontrava na gestão, apoiada pela família “dona da água”, fez o processo de encanamento nas casas e a distribuição ficou por conta dessa família. De fato que, esse estabelecimento da água, a não cobrança de taxa pela mesma, agregando-se ao fato da dificuldade de longos anos sem água encanada, gera em alguns moradores um sentimento de gratidão, de reciprocidade, como nos diria Marcel Mauss (2003). A tríplice aliança do *dar-receber-retribuir* da qual nos fala Mauss, pode ser entendida nessa distribuição que ocorre em relação a água em Feira Nova, e que se fecha em período eleitoral, com a retribuição ocorrida na troca de votos. Abaixo segue uma imagem que mostra os moradores do final da rua pegando água na frente de suas casas, pois nessa parte da comunidade a água só chega até a frente da casa, dizem que a água não chega com força o suficiente para adentrar as casas nessa parte da comunidade.

encanamento nas ruas da comunidade que está ligado diretamente às casas, no entanto, a água chega às residências apenas uma vez durante a semana, e cada parte da comunidade tem um dia específico para o recebimento da água. Dessa forma, em Feira Nova tem-se “o dia da água”. Nesse dia as pessoas, em geral as mulheres, se ocupam quase que o dia inteiro se dedicando a encher seus reservatórios, além das caixas d’água que há na maioria das casas. Algumas casas possuem a caixa d’água tradicional que fica em cima da casa e outra maior, construída de cimento, que fica no quintal da casa, e serve para o armazenamento da água que será utilizada durante a semana. Essa água armazenada deve durar até o mesmo dia da semana seguinte, quando mais uma vez chega o dia da água. Algumas casas, as que ficam no final da rua da comunidade recebem água apenas na calçada de casa, dizem que a água não tem força suficiente para chegar até a casa, então elas carregam a água em baldes da frente da casa até dentro dela, em um trabalho minucioso e que dura quase que o dia inteiro.



Imagem 6 : Moradores do final da rua carregando água até dentro de suas casas. Fonte: Acervo da pesquisadora.

A maioria dos habitantes de Feira Nova vive das aposentadorias rurais e auxílios do governo (PBF) e são esses os recursos que circulam na comunidade, algumas poucas pessoas conseguem empregos públicos, vinculados à prefeitura municipal. Viver desses auxílios parece ser algo comum em pequenas cidades do interior do nordeste brasileiro, visto que o mesmo também foi constatado em Catingueira, PB, por Pires (2007); Pires, Santos, Silva (2011); Santos (2011); Silva (2011); Souza (2011); Silva (2013). Ademais, em Feira Nova ter uma pessoa aposentada na casa é sinônimo de segurança para a família. Mireya Suárez (2006) ao pesquisar entre as beneficiárias do PBF destaca também que

[...] além do benefício recebido da Bolsa-Família e dos programas remanescentes, a renda de alguns dos grupos domésticos é incrementada com benefícios procedente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI, como denominado doravante), bem como das aposentadorias de pais e sogros das beneficiárias e de prestações continuadas. A importância desse tipo de renda para a sobrevivência do grupo familiar é apontada por todas as entrevistadas [...] (SUÁREZ et al, 2006, p. 20-21).

A atividade mais comum entre os homens que se encontram na comunidade, ainda é ser motorista de toyota, posto que o trabalho na agricultura já não é tão realizado, mas ainda é desenvolvido por alguns moradores, sobretudo os mais idosos. Acrescente-se a isso algumas pequenas atividades, os chamado bicos que são realizados vez por outra e contribuem para o aumento da renda familiar. Muito frequentemente encontram-se casas onde as pessoas

cultivam em seus quintais um pequeno roçado, criando animais de pequeno porte como galinha ou porco e não raro os homens tendem a aventurar-se na busca de emprego em cidades vizinhas.

Feira Nova é referenciada enquanto *rua* em oposição aos *sítios*, sendo essas, portanto, categorias nativas. A professora e pesquisadora Maria Assunção Lima de Paulo (2010) também destaca que em Orobó o termo *sítio* é mais utilizado para se referenciar as comunidades rurais e *rua* para se destinar a sede do município, no entanto, pude perceber que o termo *rua* também é utilizado pelos moradores de Feira Nova quando em oposição aos *sítios*, estes, sendo lugares extremamente rurais. Acredito que isso aconteça pelo fato de Feira Nova possuir suas ruas calçadas, bem como, pela disponibilidade de acesso a alguns serviços públicos básicos, a exemplo do posto de saúde e do grupo escolar, além dos pequenos comércios existentes. Ainda no que se refere a este mesmo trabalho, ao pesquisar entre os jovens rurais de Orobó, Paulo (2010) observou que para algumas pessoas Feira Nova não é identificada enquanto *sítio*, mas sim enquanto comunidade. Além do que, sobre Feira Nova, a autora afirma:

[...] não apenas os acessos à escola, posto de saúde, transporte e rua calçada determinam o critério de urbanidade, mas o grau de desenvolvimento, sendo a atividade agrícola indicada como ocupação das pessoas dali, esse desenvolvimento não é considerado, sendo o mesmo relacionado à atividades consideradas tipicamente urbanas, como o comércio (PAULO, 2010, p. 149).

Além disso, todos os elementos encontrados em Feira Nova que facilitam o acesso dos moradores aos bens de serviços ofertados faz com que o local possua esse caráter híbrido de rural e urbano, pois, de acordo com a pesquisa realizada por Maria Assunção Lima de Paulo todos esses fatores que faz com que Feira Nova torne-se “um local de mais acesso, em relação às demais comunidades rurais, se tornou fator de diferença no momento de classificação entre *rua e Sítio/ urbano e rural*” (PAULO, 2010, p. 148).

Em Feira Nova a maioria das residências é organizada pelas famílias e a partir delas. Existe em Feira Nova uma espécie de rede familiar extensiva, onde muitas vezes se considera como parente aquele indivíduo com o qual não se tem laços consanguíneos, mas, de afinidade. Assim como destaca a antropóloga Cláudia Fonseca (2004) acredito que entre os grupos populares, o conceito de família encontra-se relacionado às atividades domésticas do dia a dia, e nas redes de ajuda mútua, o que pode ser bem visto em Feira Nova. A família dessa forma,

não é um dado pré-definido apenas pela consanguineidade e as relações familiares se caracterizam também pelo compromisso mútuo.

Dessa maneira, morar em Feira Nova pressupõe também um sentimento de grupo, que se mantém por sua unidade, mas também por uma coerção social, no sentido de regras sociais estabelecidas que contribuem para isso. Além disso, a mídia em grande medida auxilia nesse processo, tendo em vista que os programas jornalísticos que são vistos pelos moradores mostram diariamente cenas de violência, roubo, morte, o que contribui para a construção de um ideário de que cidades como a capital do Estado, por exemplo, não sendo bons lugares para se viver. Ao passo que, se reforça a ideia de que morar em Feira Nova é para eles o lugar ideal, pois é um lugar pequeno, onde todos se conhecem e todos se ajudam apesar das divergências. Isto faz com que muitas pessoas saiam para trabalhar em grandes cidades, mas que permaneçam com o desejo de voltar, pois para eles, Feira Nova é o bom lugar para se viver e para se criar os filhos. Destaco assim a fala de uma moradora local:

O bom é que aqui no lugar onde a gente vive, aqui é uma comunidade que até se ajuda, sabe? Um sempre ajuda o outro, se você tá precisando então vai um lá e ajuda, sabe? Todo mundo aqui é de se ajudar. Porque existem lugares que é cada um por si, né, e Deus por todo mundo, né? Aqui não, aqui a gente sempre tá se ajudando uns aos outros, não existe isso não. O bom é isso [...] (Luiza, 33 anos).

Esse sentimento de ajuda mútua revelado entre os moradores de Feira Nova, me faz lembrar uma cena que pude presenciar nos dias em que realizava o trabalho de campo. Estando eu ainda dentro de casa, ouvi um carro de som relatando a situação de uma mãe de família que ao sair do lugar onde morava para ir trabalhar no Recife, foi vítima de um acidente de trabalho e ficou impossibilitada de trabalhar e sustentar sua família. Assim, o carro de som passava por Feira Nova pedindo algum tipo de ajuda, quer fosse em dinheiro ou em alimento. Ao me direcionar até a rua para poder ver melhor aquilo que se passava, pude presenciar um delicado gesto de uma das moradoras de Feira Nova doando um pacote de feijão preto. A cena me impressionou, pois eu sabia da difícil situação de privação financeira e alimentar que a mulher que doou o pacote de feijão e sua família passavam. No entanto, esse gesto demonstra o que já nos advertiu Sarti (2011) que uma das coisas “que importa aos pobres é “repartir o pouco que têm”. Isto, entretanto, não se limita à família. Na mesma medida em que a alimentação é a prioridade dos gastos familiares, oferecer comida também é um valor fundamental, fazendo os pobres pródigos em oferecê-la” (SARTI, 2011, p.61).

A existência de um valor moral coercitivo me faz entender a cena que vi e que ao mesmo tempo em que admirei o gesto, também me questioneei por que ela fazia isso se ela mesma sofria de certas privações alimentares em sua própria casa. Há ainda uma prática que prevalece no local, sendo realizada durante a semana santa, que é a passagem de algumas mulheres, por vezes acompanhadas com crianças, pedindo “o jejum”. Para essa prática, alguns moradores da comunidade já compram alguns alimentos e deixam guardados para entregar quando alguém passar pedindo o jejum, que deve sempre ser entregue com a mão direita, como me foi ensinado. Diante disso, percebemos que,

Não ter o que comer, a fome, significa não apenas brutal privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral, deste “repartir o pouco que se tem” e também da necessidade de exibição de um bem tão fundamental, cuja ameaça de falta paira sempre no ar (SARTI, 2011, p. 62).

Mendras (1978) ainda assegura que, o interconhecimento que dá a um espaço o sentido de comunidade é uma das particularidades mais importantes das chamadas sociedades camponesas, que define seu quadro de sociabilidade em oposição a outros territórios. Essa relação de interconhecimento vem se fortalecer quando no interior do próprio grupo coincide a vida doméstica, a vida coletiva e o local de trabalho, o que considero ocorrer em Feira Nova em certa medida. Com efeito, ainda considero Feira Nova enquanto um *lugar*, segundo a proposta trabalhada por Michel de Certeau, posto que, Certeau (1994) para melhor apreender as relações socioculturais faz uma diferenciação entre *espaço* e *lugar*. Destarte, o *espaço* seria caracterizado pela necessidade de ser vivenciado, enquanto que o *lugar* se caracterizaria pela ordem estável em que as vivências podem acontecer. O lugar só se torna *espaço*, ao passo que as pessoas estabelecem suas relações e vivências, dessa forma, o espaço seria “um lugar praticado”. Face ao exposto, considero Feira Nova enquanto esse “lugar praticado” descrito por Certeau, uma vez que nela são estabelecidas diariamente relações de parentesco, de trabalho, relações de afeto e confiança, dentre tantas outras relações que se estabelecem diariamente.

A rua em Feira Nova é o espaço dos homens, não exclusivamente, mas prioritariamente, uma vez que são os homens que estão em maior quantidade e por mais tempo na rua. A noite há uma acentuada queda na temperatura, sendo este um dos motivos que faz com que seus moradores adentrem a suas casas ainda nas primeiras horas do anoitecer. No entanto, ainda assim, pude observar com frequência a presença de homens circulando pela rua, bem como dos rapazes em frente a lan house em período noturno, o

contrário já não acontecia, se durante o dia poucas mulheres estão na rua, a noite tão pouco, a noite a rua não é considerado um bom lugar para as mulheres. Da mesma forma como os homens, os meninos sempre se encontram pelas ruas da comunidade, brincando, jogando bola, conversando, andando de um canto a outro. A presença masculina entre as ruas de Feira Nova é algo flagrante.

A rua em Feira Nova não aparenta ser um espaço de individualização como acontece em grandes cidades, ao contrário, ela também pode ser considerada enquanto um espaço coletivo. A casa por sua vez se mostra enquanto um espaço semelhante a rua no que se refere a grande movimentação de pessoas, ao menos alguns lugares da casa, como a sala, a cozinha e o quintal ou a varanda/terraço. Lugares como a varanda e a sala são tomados enquanto espaços ambíguos ou intermediários (DAMATTA, 1997), uma vez que é considerado enquanto situado entre o mundo interior e exterior¹⁵. Sendo estes, portanto, os lugares internos da casa por onde há uma grande circulação de pessoas durante o dia. Muitas vezes enquanto eu estava no quintal da casa onde permaneci durante a pesquisa, presenciei a entrada de mulheres, crianças e até mesmo alguns vendedores de porta que percebendo a casa entreaberta, e notando o meu distanciamento, entravam e se aproximavam e, a medida que se aproximavam se anunciavam em alta voz para que eu percebesse sua entrada. As crianças, essas entravam a todo o momento, e algumas delas, as que frequentavam a minha casa mais assiduamente, abriam a porta mesmo encontrando-a fechada, chegando a me encontrar durante momentos em que realizava minha refeição ou até mesmo ao sair do banho.

O próximo capítulo segue enquanto uma continuidade do capítulo presente, abordando a relação dos moradores de Feira Nova com o trabalho, as relações familiares, bem como a relação dos moradores com a comunidade, que a faz ser considerada por muitos enquanto um lugar de liberdade e segurança.

¹⁵ Por conseguinte, os lugares da casa que são considerados íntimos é, além do banheiro, o quarto. É preciso destacar que algumas casas não possuem portas nos quartos e outras ainda não possuem nem a parede que divide a sala e o quarto, mas sendo o quarto um lugar íntimo, essa separação é feita através de um pano improvisado que é colocado como uma grande cortina que cumpre assim a função da porta fazendo a separação entre o quarto, que é esse espaço de intimidade da casa. A sala é um espaço intermediário, posto que, é dentro da casa, mas é o espaço onde se recebem as visitas, é um lugar dentro da casa onde as pessoas podem adentrar e permanecer, pois é o lugar de receber quem vem da rua.

CAPÍTULO 2 CRESCENDO EM FEIRA NOVA¹⁶

2.1 TRABALHO

Feira Nova pode ser entendida em sua construção e crescimento, a partir da vivência das famílias, que vivendo na comunidade em moradias muito próximas umas das outras, vão tecendo suas experiências e organizando-se socialmente. Dessa forma, dão significado ao lugar, construindo assim, uma relação com aquele espaço. É comum encontrar em Feira Nova até três gerações de famílias que moram a poucos metros de distância uma da outra. Como bem nos explica Jeane:

A gente mora perto, mas antes, todo mundo morava mais junto. Era casa encostada na casa. Aí, tinha tia Joana era do lado, aí vó Olívia que é a outra avó de Cristina (prima), aí vó Iara que era a chfona, mãe e Mauro em seguida, e tio João também, tio João mora perto ainda. É um meio social que te dá um conforto, onde tu se não encontrar em um, encontra em outro (Jeane, 27 anos).

A partir disso, podemos entender a relação de afetividade que os moradores possuem com a comunidade. Sobretudo os jovens, os quais me afirmaram diversas vezes que Feira Nova é um ótimo lugar para se viver, reiterando que só não é melhor, devido à falta de oportunidade de emprego no local, o que faz com que a maioria deles migrem para grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Sobre isso, Jeane também nos fala:

Hoje, meus irmãos, um trabalha em Recife, outro trabalha no Rio de Janeiro, eu to aqui. Tu tá entendendo? Já houve aí um distanciamento, mas eles têm vontade de voltar. Silvinho tem vontade de morar aqui, Leonardo tem vontade de morar aqui, Wesley tem vontade de morar aqui. Não moram por falta de oportunidade mesmo. Meu irmão no Rio de Janeiro é porteiro, Wesley e Leonardo são garçons. Então, eles querem obter uma vida melhor assim como todo mundo, então eles tem que sair daqui par ir procurar uma coisa melhor fora. Mas conforto, assim, união, é aqui (Jeane, 27 anos).

Tomar a comunidade de Feira Nova enquanto o melhor lugar para se viver, justifica-se dentre outras questões, pela possibilidade de poder contar com um ponto de apoio que é a família, como percebe-se na narrativa acima descrita. Sobre essa falta de emprego local, isso também foi algo percebido por Paulo (2010) ao pesquisar entre os jovens de Orobó,

¹⁶ Título inspirado na obra da antropóloga norte americana, Margareth Mead, intitulada ‘Crescendo em Nova Guiné’ (1930). Inspirados nesta obra, também há os trabalhos, ‘Crescendo como Xikrin’ (2000) de Clarice Cohn e ‘Crescendo em Catingueira’ (2012) de Flávia Pires.

destacando que “em muitas das entrevistas, a pouca perspectiva de futuro foi mencionada pelos jovens” (PAULO, 2010, p. 176). Muitas vezes fui questionada por alguns jovens do local se eu sentia o desejo de morar em Feira Nova, sob a justificativa de que sendo um lugar calmo, longe da agitação de uma capital, seria um bom lugar para se viver. Mas certa vez, enquanto caminhava com algumas mulheres pelos sítios, uma jovem ao me falar por que gostava do lugar que morava me perguntou também se eu não teria o desejo de morar em Feira Nova, e antes que eu pudesse dar qualquer resposta, outra mulher que estava alguns passos a nossa frente virou-se até nós e como que repreendendo a pergunta feita falou: *Claro que não, né? Só se ela fosse louca!*

Ultimamente com o crescimento e a oferta de emprego, muitos jovens tem preferido ir trabalhar na cidade do Recife, uma vez que a proximidade permite que eles retornem para seus lares nos finais de semana ou quando estão de folga, em geral a cada quinze dias. Ocorre entre os jovens de Feira Nova aquilo que Menezes (1998) denominou de migração sazonal, uma vez que eles passam a semana trabalhando em outro município e aos finais de semana ou de quinze em quinze dias retornam as suas casas onde permanecem com suas famílias, assim, eles dividem-se entre a pequena Feira Nova e a “cidade grande”. Em respeito a isso, Wanderley (2006) realizando pesquisa também entre os jovens de Orobó afirmou que “Dos que saíram, em sua maioria jovens, vão trabalhar em outras cidades, mas mantêm referencia ao domicílio paterno, para onde voltam com certa frequência” (WANDERLEY, 2006, p.44).

Essa migração hoje é mais comum entre os jovens do sexo masculino, que ao atingirem a maioridade seguem para as grandes cidades para poder trabalhar com a carteira assinada, ou como se diz entre os moradores locais, nessa idade eles já podem “*trabalhar fichados*”. Cumpre frisar que a maioria dos jovens, ao menos das famílias com as quais eu tive contato, permanecem hoje em Feira Nova até atingirem a maioridade. Este momento coincide com o mesmo momento em que eles deixam de estar vinculado ao PBF, pois atingem idade superior a permitida para serem beneficiados com o Benefício Variável vinculado ao Adolescente, sendo a partir de então que eles seguem para as grandes cidades em busca de trabalho. Sobre essa saída em busca de trabalho em outras cidades, ao conversar com um jovem que encontra-se nesse processo de migração sazonal, entre idas e vindas a sua casa em Feira Nova o mesmo me falou sobre o seu desejo em permanecer, mas das dificuldades e da falta de oportunidades que o fez sair.

Então Patrícia, antes não, viu, Nem passava pela minha cabeça (não voltar para Feira Nova). Mas hoje em dia... Pensando bem, as melhores

oportunidades, queira ou não, estão na cidade grande. Mas eu não sei. Porque eu gosto muito daqui. Pra morar mesmo, aqui é o lugar. Eu sempre disse isso. Se eu conseguir chegar numa posição de conforto e poder viver aqui, vou viver com certeza. Mas isso é o tempo quem vai dizer... (Saulo, 22 anos, mora em Feira Nova e trabalha em Recife).

Como a comunidade e o município em geral não oferecem muita oportunidade de trabalho, a tendência é a saída dos jovens na busca de emprego para contribuição da renda familiar. Com o recebimento do benefício do PBF essa saída é adiada. Esse momento coincide na maioria dos casos com o momento em que o jovem atinge a maioridade e desliga-se do PBF, diante disso, ele segue em busca de trabalho com a carteira assinada nos grandes centros urbanos. Digo isso com base em observações e considerando que ao conversar com muitos moradores locais, os quais não foram beneficiados por nenhuma política pública durante sua infância e juventude, observei que a maioria deles saíram de Feira Nova antes dos 18 anos.

Semelhante a isto, Mireya Suárez (2006) em um Relatório Compreensivo de Pesquisa sobre o PBF apresentado ao MDS, destaca a baixa presença de adolescentes entre 16 e 20 anos nos grupos domésticos pesquisados, afirmando que apenas 9,0% dos membros desses grupos, é que se situam nessa faixa etária. E a este fato, ela considera que,

Possivelmente o término do benefício obriga esses adolescentes a buscar formas alternativas de sustento e a abandonar a escola. Se assim for, como a pesquisa de campo sugere, o corte da bolsa causa uma mudança abrupta da condição de criança para a vida adulta em condições ainda muito vulneráveis e no momento mais crítico da adolescência. Dados discursivos obtidos durante o trabalho de campo sugerem que esses/as jovens enfrentam muita dificuldade para ingressar no mercado de trabalho, deparando-se com o desemprego ou subemprego... (SUÁREZ et al, 2006, p.16).

A migração entre os jovens parece ser algo comum no município, sobretudo nas comunidades rurais. Sobre essa migração, Paulo afirma que:

Em virtude disso, em quase todas as famílias entrevistadas havia um jovem, quase sempre *rapaz*, que havia migrado para o trabalho em grandes centros como Recife ou mesmo na região Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. (PAULO, 2010, p. 175).

Amélia Cohn (2012) em ‘Cartas ao presidente Lula’ aborda a questão da busca por trabalho e questiona “quais as chances reais que esses sujeitos têm de conseguir empregos, tentar com sucesso submeter-se a um concurso público, inscrever-se no SINE, ou mesmo mudar-se para regiões com melhores oportunidades de emprego?” (COHN, 2012, p.50). As

peessoas desejam melhores oportunidades nos locais onde vivem, no entanto, isso se mostra inviável, logo, elas migram em prol de uma tentativa por oportunidades, ou, na busca de uma vida menos sofrida, migram na tentativa de uma mudança de vida, buscando um pouco de conforto como muitos falaram. Por isso, “a migração e os deslocamentos dos povos tem constituído mais a regra que a exceção [...]” (HALL, 2003, p.52-53), mas,

De um lado, condena-se a migração dos pobres; de outro, aconselha-se aos pobres que migrem em busca de mais (nem melhores, sequer) oportunidades de trabalho, como se estes não tivessem raízes nos lugares onde vivem, nem ali tivessem construído redes sociais de apoio. Redes estas, aliás, que constituem uma das maiores garantias de sua sobrevivência [...] (COHN, 2012, p.50).

Sobre a saída, muito comumente se diz na comunidade que os jovens “*saem pra fora*”, uma vez que o trabalho na agricultura é pouco atrativo para os jovens, e também a possibilidade de se conseguir emprego na própria cidade é pequena. O mais comum é a migração sazonal entre os jovens do sexo masculino. Os homens da comunidade também fazem parte desse processo, contudo, é preciso destacar a dificuldade destes últimos nesse processo em busca de emprego. A maioria dos jovens os quais tive contato fazia parte desse processo de migração sazonal e desempenhavam o trabalho de garçom em algum restaurante da cidade do Recife. O fluxo de migração nesse tipo de trabalho tem se intensificado nos últimos anos, de modo que em dezembro de 2013 foi realizado na sede municipal de Orobó o 1º Encontro de Garçons e, em nota, um site local destacou que “a ideia é de fortalecer ainda mais a classe em torno de muita união e confraternização. Orobó tem se destacado a nível estadual com a importação de garçons para a capital, seja qual for o restaurante você encontra um oroboense, e a grande maioria deles já passaram pela rede de restaurantes Alphaiate e Boteco” (OROBÓ NEWS, 2013).

2.2 FAMÍLIA

Conforme já destacado, em Feira Nova a rua é predominantemente masculina, e opõe-se a casa, assemelhando ao que nos coloca DaMatta (1997) em seu clássico estudo *A casa e a rua*, ao nos falar do modo dual e paradoxal que a sociedade brasileira possui diferentes lógicas para as relações públicas e privadas. Para além dos espaços físicos, concordo com DaMatta quando nos mostra que a casa e a rua não dizem respeito apenas aos espaços físicos

em si, mas nos mostram, sobretudo, importantes esferas de ação social que são opostas e complementares. Sobre isso, Sarti destaca que,

Existe uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa, a casa está, portanto, contida na família [...] (SARTI, 2011, p. 63).

Opostos e complementares também são os papéis familiares. Entendo, como já destacado, que a família vai além das relações de consanguinidade entre os indivíduos e da unidade doméstica. Dessa forma, a família pode ser entendida enquanto um espaço onde se funda a solidariedade indispensável à convivência entre os indivíduos, para assim, tecer as identidades de gênero (QUINTEIRO, 2002). É no seio familiar onde os diferentes papéis se encontram mutuamente articulados, sendo este, o lugar de construção da identidade do homem e da mulher. Assim, a família é uma instituição que se funda na diferenciação dos papéis de seus membros, para que funcione de forma articulada e complementar, como bem nos mostra Quinteiro (2002) quando nos diz que “a família é mais que um agrupamento de pessoas com laços de sangue e afinidade, pois ela funda solidariedades necessárias à convivência social e forja as identidades masculinas e femininas” (QUINTEIRO, 2002, p.3). Semelhantemente, Sarti destaca a família enquanto uma instituição que se funda na diferenciação dos papéis de seus membros para que assim funcione de forma articulada e complementar, uma vez que:

A família, como ordem social, não é uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações. Embora comporte relações potencialmente equitativas, como aquela entre o homem e a mulher, a família implica autoridade, pela sua função de socialização dos menores, definindo-se, assim, como um mundo de relações recíprocas, complementares e assimétricas (SARTI, 2004, p.18).

Em Feira Nova há um modelo de família que é encontrado com frequência, o da família conjugal tradicional, com a presença do homem e da mulher, o casal, e seu (s) filho(s), mas que dá espaço a família extensa com as relações de afinidades que vão sendo estabelecidas. Isso nos mostra que em Feira Nova não há uma rigidez de modelo familiar, e não havendo essa rigidez, as famílias encontram-se propícias a mudanças. Assim,

Cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem. (SARTI, 2004, p.13)

Diante disso, é importante estarmos atentos as singularidades que cada família possui, e ainda que haja uma prevalência de um modelo familiar específico, também pode ser encontrado em Feira Nova famílias monoparentais. É bem verdade que, o modelo de família monoparental que pude encontrar em Feira Nova foi o de família monoparental feminina, aquele onde há apenas a mulher/mãe e seus filhos. A existência desse modelo serve para comprovar que o modelo familiar não é estático, mas ao contrário, encontra-se em constante mudança, deixando assim aberto o leque de possibilidades de formas de organização familiar e social que são moldadas segundo cada contexto.

Além disso, como já destacado, em Feira Nova entende-se que a família vai além dos laços de consanguineidade. A família compreende a consanguinidade, mas também a confiança, e aquele em que muito se confia, é considerado muitas vezes como sendo da família. É a partir de uma relação de confiança que se convida uma mulher para ser madrinha de seu filho (a), por exemplo, e ser madrinha de uma criança significa assumir quando necessário, o papel de segunda mãe. Dessa forma, Beatriz (28 anos) me revelou na frente de sua comadre, que já tinha dito a ela inúmeras vezes que caso uma fatalidade viesse a acontecer, seria a sua comadre quem cuidaria de sua filha mais nova, pois era ela em quem confiava. Ela teria o privilégio e a prioridade de cuidar de sua filha, antes mesmo do marido (pai da criança), da avó, tanto materna quanto paterna e de diversos outros parentes consanguíneos. Essa forma de parentesco por comadrio/compadrio assemelha-se ao matrimônio a medida que ambas criam uma forma de parentesco a partir da escolha, o que faz com que se estabeleça uma espécie de aliança simbólica a qual é calcada na confiança, e que é fundada na tradição e com fortes valores religiosos.

Assim, podemos dizer que “o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles portanto, para com quem se tem obrigações” (SARTI, 2011, p.85). Diante disso, considero que em Feira Nova a família está também ligada a uma relação de obrigação moral, assim como propriamente aos laços de sangue, o que nos remete a lembrança de Marcel Mauss (1974) ao nos falar do contrato.

2.3 HOMEM E MULHER E O BOLSA FAMÍLIA

O homem é entendido localmente como sendo o provedor familiar, e em geral ele desenvolvia o trabalho na roça, que quase sempre era um “trabalho alugado”, ou seja, trabalhava-se na terra de outra pessoa. Digo que executava, por que o trabalho na roça hoje em dia já não é executado com tanta frequência, sendo realizado por poucas pessoas, como me informou Beatriz (28 anos), ao dizer que *“hoje é mais fácil você comprar do que cultivar para ter. Antigamente não, eles tinham que trabalhar né. Hoje em dia não. Aqui mesmo, raramente existe alguém que planta. Literalmente eu acho que de 86 para cá, poucas pessoas viveram da roça”*. O trabalho na roça, na propriedade de outra pessoa, é muitas vezes considerado a pior opção possível de empregabilidade (PAULO, 2010). Isso nos mostra que o problema do desemprego atinge mais intensamente os pequenos municípios, sobretudo aquelas populações que sobrevivem mais afastadas das cidades (LASSANCE, 2005; WANDERLEY, 2006). Pires ao pesquisar em Catingueira relata-nos que o que se diz entre os moradores local, é que “ninguém mais quer trabalhar nas roças, porque o serviço é considerado pesado e difícil” (PIRES, 2007, p.66) para a recompensa que se tem em vista.

Alguns homens em Feira Nova conseguiam emprego em algumas capitais como auxiliar de pedreiro, ou em outros casos de porteiro ou zelador, assim, de tempos em tempos voltavam às suas casas e iam provendo materialmente a família, cumprindo com a função social que lhe é exigida. O trabalho como porteiro ou zelador por muito tempo foi um dos mais desejados, uma vez que, conseguir um emprego de porteiro significava, em alguns casos, ganhar a moradia, e o dinheiro que seria para o aluguel era assim economizado. Muitas vezes, quando os homens conseguiam empregos em que teriam que se deslocar geograficamente, passando anos em outras cidades, visitavam a família com pouca frequência dada a distância e o gasto, e dessa forma iam economizando grande parte do salário que se ganhava com o intuito de comprar a tão sonhada Toyota. Essa aquisição se mostra sinônimo de conquista e, é através dela que se podia trabalhar e prover sua família estando perto. Ser toyoteiro durante muito tempo foi sinônimo de certa estabilidade financeira. Mas hoje em dia já não é algo tão desejado entre os jovens, tendo em vista o alto investimento e o pouco retorno. Por isso, os jovens almejam poder trabalhar de carteira assinada, conseguir um emprego na prefeitura ou algo semelhante que lhes assegurem um futuro tranquilo, ou seja, uma velhice sem maiores complicações para poder se aposentar.

A função de provedor para o homem é algo comum em camadas populares, em Feira Nova não é diferente. Fonseca (2000) ao pesquisar na Vila do Cachorro Sentado no Rio

Grande do Sul, descreve que dentre outras funções, “o homem tem de sustentar materialmente a mulher e os filhos” (p.30), o que também pode ser visto por Pires, Santos, Silva (2011) em Catingueira (PB). Em Feira Nova tão importante quanto prover materialmente a família, é a forma através da qual isso é realizado. Suprir as necessidades da família através do trabalho é uma forma digna, como bem me falou Beatriz (28 anos), dizendo que o trabalho “*é muito bom, a coisa mais bela do mundo é o trabalho, a coisa mais gratificante do mundo é o trabalho*”.

Do homem se espera que seja o provedor familiar, que supra as necessidades materiais e morais da família através do trabalho. Este fato assemelha-se ao encontrado em Catingueira por Pires, Santos, Silva (2011) onde o homem está ligado ao trabalho, mas diferencia-se do que constatou Fonseca (2000) na Vila do Cachorro Sentado, posto que, entre estes últimos, a forma como o homem provê o sustento material da família não interessa a ninguém, e em alguns casos esse prover é através do roubo e atividades ilícitas.

É na busca por cumprir esse papel social, que muitos homens saíram e ainda saem de seu município, passando a morar em outras cidades por vezes distantes. O trabalhar lhes confere respeito, e um dos atributos mais importantes para o homem é ser trabalhador. Além do que, ser o provedor da família faz parte da sua identidade social. “A identidade masculina na família e fora dela associa-se diretamente ao valor do trabalho” (SARTI, 2011, p.88) Do homem é exigido também que se possua um caráter e comportamento idôneo, já que o fruto do trabalho pode em muitos casos ser usado de modo não adequado, a exemplo do consumo exacerbado do álcool. Assim, para ser socialmente bem aceito é preciso que o homem concilie o trabalho, suprimindo através dele as necessidades materiais da família, juntamente com o cumprimento de um código moral que exige que o homem seja o provedor familiar, que não possua vícios, a exemplo de beber demasiadamente e respeite sua mulher e filhos, no sentido de não violentá-los.

O homem que possui o vício de embriagar-se com o álcool, é desprezado socialmente, posto que, o álcool atua como destruidor moral. Além do mais, o álcool contribui para que o homem perca sua capacidade de prover, dissipando assim os recursos familiares, expondo a si mesmo e a sua família. Carla (24 anos) me contou que seu marido por beber com frequência não consegue mais trabalho, já vendeu até o fogão juntamente com o botijão de gás da casa de sua sogra¹⁷, onde moram junto com seus dois filhos, tornando-se motivo de comentários e por vezes de piadas entre os moradores locais. Sobre essa questão,

¹⁷ D. Branca, sogra de Carla, durante as diversas conversas que tivemos, queixou-se pelo fato de seu filho ter vendido seu fogão elétrico e o botijão de gás. Com muito esforço ela conseguira comprar outro, em várias

[...], para constituir a “boa” autoridade, digna da obediência que lhe corresponde, não basta ao homem pegar e botar comida dentro de casa e falar que manda. Para mandar, tem que ter caráter, moral. Assim, o homem, quando bebe, perde a moral dentro da casa. Não consegue mais dar ordens (SARTI, 2011, p.63).

Por conta da bebedeira de seu pai, Renata (8 anos) algumas vezes me disse que já falou que vai denunciá-lo ao Conselho Tutelar caso ele continue bebendo. Disse ainda que ele vai sair de casa, ser preso e, ela será levada para uma casa lá em Orobó (na sede municipal). Provavelmente, essa casa da qual ela falou deve ser onde se localiza o Conselho Tutelar, local o qual ela já foi levada uma vez quando seu pai foi preso devido a bebedeira e, que o fez deixa-la uma noite na rua junto com seu irmão e sua mãe, os quais foram acolhidos por vizinhos. O homem deve, portanto, ser como “a viga central do pilar da casa, o qual protege a honra da família” como nos diz Bourdieu em *A Casa Kabila ou o mundo às avessas* (1999, p.152).

Os homens em Feira Nova podem ser vistos na rua, pois com frequência param debaixo de algum pé de árvore ou na calçada de alguma casa para conversar, para jogar, ou até mesmo para ficar observando o passar do tempo, ou ainda ficar pelos bares. Os bares por sua vez, são lugares frequentados exclusivamente por homens, as mulheres que frequentam o bar tem sua conduta posta em julgamento. Lembro apenas de ter conhecido uma única mulher que frequentava um dos bares de Feira Nova, esta mulher, mãe de três filhas e solteira, era alvo de comentários maliciosos frequentes pelos demais moradores, sobretudo, por outras mulheres, mulheres casadas.

As mulheres em Feira Nova quando andam pelas ruas, quase nunca estão desacompanhadas, na maioria das vezes caminham em companhia das crianças ou de outras mulheres. Em geral as mulheres estão na rua de passagem, indo ao posto de saúde, ou ao supermercado, indo à casa de algum conhecido, ou ainda levando as crianças à escola. Poucas vezes vi um grupo de mulheres sentadas na beira da calçada conversando no final de tarde, e das vezes que vi isso acontecer foi na calçada da casa onde eu estava, e assim juntava-se ao grupo de mulheres também um grupo de crianças. Mas, não raro percebi que, algumas mulheres ficam por vezes paradas em suas portas ou varanda olhando para rua, observando a

prestações. Seu fogão elétrico novo, D. Branca me mostrou com muito orgulho, mesmo ela não tendo condições de comprar o botijão e por esse motivo o fogão não era utilizado, ficava apenas de enfeite em uma espécie de corredor que havia em sua casa, e por isso, ela utilizava apenas o fogão a lenha. A tristeza de D. Branca em me relatar que seu filho havia vendido seu fogão pode ser entendida, mesmo que parcialmente, pelo que nos coloca Pires (2012) em pesquisa no semiárido paraibano ao dizer que “ter um fogão a gás, mesmo que não seja utilizado, é sinal de *status social*” (PIRES, 2012, p.546).

movimentação. Sempre que tive oportunidade questionava onde estavam as meninas, pois quando olhava as ruas sempre via apenas os meninos circulando ou brincando por entre elas. Algumas pessoas me diziam que, esse ocorrido se dava pelo fato de que em Feira Nova existem mais meninos do que meninas, mas as meninas apareciam na minha casa e em grande quantidade, mais até do que os meninos, no entanto, elas quase nunca se encontravam na rua.

Certa vez, fiz essa mesma pergunta para um garotinho de aproximadamente uns sete anos de idade, o qual me respondeu quase que afirmando que a minha pergunta era tola, que as meninas estavam dentro de suas casas, e deixando transparecer que elas não estavam na rua porque a rua não é lugar de meninas. Ana Maria Gomes ao nos falar sobre infâncias, mostra-nos uma pesquisa realizada entre as crianças em um aglomerado urbano de Belo Horizonte, e nos diz que

[...] em torno dos seis anos, os meninos iniciavam suas incursões pelas ruas da favela, e deixavam de viver exclusivamente dentro das casas, onde o controle das atividades era eminentemente feminino. As meninas, ao contrário, passavam a ser objeto da mais rigorosa atenção e controle quanto aos seus deslocamentos (GOMES, 2008, p.90).

Não perceber com tanta frequência as meninas presente nas ruas, vai ao encontro da literatura regional sobre o rural, que nos mostra sempre uma infância rural masculinizada, como já bem visto por Sousa (2004). Este fato se confirma também nas conhecidas obras de José Lins do Rego, escritor paraibano, que tão bem retratou a vida nos engenhos e nas plantações de cana-de-açúcar no nordeste: *O menino de engenho* (1932); *O moleque Ricardo* (1935), *Doidinho* (1933). Essa ausência de meninas por entre as ruas, também foi observado no trabalho de Silva (2013) que ao pesquisar entre crianças na pequena cidade de Catingueira (PB) destacou a grande presença dos meninos nas ruas, na quadra da cidade, na praça, no campo, mostrando-nos como ao menos em pequenas cidades do nordeste brasileiro os espaços públicos permanece sendo um espaço masculinizado.

Se nesse contexto, a rua é masculina, em sua oposição temos a casa que é estritamente feminina, sendo o lugar da mulher, desde sua tenra idade, como visto na resposta a qual me foi dada pelo pequeno garoto ao explicar o porquê das meninas não se encontrarem na rua. Se o homem encontra-se ligado ao mundo do trabalho, a mulher encontra-se ligada ao mundo doméstico, à casa e ao cuidado com a família. É função da mulher bem administrar a casa e os bens que o homem põe dentro da casa, e assim seus papéis se complementam.

É função da mulher, cuidar da casa e dos filhos, pois ela encontra-se ligada, sobretudo ao mundo doméstico. A mulher enquanto administradora do lar, cuida para que tudo esteja

plenamente organizado. Ela cuida da casa e dos que nela habitam, ou seja, do marido e dos filhos, incluindo também as plantas e os animais, contribuindo dessa forma, para o bem-estar da família como um todo, mantendo assim a unidade do grupo doméstico. Dessa forma, a mulher consolida o seu lugar social de chefe da casa. A autoridade que ela exerce encontra-se indissociada do valor materno, ao controle que ela possui sobre o dinheiro, sabendo destiná-lo conforme as necessidades prementes, demonstrando com isso, sua capacidade na administração do lar. É a mulher quem tem a obrigação de gerir as compras da casa levando em consideração a necessidade de todos os membros juntamente com a condição financeira familiar. Segundo Mireya Suarez (2006) uma das razões do sucesso do PBF é justamente lançar mão dessa característica cultural: ele reforça o papel materno e de boa administradora dos recursos financeiros familiar atribuídos a mulher.

Em Feira Nova há algumas mulheres que trabalham, nesse sentido, há aquelas que possuem algum comércio, que por sua vez é desenvolvido através de uma extensão da própria casa. Em outros casos, há as mulheres que desenvolvem alguma atividade no grupo escolar, professoras, merendeiras ou desenvolvendo serviços gerais. Nesses dois últimos casos, onde as mulheres trabalham como merendeiras ou auxiliar de serviços gerais, o que se recebe em detrimento do trabalho realizado é a metade de um salário mínimo. Isso acontece porque o atual prefeito, quando tomou posse, alegou que inicialmente não poderia pagar um salário mínimo para todos, logo, ficou acordado que a pessoa trabalharia meio turno e receberia meio salário. Na verdade, uma pessoa é contratada oficialmente, mas o salário recebido é dividido por duas pessoas. Algumas pessoas se recusaram a oficialização do trabalho, tendo em vista que, ao assumir a prefeitura o prefeito demitiu algumas pessoas, e agregando-se a essa recusa o fato de que ao trabalhar de carteira assinada, corre-se o risco de perder o benefício do PBF. Assim, se ela fosse oficialmente contratada, correria um duplo risco, o de ser demitida com a mudança de gestão, perdendo a metade do salário que receberia e também o benefício do programa.

No entanto, o que eu gostaria de destacar é que neste caso, vale-se o ditado que diz, “melhor um passarinho na mão, do que dois voando”. As pessoas aqui, não se recusam a trabalhar, mas, a oficializar esse trabalho que na prática seria inseguro, pois, com essa oficialização, elas poderiam ter o benefício cancelado sem nem ao menos receber de fato um salário mínimo integral. A situação em questão é que o acordo proposto a essas pessoas se mostrava enquanto algo inseguro, que por sua vez poderia levar a perda da segurança que eles possuem, o benefício do BF. A gestão municipal usando de esperteza agiu de forma ilegal. Algumas pessoas com as quais tive contato e, que são beneficiárias do BF, aceitaram a

proposta de trabalhar recebendo meio salário, mas desde que a sua carteira não fosse assinada, posto que, se isso ocorresse, elas correriam o risco de perder o benefício em função de um dinheiro que ela não estaria recebendo por completo, o qual também poderiam perder a qualquer momento. O que percebemos aqui é na verdade um artifício para que se possa ter um aumento na renda familiar. Dessa forma, mantem-se a permanência do recebimento do benefício, o qual é considerado um dinheiro certo/seguro, com a possibilidade de agregar a ele meio salário mínimo. No entanto, o mais comum é que as mulheres exerçam a função de dona de casa, mas não raro encontrei mulheres que desenvolviam outras atividades em paralelo a sua função de administradora do lar. Mas o cuidado com a casa ainda permanece sendo a principal atividade das mulheres. Trabalhar e receber o benefício do PBF na tentativa de aumentar a renda familiar, vai ao encontro do que constatou uma pesquisa divulgada pelo Ipea (2013), a qual nos mostra que 38% do público alvo do PBF são trabalhadores por conta própria.

Essas mulheres são de alguma forma excluída do mercado de trabalho, essa exclusão, gera um isolamento social entre elas, fazendo com que muitas vezes suas atividades diárias e sua socialização não vá além da comunidade onde moram, limitando-se ao espaço da casa, da família, da vizinhança e da comunidade. A bem da verdade é que viver em um isolamento geográfico, em um estado de marginalização social é que faz com que haja essa exclusão do mercado de trabalho e não o contrário. No entanto, ser beneficiada pelo PBF faz com que de alguma maneira esse isolamento social seja quebrado, pois, para receber o benefício essas mulheres precisam se deslocar de Feira Nova até a sede municipal de Orobó tendo assim um processo diferenciado e mais amplo de socialização.

Elas deixam seu espaço por algum momento e deslocam-se para um espaço urbano, o qual não faz parte do seu cotidiano, além do encontro com pessoas da própria comunidade, de sítios vizinhos e distantes, nesse momento, aproveita-se para conversar, contar alguma novidade ou até mesmo uma fofoca. Nessa ida para se receber o benefício não raro as mulheres voltam com alguma compra, seja de alimento, de roupas, calçados ou algum acessório por mínimo que seja. Assim, percebemos que o PBF na vida dessas mulheres não se limita apenas a ser um benefício monetário que contribui para garantir a sobrevivência material sua e de sua família, mas que vai além disso, contribui também para a quebra de um isolamento geográfico e para a expansão de um processo de socialização.

Diante do exposto, cabe frisar que muitas das mulheres que são beneficiadas pelo PBF e com as quais tive oportunidade de conversar, desenvolvem alguma atividade produtiva (manicures, escovando o cabelo de outras mulheres, vendendo alguns produtos de revistas),

atividades que parecem pequenas, mas que por sua vez contribuem para o aumento da renda familiar e consequentemente para a saída dessa família da considerada linha de pobreza. Mostrando com isso, que as famílias beneficiadas pelo PBF, ao menos, grande parte delas, não se acomoda ao receber o benefício, como argumentam algumas pessoas que se posicionam contra o PBF. O PBF não desestimula os beneficiários na busca de emprego e ou a se tornarem pequenos empreendedores, assim como afirmou Rafael Moreira, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea - 2013) e do Sebrae ao pesquisar sobre o microempreendedorismo individual brasileiro.

Sobre o indivíduo que trabalha por conta própria, ele afirma: “O Bolsa Família não produz o chamado efeito preguiça ou de acomodação. Prova disso é que boa parte dos beneficiados é empreendedora e está formalizada”. A publicação Radar divulgada em Maio de 2013, pelo Ipea, conta que 7% dos empresários individuais do país também são beneficiados pelo PBF, além do que, 38% do público alvo do programa são trabalhadores por conta própria, formais e informais, “Em geral, o Bolsa Família não diminui a oferta de mão de obra”, afirmou Moreira.

Torna-se evidente como já destacado, que o PBF não gera acomodação em relação a busca por emprego, até porque, o benefício do PBF é um auxílio e não um salário para se manter, bem como destaca uma moradora em entrevista:

O BF não dá para se manter, porque é muito pouco, não dá para se manter. Eu queria ver o Governo Federal, ele se manter com 70 reais, eu queria ver Eduardo Campos se manter com 70 reais, ele e a sua família. Mais 32 por conta de que..., não! Mais 64, no caso, porque ele tem 2 filhos. Eu queria ver ele se manter e a família dele, com essa quantidade de dinheiro. Então eu acho que é necessário o pai ter que sair de casa para ter que trabalhar. Seja lá de alugado, seja lá de pedreiro, seja lá de servente de pedreiro, mas ele se vira. Eles não ficam parados. Eles arrumam uma moto, compram uma moto velha, aí se viram como moto taxi, pra levar tudo, pra ganhar 2 reais por dia, que mal dá para comprar pão. São pessoas carentes? São! Minha gente, a gente vive num mundo, num país onde a desigualdade tá na cara. Tá na cara, na cara! Tá evidente, tem muita gente que vive, tem muita gente, muita, muita gente que vive muito mal, em questão financeira também. Vive mal na saúde e na questão financeira. Porque também as pessoas que são pobres, eles deveriam colocar isso na cabeça também, as pessoas que são pobres também adoecem. (Beatriz, 28 anos).

Acreditar que o PBF gera dependência, acomodação e desestimularia a busca de emprego é algo infundado, uma vez que o piso básico mensal do PBF é de R\$ 77,00, e é sabido que uma pessoa não consegue se sustentar com esse valor, basta considerarmos o valor de uma cesta básica nacional que percebemos que o valor do benefício do PBF é ínfimo para que

uma pessoa sobreviva apenas com ele, que dirá se manter. Segundo estudos do Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - (2014) levando em conta uma família de quatro pessoas e considerando “a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência” (DIEESE – Nota a Imprensa, 2014, p.01), em março do corrente ano de 2014 o menor salário a ser pago no Brasil, deveria ser de R\$ 2.992,19. Ou seja, 4,13 vezes maior do que vigora atualmente (R\$ 724,00). Em fevereiro deste mesmo ano, o mínimo necessário deveria ser de R\$ 2.788,63, ou seja, 3,84 vezes o piso em vigor. Em março de 2013 o valor necessário para se atender as necessidades de uma família deveria ser de R\$ 2,824,92, 4,17 vezes o mínimo que vigorava. Logo, pensar que um benefício de R\$ 77,00, ou pouco mais a depender da quantidade de filhos, é suficiente para a sobrevivência familiar é algo infundado.

Com base no que aponta o Dieese o valor do próprio salário mínimo violaria o direito a uma alimentação adequada. Segundo Zimmermann “a cesta básica calcula o sustento e o bem estar de **uma pessoa em idade adulta**, contendo quantidades balanceadas de proteínas calorias, ferro, cálcio e fósforo” (ZIMMERMANN, 2005, p.6, grifo meu). Face ao exposto, como podemos considerar que uma pessoa viva com apenas R\$ 77,00 por mês? O PBF surge não para manter os beneficiários, como muitos afirmam, mas para *aliviar* a situação de pobreza ou pobreza extrema que muitas famílias ainda se encontram no Brasil. Não podemos esquecer que o alívio imediato da pobreza é seu objetivo maior.

O homem mesmo desempregado nunca é tomado como uma pessoa que se encontra parada. Ele está desempregado, mas diz-se dele que sempre faz um “bico”. O ócio não é algo agradável e coloca em cheque a respeitabilidade do homem. O trabalho da mulher casada é quase sempre considerado uma ajuda, uma espécie de complemento ao trabalho do marido, ainda que em alguns casos ela receba até mais que o marido. No entanto,

Cumprir o papel masculino de provedor não configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando tem precisão; para ela, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera (SARTI, 2011, p. 67).

Quando o homem saía de casa para trabalhar em outra cidade, ocorria em alguns casos da mulher ficar desamparada, pois, o marido longe de casa não aparecia com frequência e a ajuda que ele deixava quando aparecia em geral acabava bem antes do seu retorno, entretanto, havia os casos dos que mandavam alguma quantia mensalmente para a família. A mulher sempre se “virou” na ausência do marido, aliás, não apenas na ausência, mas também em sua presença, pois com o papel social de administradora do lar, ela tinha que administrar a casa e a família.

Quinteiro (2002) coloca que “um dos valores discriminatórios da relação de gênero consiste no fato de que o trabalho masculino tem mais valor do que o trabalho feminino” (p. 3). Esse julgamento social é resultado da forma como o homem é considerado socialmente, logo, é pelo mesmo motivo que ele é tomado enquanto provedor familiar e mesmo em casos onde as mulheres trabalham regularmente, “o trabalho assalariado feminino é considerado uma ajuda complementar ao trabalho masculino na família e na sociedade” (QUINTEIRO, 2002, p.3). A mulher só ia à roça sem a presença do marido, quando este encontrava-se trabalhando em outra cidade, ou, em casos nos quais o marido abandonou a família. Não ouvi relatos de mulheres que iam a roça sozinhas enquanto o marido ficava em casa. De certo que o trabalho era dividido entre os membros da família, e se havia muitas crianças na família alguns iam ao trabalho na roça, enquanto os demais ficavam em casa cuidando dos afazeres domésticos e das crianças menores. Através dessa divisão de tarefas ia-se organizando a família de maneira que, essa divisão contribuísse para o bom funcionamento familiar.

Tendo em vista a dificuldade em se encontrar um emprego, e considerando que muitos homens não possuem um grau suficiente de escolarização, o que se agrava com a elevação da idade, muitos homens permanecem à espera de algum “bico” enquanto a tão almejada aposentadoria rural não sai. A respeito disso, Beatriz (28 anos) nos fala do exemplo de seu pai, que não consegue mais emprego de carteira assinada, devido à idade avançada que já possui.

Uma pessoa de 50 anos como pai não consegue mais emprego de carteira assinada. Porque ele não tem idade mais adequada para subir em prédio. Como ele é pedreiro, eles têm medo que aconteça algum acidente por conta da idade. Entendesse? Aí Patrícia, eles tem que viver de ‘biscuite’. Eles tem que quebrar a cara. Que nem eu vejo pai reclamando todo dia em casa, porque antigamente eles saíam de casa e..., pai não fala isso, porque pai como ele é pedreiro ele pega um ‘biscuitinho’ aqui, um ‘biscuitinho’ ali, ele faz uma coisa aqui e uma coisa ali, uma coisa aqui e uma coisa ali, ele nunca tá parado. Pai é um homem que nunca tá parado. Mas e o meu sogro? Ele não tem mais essa idade, ele não tem nenhuma profissão e não tem nenhum emprego. E o pior, não tem idade de se aposentar. A mulher

dele tem idade de se aposentar, mas não consegue por causa do INSS. Com tantas provas que ela tem, porque até a terra é dela. Até a terra é dela! Mas ela não tem acesso a se aposentar. Agora eu que pergunto: O por quê? Pra que? Quem mantém eles praticamente somos nós, eu e Toinho, a outra filha dela do Rio de Janeiro, ou então a filha dela que mora ao lado da casa dela. Eu não entendo isso aí não, porque eu acho que deveria ser assim, se a partir dos 40 anos você não pode trabalhar, não tem condições físicas de trabalhar, então, vamos então lhe remunerar. Porque ninguém vai morrer de fome, não é? Quem é um engenheiro é um engenheiro até se aposentar, quem é um gari, é um gari até a idade de se aposentar, mas quem tem uma profissão que hoje, vamos supor, é um porteiro, amanhã ele é um pedreiro, depois de amanhã ele é um garçom, quem muda de profissão geralmente depois fica com dificuldade de estabelecer-se. Como é o caso de pai. Ele já foi porteiro, ele já foi tudo. Ele é pedreiro, mas a profissão dele atual é agricultor. Por que? Tá sem trabalho (Beatriz, 28 anos, grifo dela).

Um dos predicados associados a mulher é seu desempenho enquanto uma boa dona de casa. Sendo ela tradicionalmente associada ao mundo doméstico, a autoridade da mulher encontra-se também relacionada a sua capacidade em gerir os bens de consumo familiares, além de possuir um bom domínio sobre o dinheiro. Diante disso é que, acredita-se acertada a escolha dos idealizadores do programa em colocar a mulher enquanto prioritária para o recebimento do repasse. Nesse sentido, Antônia destaca que:

No sítio tem pessoas que antes da Bolsa Família não ia numa feira, porque o marido trabalhava e ganhava aquela mixaria e chegava nas barracas de sítios e comprava aquela besteira, tomava a metade de cachaça e a família vivia passando fome. E agora não, a mulher pega o dinheiro e faz a feira. As vezes compra no mercadinho e aí quando recebe vai lá paga aquela conta, e continua comprando. Entendeu? (Antônia, 47 anos)

Esse atributo associado a mulher, justifica a sua escolha enquanto prioritária em alguns programas sociais, como o PBF e o Minha Casa, Minha Vida¹⁸.

Ademais, para além da provisão econômica que o homem tem com a família, sua importância encontra-se ligada a sua intermediação entre a família e o mundo externo. O homem é a autoridade da família em presença desse mundo externo (SARTI, 2011). Assim, Viviane (36 anos) me fala toda orgulhosa do seu segundo marido, pois para ela ser uma mulher casada é algo muito importante, demonstrando com isso a importância moral do

18 O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – até R\$1600,00 – Recursos FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) é um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA. O objetivo do Programa é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.600,00.

homem no seio familiar, mas se entristece ao revelar que seu desejo é mesmo ter um filho. Viviane já é mãe de Ana (15 anos), filha de seu primeiro casamento, mas me revela que seu sonho é consolidar seu atual casamento com filho, no entanto, queixa-se e me confessa que seu marido tem problemas, não pode ter filhos.

Ter um filho consolida o casamento e fortalece as obrigações morais entre o homem e a mulher dentro da família. O filho surge para fortalecer e trazer sentido ao casamento. Ademais, “filhos, como o casamento, significa responsabilidade, uma categoria moral que se opõe, para os pobres, à vaidade” (SARTI, 2011, p.74). Para além de tudo isso, o papel da mulher está ainda associado ao papel de cuidadora, ela é aquela que cuida da casa, do marido e dos filhos, além do que, “sua feminilidade não se fundamenta em ajudar aos outros de forma generalizada, mas em assumir a responsabilidade pelos seus próprios filhos” (SUÁREZ et al, 2006, p. 18).

2.4 JOVENS E CRIANÇAS

As jovens em geral permanecem em Feira Nova. Algumas delas, quando a família pode proporcionar essa possibilidade, dão continuidade aos estudos, vindo a cursar o ensino superior em cidades próximas, como Campina Grande. Em geral, essa prioridade é dada a filha, enquanto que os rapazes, em geral saem da comunidade para trabalhar em cidades vizinhas e em alguns casos, tentam ir conciliando a faculdade com o trabalho. É preciso destacar a existência da dominação patriarcal como característica das comunidades rurais, o que já nos mostra Woortman (1990), e o que se confirma em Feira Nova, sobretudo, entre as jovens, uma vez que algumas delas me confidenciaram que terminaram o ensino médio e não deram sequência a um curso superior pela não autorização paterna.

Em alguns casos, dar continuidade aos estudos com um curso superior aparece enquanto possibilidade de adquirir maior liberdade, uma vez que, para que isso seja possível é necessário a migração ou o deslocamento semanal. Quando se pode contar com uma espécie de ponto de apoio, ou seja, quando se possui algum parente em outra cidade o qual possa abrigar a jovem enquanto cursa a faculdade, esse processo torna-se mais fácil, caso contrário, esse desejo para ser realizado terá de demorar mais alguns anos, até que a jovem obtenha condições para a realização.

Acredito que as jovens são quase sempre coagidas a permanecerem na comunidade, pela existência de um patriarcalismo que, em alguma medida, ainda existe, mas que não considero existir da mesma maneira que em tempos de outrora. Nos casos onde as jovens não

conseguem ou até mesmo não desejam dar continuidade aos estudos, algumas delas procuram alguma forma de trabalho na própria comunidade ou em comunidades vizinhas. Em geral, elas acabam indo para a casa de algum idoso da própria região, desenvolvendo os serviços domésticos ou mesmo servindo como companhia para dormir durante a noite na própria comunidade, e assim ganham seu dinheiro sem a necessidade de migrar para outra cidade. Em Feira Nova é comum que jovens cuidem de idosos e não de crianças, das crianças, acredita-se que é função da própria mãe o cuidado. A maioria das jovens casam-se e permanecem na própria comunidade, quando muito vão morar nos arredores, em comunidades vizinhas. Mas o marido, neste caso, segue em busca de emprego. Algumas jovens com as quais pude conversar me falaram do desejo de fugir. Fugir nesse caso, encontra-se relacionado ao casamento, pois quando uma jovem foge de casa com o namorado, entende-se que o erro deve ser reparado através do casamento. Mas acredito que essa prática de fugir para casar já foi mais comum em tempos de antigamente. Por casamento, é comum entender-se o morar junto e não necessariamente a união civil ou religiosa. Entendo o fugir enquanto a possibilidade de obter uma maior liberdade, que acredita-se adquirir através do casamento. Assim, Susana (23 anos) me falou que não prestou vestibular porque o seu pai não permitiu, ele não queria que a filha se ausentasse da comunidade, em seguida, ela reverberou que seu desejo seria de fugir, mas que só fugiria se fosse para longe, como a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo.

O cotidiano das crianças envolve as atividades escolares, que para quem estuda no período da manhã se inicia por volta das 07h15min. As crianças menores, em idades de frequentar o “pré-escolar”, entre 4 e 5 anos, vão a escola acompanhada de suas mães ou com as mães de outras crianças, ou ainda, caso tenham um irmão ou irmã mais velho, este, fica no encargo de levá-lo a escola. As crianças maiores, por volta dos 10 anos de idade, em geral vão a escola em grupo, quase sempre entre pares. Por volta das 11:00 h da manhã, algumas delas já começam a ser liberadas de suas atividades escolares a depender da série em que estudam. Diante disso, podemos observar que as crianças mais velhas assumem uma co-responsabilização no processo de socialização pelo qual passam as crianças mais novas. Dessa forma,

[...] os pais não detém sozinhos a responsabilidade por alimentar o desenvolvimento socioafetivo e cognitivo das crianças; as crianças são, elas próprias, co-participantes no processo de socialização de outras crianças. Assim, a socialização é uma responsabilidade partilhada entre os membros de uma rede social (NSAMENANG & LAMB apud GOMES, 2008. p. 87).

No que concerne a isto, Pires (2012) em artigo intitulado, *Crescendo em Catingueira*, faz referência ao trabalho do sociólogo Jens Qvortrup (2005) e nos diz que seu “pressuposto básico é que o cuidado das crianças não deve se limitar aos seus pais, mas sim ser responsabilidade da sociedade como um todo, embora o autor enfatize o papel do Estado no cuidado das crianças” (PIRES, 2012, p.543). Nesse mesmo texto, Pires ao nos mostrar o cotidiano das crianças de Catingueira (PB) nos diz também que as crianças pequenas encontram-se sempre acompanhadas de algum irmão mais velho, e este por sua vez, é responsável pelo irmão mais novo ou pela irmã mais nova. Ângela Nunes (2002) também destacou em suas pesquisas que “as crianças também acompanham outras crianças, maiores ou menores, em suas habilidades, suas invenções, seus conflitos, suas descobertas, seus medos, seus modos de perceber, sentir e reagir aos outros” (NUNES, 2002, p. 73).

As crianças em Feira Nova possuem livre circulação entre os lugares. Elas adentram as casas dos seus conhecidos livremente, circulam pela rua, estão na igreja e até mesmo em circulação pelos bares. As crianças não permanecem nos bares, mas tem acesso a eles e entram sem nenhum problema ou constrangimento, eu mesma pude presenciar a entrada de crianças em um dos bares que há em Feira Nova para comprar bebida para o pai ou para a mãe. Essa livre circulação das crianças, não significa dizer que elas são seres passivos na sociedade em que vivem, apenas cumprindo ordens dos seus responsáveis, mas do contrário, essa circulação faz com que elas participem ativamente da vida social de Feira Nova. Em várias sociedades a circulação de crianças é livre, a medida que elas possuem acessos a situações e espaços onde nem todo adulto pode circular (GOMES, 2008)

O que se torna um importante elemento definidor das possibilidades de exploração do ambiente por parte das crianças, além de constituir uma forma importante de troca entre os grupos familiares e de sociabilidade entre as famílias, promovida também por essa circulação de crianças (GOMES, 2008, p.88).

A criança deve ser tomada então, “como um agente que constrói suas relações e atribui sentidos” (COHN, 2000, p.01), como um sujeito social. Os estudos de Pires (2010) nos mostram como as crianças contribuem para a construção do mundo que lhes é apresentado através de suas próprias visões e interpretações, reafirmando assim a agência que elas possuem. Contudo, é preciso reconhecer que a agência infantil não é absoluta, uma vez que as crianças estão inseridas em um mundo de adultos e dependem deles (PIRES, 2010).

O fato de em Feira Nova as crianças possuírem essa livre circulação, me ajudou durante a realização da pesquisa, uma vez que eu quase sempre andava na companhia de uma

ou mais delas. Percebi que quando eu estava acompanhada de Renata (8 anos) tinha mais abertura para conversar com pessoas com as quais eu nunca conversara antes ou que por vezes só me observava. Muitas vezes Renata foi a ponte entre mim e algum morador, tendo em vista que ela conhecia quase toda a comunidade e sempre chegava em minha casa perguntado “*Hoje vamos passear?*”. Sempre achei melhor andar com ela do que andar só, pois assim, sempre que ela falava com alguém ou que alguém puxava conversa com ela, eu tinha uma abertura para também poder conversar com essa pessoa. Era como se ao andar com ela algumas pessoas me olhassem com menos desconfiança, e andando com ela, era quase improvável alguém se recusar a uma conversa. Não posso esquecer também que andar com Renata ou qualquer outra criança, do mesmo modo que me fazia me sentir mais segura, fez com que muitas pessoas se aproximassem dela para se chegar até mim, na curiosidade de saber o que tanto eu fazia com as crianças, com o que exatamente eu trabalhava, porque eu permanecia tanto tempo em Feira Nova. Era como se algumas pessoas não tivessem coragem de vir diretamente até mim, mas quando eu estava com as crianças era como se houvesse uma ponte que facilitava essa aproximação.

A maioria das crianças de Feira Nova desenvolve alguma atividade doméstica, ou como costumam dizer, dão uma ajuda a mãe em casa, arrumando suas camas, ajudando a lavar os troços (louça), indo no mercado para realizar pequenas compras, varrendo a casa, tirando a poeira dos móveis, cuidando dos irmãos mais novos ou levando algum recado para alguma pessoa conhecida. Esta última atividade se mostra comum entre as crianças de camadas populares e populações tradicionais, pois esta observação também foi destacada por Sarti (2003), Sousa (2004), Cohn (2005) e Pires (2007) ao realizarem pesquisas com crianças em diferentes contextos etnográficos.

Diferente do que observei em Catingueira (SANTOS, 2011) e do que Nunes (2002) também destacou entre as atividades das crianças A'uwe - Xavante, não vi diferença entre as atividades domésticas de meninos e meninas em Feira Nova, ambos desenvolviam as mesmas atividades, tanto meninos como meninas ajudavam a mãe a lavar a louça, a varrer a casa e a arrumar seus quartos por exemplo. Fora essas atividades domésticas, também não presenciei e nem fiquei sabendo de crianças que realizassem algum trabalho fora de casa. Ao contrário, o que me diziam era que não mais havia crianças que trabalhavam na roça ou desenvolvendo algum trabalho fora dessas pequenas atividades dentro de casa. Depois do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) que auxilia o PBF através da condicionalidade da Assistência Social, não parece ter-se encontrado em Feira Nova casos de crianças trabalhando fora de casa.

Quando não estão na escola estudando é comum que os meninos estejam brincando na rua ou na casa de alguma outra criança. Já as meninas nunca as vi brincando na rua como via os meninos, mas pude presenciar meninas brincando de bonecas em grupos dentro de suas casas. Nesse sentido, os meninos gozam de uma maior liberdade. Uma prática cultivada pelas crianças e também por alguns moradores de Feira Nova, quando o tempo permite que seja feito, é a caça de tanajura¹⁹. Dizem-se em Feira Nova que quando a tanajura aparece é sinal de chuva, e que elas sempre aparecem após uma noite com trovoadas e aí quando elas saem do formigueiro as crianças e alguns adultos aproveitam para pegá-las. Assim eles correm pela rua com alguma garrafa peti ou algum recipiente para colocarem as tanajuras que conseguem pegar. Caçar tanajura é uma diversão tanto para as crianças quanto para os adultos, estes últimos por sua vez, me disseram que hoje em dia já não aparece tanta tanajura como antigamente, uma consequência da alteração climática segundo eles. A caça leva a uma disputa de espaço na tentativa de se conseguir pegar a tanajura primeiro.

2.5 FEIRA NOVA: AINDA UM LUGAR DE LIBERDADE

Apesar da pouca oferta de emprego, o que dificulta a permanência em Feira Nova, a comunidade é descrita por seus moradores como um bom lugar para se viver. Feira Nova é considerada um lugar calmo, sem muita violência, onde ainda se pode viver sem medo, em comparação com outras cidades. Algumas pessoas ainda afirmaram que a vida em Feira Nova seria melhor se ela fosse um pouco mais desenvolvida em termos comerciais, pois, sentiam a falta de uma farmácia, de uma padaria que pudesse oferecer um pão quentinho no final de tarde, alegando ainda, que há poucos comércios, que alguns deles se repetem, e ninguém pode chegar com novidade, pois logo o outro já está vendendo também, queixando-se assim da falta de criatividade entre os comerciantes locais.

Apesar disso, Feira Nova vem aos poucos adquirindo cada vez mais novos moradores, sobretudo aqueles que têm deixado os sítios em função da maior segurança que as comunidades proporcionam. Considerando ainda que, morar em comunidades como Feira Nova, além da facilidade de acesso à escola e ao posto de saúde, por exemplo, possibilita também um convívio em vizinhança, o que não se tem nos sítios, e acaba se tornando um fator

¹⁹ A tanajura é uma espécie de formiga gigante, com o traseiro avantajado. Em algumas cidades do nordeste brasileiro tem-se a prática de comê-las assadas e misturadas com farinha. Em Feira Nova a prática da caça a tanajura ainda permanece, mas, hoje mais como diversão, no entanto acredito que a tanajura já chegou a matar a fome de muita gente em tempos passados, segundo os comentários que me foram feitos por alguns moradores.

de destaque para possíveis assaltos. Sobre essa questão, Wagner conta porque muitas pessoas tem deixado os sítio para morar em Feira Nova.

Por causa da marginalização, né. Acho que medo de roubo. Como Cristina mesmo que morava no sítio, o marido trabalhava fora e para ela não ficar lá só, terminou vendendo lá e vindo para rua. Muitas vezes é isso, e os roubos mais né, aí todo mundo corre pra rua. Aqui faz menos medo! (Wagner, 42 anos).

A seguir, lanço mão da fala de uma moradora local, ao se referir a sua vida quando morava no sítio, relatando a dificuldade de acesso a bens de serviços, e nos mostrando que viver na zona rural exige muito mais esforço, sobretudo quando se é pobre.

Antigamente a gente morava no sítio, até pra fazer uma consulta era ruim, era tudo mais difícil. Hoje em dia tem mais a favor da gente. É um médico, é um dentista, tem mais coisa a favor da gente. Quando adoecia no sítio, demorava pra vim arrumar um carro aqui pra levar pra longe, era ruim demais. Não tinha esse negócio de ter carro de prefeitura, e hoje em dia tem, né. Ia de pés também (Maria, 43 anos).

Também me foi dito que Feira Nova ainda é um ótimo lugar para se criar os filhos, sob a alegação de que em lugares pequenos ainda se consegue repassar aos filhos as tradições, ensinar os respeitos²⁰, a religiosidade, acreditando que nas grandes cidades isso não seria tão possível. Criar os filhos em Feira Nova é propiciar a eles a vivência de uma infância em liberdade, tranquila, segura, onde se pode brincar dentro e fora de casa, além de repassar as tradições sem maiores interferências. O trânsito intenso que há nas grandes cidades foi muito descrito como algo que impede as crianças de brincarem e vivenciarem essa infância em liberdade. Essa liberdade para se vivenciar a infância apresenta Feira Nova enquanto um lugar adequado para a vivência da infância frente aos problemas que as grandes cidades apresentam.

O fato de se morar em Feira Nova, de ter um contato diário que não se resume apenas ao seu vizinho do lado, de poder andar sem perigo, de conhecer e confiar no outro que não é um estranho, contribui para esse ideário de uma boa vivência da infância. Além do que, penso que a organização local contribui muito para formação desse ideário, e algumas pessoas chegaram a relatar que as crianças que moram em cidades como Recife, por exemplo, não vivenciam a infância, sob a alegação de que a maioria delas vivem presas em apartamentos,

²⁰ Ensinar os respeitos, assim mesmo no plural, me foi dito por alguns moradores de Feira Nova, sobretudo por pessoas de mais idade. Significa ensinar a criança a respeitar os pais, os mais velhos, as tradições religiosas, a pedir a benção aos pais e parentes mais velhos como aos avós e tios além das madrinhas.

sem a companhia de outras crianças. Viveriam quase que uma infância em clausura, diferente das crianças que vivem em pequenas cidade, as quais podem vivenciar uma infância plena de liberdade. Outro aspecto importante dessa liberdade é o contato com a natureza, algo também bem mais difícil em grandes centros urbanos. Sobre este fato, Saraiva (2009) ao pesquisar sobre as crianças moradoras de um condomínio de luxo, nos fala sobre uma infância vivida entre muros, e chega a chamá-las de “os filhos da clausura”, uma vez que elas vivem presas entre os muros de condomínios fechados.

Abaixo, segue uma imagem dos meninos brincando de bola em um final de tarde na principal rua de Feira Nova, rua onde os carros e ônibus passam para seguir em direção a outras comunidades, sítios e cidades próximas.



Imagem 7: Meninos jogando bola no meio da rua principal. Fonte: Acervo da pesquisadora.

Há em Feira Nova uma quadra de esportes que se localiza na escola local, no entanto, os meninos na maioria das vezes jogam bola na rua. A quadra da escola é coberta, além de ser equipada com traves e ser propícia para jogos, mas ainda assim, foram poucas as vezes em que vi os meninos jogando bola na quadra. No entanto, percebi que a quadra acaba sendo muito disputada, e quase sempre são os jovens e adultos que tem prioridade em jogar. Dessa forma, as crianças se apropriam do espaço público, jogam na rua, pois este é o lugar que lhes restam, assim, elas se apropriam da rua e resignificam aquele espaço. Sobre essa hierarquia dos espaços entre adultos e crianças, Silva (2013) observou o mesmo entre os meninos de Catingueira (PB) e assim, nos diz que os meninos ficam “pelas beiradas” do campo, uma vez que a prioridade é dos adultos e dos jovens.

Feira Nova é tomada por seus moradores enquanto o lugar ideal para se viver. Destaca-se o clima, as pessoas, a segurança, confiança e, em grande medida, tudo isso ocorre

pela rede familiar que encontra-se presente, próxima e com a qual se pode contar. No entanto, viver em Feira Nova se torna difícil devido a falta de oportunidades para o trabalho. O PBF por sua vez, aparece enquanto um auxílio que tem contribuído para a vivência das famílias na comunidade. Sobre o PBF apresento mais informações no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, a constituição de um Sistema de Proteção Social situa-se entre os anos 1930, uma vez que os direitos sociais formam os primeiros direitos estabelecidos no Brasil, seguido da constituição dos direitos políticos e, por conseguinte dos direitos civis. Esse período foi marcado por grandes transformações econômicas, sobretudo por ser um período no qual o país no seu processo de desenvolvimento econômico, passava de um modelo de desenvolvimento agroexportador para um modelo urbano-industrial, demandando o atendimento das necessidades de uma classe operária emergente. Weissheimer (2006) destaca que “uma história da implementação de políticas sociais de distribuição de renda no Brasil teria que retroceder, pelo menos, à década de 1930, com a criação dos primeiros programas e leis voltados aos trabalhadores e aos setores mais pobres da população” (WEISSHEIMER, 2006, p.27), sendo a partir do governo de Getúlio Vargas que se iniciou mais concretamente a ideia da construção de um Estado de bem estar social.

É nesse momento também que o Estado passa a assumir mais intensamente a regulação ou provisão direta nas áreas da educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição. Dessa forma, destaca-se que no Brasil, o Estado sempre foi o principal sujeito na produção do desenvolvimento econômico, assumindo ainda o papel de responsável pela promoção de bem-estar-social. Nesse contexto de crescente urbana-industrialização,

Ser cidadão significava ter carteira assinada e pertencer a um sindicato, ou seja, forjou-se uma *Cidadania Regulada* (Santos, 1987), restrita ao meio urbano, numa sociedade marcada pela fragilidade de disputa entre interesses competitivos (SILVA, 2011, p.26).

Assim, a partir da década de 1970, sob a orientação do autoritarismo da ditadura militar, houve uma contribuição para que a expansão dos programas e serviços sociais passassem a funcionar como compensação a repressão. Tentando minimizar a forte repressão que sobrecaía sobre a classe trabalhadora, o Sistema de Proteção Social avançou em direção a sua consolidação e expansão. A década seguinte, de 1980, por sua vez, se caracterizou pelo surgimento dos chamados “novos movimentos sociais” além da estruturação do que se convencionou chamar de “sindicalismo autêntico”, com o ordenamento dos partidos políticos e o surgimento de novos partidos, dentre os quais, destacam-se o Partido dos Trabalhadores

(PT). Houve nesse cenário a unificação de lutas em prol da demanda de participação política e da ampliação e universalização dos direitos sociais. O conteúdo desse movimento foi assimilado pela Constituição Federal de 1988, que ampliou significativamente os direitos sociais na tentativa de ultrapassar a chamada “cidadania regulada”. A instituição da Seguridade Social incorporou a Assistência Social, a Política de Saúde e a Previdência Social, sendo um marco na representação da proteção social no país (SILVA, 2007). Esse processo,

[...] permitiu que a Assistência Social passasse a ser considerada uma política de direito, procurando romper com a cultura do favor, fazendo de todos, mesmo os excluídos do mercado de trabalho, um cidadão brasileiro (SILVA, 2007, p. 1431).

A Constituição de 1988 consolidou a assistência social no campo das políticas públicas, atrelando-a à Previdência Social e a saúde, determinando uma atenção especial do Estado às pessoas, as famílias e as comunidades consideradas mais fragilizadas socialmente. A partir deste novo marco institucional, o começo dos anos 90 foi marcado pela aprovação de algumas leis consideradas importantes, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Assim, é que, o art. 203 da Constituição, define que a assistência social deve ser prestada a “quem dela necessitar, independente de contribuição a seguridade social”.

É nesse contexto que, no Brasil, a partir do ano de 1991, a ideia de Programas de Transferência de Renda passa a integrar a agenda pública, quando então, tem-se a apresentação e, por conseguinte, a aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei n. 80/1991, que propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) do senador do PT/SP Eduardo Suplicy. Segundo Silva (2011), o PGRM era destinado a todos os brasileiros maiores de 25 anos de idade que possuíssem uma renda que correspondesse a cerca de três salários mínimos nos valores de 2007. Desde então, tem-se o início de:

[...] um longo caminho que se constrói marcado por especificidades, identificadas no desenvolvimento de cinco momentos históricos, que vai da instituição de uma renda mínima, representada por um número elevado de programas de iniciativa de municípios, Estados e do Governo Federal, à implementação de um programa que se propõe unificar os Programas de Transferência de Renda dispersos nos três níveis de governo, denominado Bolsa-Família [...] (SILVA, 2011, p.17).

Cunha (2009) nos fala que é justamente em meados da década de 90, que as políticas de transferência de renda passam a se constituir em escolhas do poder público, pois, é justo

nesse período que “as políticas sociais começam a considerar, na sua formulação, a pobreza também como questão social e coletiva” (CUNHA, 2009, p. 333). É a partir de então que surgem na América Latina as primeiras experiências de Programas de Transferência Condicionada de Renda, com destaque para o Programa Oportunidades, desenvolvido no México e para as experiências desenvolvidas no Brasil, sobretudo, os programas desenvolvidos em Campinas (SP) e no Distrito Federal, os quais tiveram início em 1995.

Contextualizando, temos:

1º momento: Datado do ano de 1991, quando o senador Eduardo Suplicy apresentou seu Projeto de Lei, instituindo assim o Programa de Garantia de Renda Mínima.

2º momento: Data-se do período de 1991 a 1993, quando se propõe uma transferência monetária às famílias que tivessem crianças e adolescentes (entre sete e catorze anos) frequentando a escola. É proposta uma transferência de renda equivalente a um salário mínimo a toda família que se propusesse a manter seu filho frequentando a escola pública.

3º momento: Teve início em 1995, quando começa-se a implementar as primeiras experiências nas cidades de Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Santos (SP), e Brasília (DF). Concretizava-se assim, a possibilidade da adoção de políticas públicas de transferência de renda no contexto do Sistema de Proteção Social brasileiro.

4º momento: Iniciou em 2001, durante o segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e foi marcado por uma significativa expansão dos programas federais criados no ano de 1996, dentre eles, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), além da criação de outros programas de iniciativa do governo federal, como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, o Vale Gás, dentre outros.

5º momento: No ano de 2003 inicia-se o quinto momento, com o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tendo como principal marca de seu governo o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, o Programa Bolsa Família fez a unificação dos vários programas de transferência de renda.

Podemos ainda considerar a existência de um sexto momento, tomando-o enquanto uma extensão deste último. Enquanto continuidade do governo Lula, o governo da presidente Dilma Rousseff dá prosseguimento à ampliação das políticas sociais e lança o programa Brasil Carinhoso. A marca desse novo projeto é o foco na atenção a primeira infância, uma vez que o próprio MDS destaca que uma das faces mais cruéis da miséria é sua incidência entre as crianças e adolescentes, cuja parcela mais vulnerável é de 0 a 6 anos de idade.

O Brasil Carinhoso foi lançado pelo Brasil sem Miséria (BSM)²¹, e pode ser entendido enquanto uma ampliação do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, o governo da então presidente Dilma Rousseff propiciou uma ampliação do PBF com o aumento do número de filhos, passando de 3 para 5 o número de crianças que podem ser beneficiadas com o PBF. Além do que, foi anunciado no dia 13 de Maio de 2012, que o **Brasil Carinhoso** tem o objetivo central de beneficiar em torno de 2 milhões de famílias que tenham crianças de até 6 anos de idade. Adiante, veremos com maiores detalhes os momentos acima descritos sucintamente.

Face ao exposto, podemos perceber como na elaboração desses programas sociais a criança encontra-se presente. Encontra-se presente no sentido de que ela é pensada durante a criação desses programas. Ela é, portanto, parte importante nesse processo, uma vez que, em se tratando de diminuir os índices de famílias que se encontram em situação de pobreza, é preciso pensar nas crianças dessas famílias para que a pobreza não se torne um círculo vicioso se reproduzindo entre as gerações futuras. Isto vem a ser confirmado na fala da presidenta Dilma Rousseff ao discursar sobre a criação do Brasil Carinhoso: “O meu governo quer mudar o futuro do Brasil. Para isso, nós temos que olhar com atenção as nossas crianças [...]” (Fala da presidente Dilma Rousseff ao programa de rádio Café com a Presidenta em 14 de Maio de 2012). O fato da criança se encontrar diretamente relacionada ao PBF através da condicionalidade educacional a qual é cumprida pela própria criança, faz com que as mães deem a criança, sobretudo aquela criança que encontra-se inserida no programa, uma maior atenção. A criança ganha destaque no seio familiar, pois é através dela que se mantém a regularidade do benefício. Nesse sentido, a criança beneficiada pelo PBF, recebe uma atenção especial por parte da mãe, que procura sempre através de gestos considerados de amor, paparicar a criança com alguns mimos. Em geral, são mimos alimentares, mas as vezes, também é uma roupa nova, uma sandália, ou até mesmo um trocado para ela possa comprar de bala ou chiclete. Semelhantemente, Pires também pode observar esse destaque da criança no seio familiar na cidade de Catingueira (2010; 2013).

²¹ Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo ambicioso de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Com essa iniciativa, o Governo Federal reforça o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. O Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio - Pnad, entre os anos de 2002 e 2004 o Brasil retirou quase meio milhão de crianças da situação de trabalho infantil, produzindo uma queda de 2.988.294 (2002) para 2.574.714 (2004) no número de crianças trabalhadoras. De acordo com dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho, em 2006, o Brasil conseguiu uma redução de 60,9% na faixa etária de crianças entre 5 a 9 anos, durante os anos de 1999 a 2004, e entre crianças e jovens entre 10 e 17 anos teve uma redução de 36,4% nesse mesmo período. Weissheimer (2006) afirma que seria uma levandade atribuir esse avanço basicamente ao Bolsa Família, no entanto, é inegável que a estrutura integrada de políticas sociais está relacionada a isso. Sobre essa questão do trabalho infantil em Feira Nova, uma das entrevistadas nos relata:

Hoje em dia diminuiu muito, mas há uns dez anos atrás as crianças acordavam cedo, iam tirar capim, aí chegava em casa iam para o roçado, aí já chegava na escola cansada. O PETI tinha muito isso, tirou muita criança do trabalho. Porque? Porque era mais rentável os filhos na escola do que o filho na agricultura que não rendia tanto (Eduarda, 33 anos).

Vivemos em um país onde 10% da população são donos de 46% do total da renda nacional, enquanto que 87 milhões de pessoas, os 50% mais pobres ficam com 13,3% da renda nacional (WEISSHEIMER 2006). Um país onde quase 40% da população vivem na chamada linha de pobreza ou abaixo dela, padecendo da má distribuição de renda, bem como da falta de serviços básicos nas áreas da saúde e educação (IPEA 2010). Poderíamos dizer que quem vive em um país assim, vive em um país pobre, no entanto, o Brasil é considerado a 6ª maior economia mundial, dessa forma, ao invés de falarmos em um país pobre, estamos na verdade falando em um país de muitos pobres. Logo,

Qualquer análise que se faça da sociedade brasileira atual mostra que, ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo a seus cidadãos. Isto pode ser uma consequência de processos de exclusão, pelos quais setores, antes incluídos, foram expulsos e marginalizados por processos de mudança social, econômica, política; ou de processos de inclusão limitada, pelos quais o acesso a emprego, renda e benefícios do desenvolvimento econômico fica restrito a determinados segmentos da sociedade (SCHWARTZMAN, 2004, p. 31).

De acordo com um levantamento divulgado pelo IPEA, foi observado que no ano de 1999, dos 170 milhões de brasileiros, o equivalente a 34%, viviam em famílias com renda considerada inferior a linha de pobreza e, 14%, viviam em famílias com renda inferior a linha

de indigência, o equivalente a 54 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes (SUPLICY, 2002).

Sobre a segurança alimentar no Brasil, em maio de 2006 foi divulgada uma pesquisa realizada pelo IBGE a pedido do MDS que revelou que nesse período cerca de 14 milhões de pessoas conviviam com a fome no Brasil, e mais de 72 milhões viviam em situação de insegurança alimentar, isso significava dizer que 2 em cada 5 brasileiros não tinham garantia de acesso a alimentação em quantidade e nem qualidade. De acordo com os resultados dessa mesma pesquisa,

crianças, negros e moradores das regiões Norte e Nordeste são os grupos que mais sofrem com restrições na alimentação. A gravidade do problema se expressa tanto pelo grande número de pessoas que convivem com a fome – cerca de 14 milhões de brasileiros – como pelo número ainda maior de pessoas, quase 40% da população, que não sabem se terão dinheiro para repor a comida que têm (WEISSHEIMER, 2006, p.68).

É bem verdade que, se analisarmos os dados, veremos que mais da metade da população, 60%, vive em situação considerada de segurança alimentar, mas, ainda assim, o número dos que permanecem em situação de insegurança de acordo com divulgação dessa pesquisa, é preocupante. Esse mesmo estudo ainda revela que mais da metade desses 14 milhões de brasileiros que convivem nessa situação de insegurança alimentar, residem na região Nordeste. O estudo ainda apontou que mais da metade das crianças brasileiras estavam vivendo nessa situação de insegurança alimentar, e na região nordeste, essa situação de insegurança afetava cerca de 17% das crianças na faixa etária de até 5 anos de idade, o que justifica a necessidade de lançar programas sociais que deem mais atenção as crianças que fazem parte dessa primeira infância, além do desenvolvimento de pesquisas nessa região, o que já vem sendo realizado por alguns estudiosos como Pires (2010, 2011); Santos (2011); Rego, Pinzani (2013); Rocha (2013); Morton (2013). É preciso destacar também, que pesquisas sobre o PBF vêm sendo desenvolvidas em outras regiões além da região Nordeste brasileiro.

Weissheimer (2006) coloca que se inaugurou no Brasil uma nova agenda social a partir da unificação dos quatro programas (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação), uma vez que este ocorrido gerou uma ampliação de programas sociais já existentes. Para se ter ideia, com a unificação houve um aumento de 5 para 13 milhões de famílias beneficiadas desde do ano de 2003. Houve um aumento também no valor do benefício, passando de uma transferência mínima no valor de R\$ 45,00 para R\$ 77,00. Apesar

do relativo aumento que houve, o valor do benefício é um constante alvo de críticas por parte dos beneficiários, que consideram o valor do programa baixo, ainda que o benefício seja de grande ajuda para eles.

É muito pouco. Eu acho que o Bolsa Escola tá certo, cada um receber de acordo com sua idade, com sua faixa etária. Tá certo! Mas vamos reativar esse Bolsa Família com uma quantidade maior. Porque não tem condições de uma família viver com 70 reais. Você já imaginou se alguns deles que estão lá dentro, eu falo do governo, que estão negociando esse negócio aí. Tu acha que eles com a família deles iriam viver assim? E se no lugar de nós fossem eles que estivessem no nosso lugar? Aí eles iriam inventar um programa melhor. Porque ninguém se põe no lugar da gente. Eu falo assim, porque se eles tiverem que baixar, eles têm que baixar de 20 anos para frente, porque de 20 anos para trás, eles tem é que aumentar, minha filha. Porque eles têm que ver que as pessoas que vivem hoje, eram agricultores, são agricultores, que não tem produções. E vão viver de que? De R\$ 70,00? Não tem como não. Não tem como uma pessoa viver com R\$ 70,00 não. Não tem, por exemplo, Socorro que recebe R\$ 70,00, viver o mês inteiro com R\$ 70,00. Vai comer o que minha filha? Então eu acho que eles deveriam aumentar isso daí (Beatriz, 28 anos).²².

O benefício não é muito, e o que conta mais nessa relação não é propriamente o valor do benefício, mas o fato de poder se contar com um dinheiro fixo. Fixo, não no sentido de que as beneficiárias acreditam que o programa durará para sempre, mas fixo no sentido de que não é inconstante, de que não atrasa e que enquanto estão inseridas no programa tem-se a certeza de poder contar com ele. É através desse auxílio seguro, com o qual se pode contar todo mês, que o beneficiário passa a se tornar consumidor e a possuir crédito no mercado local. Assim,

Eles compram. Aí, se não dá para pagar tudo, paga a metade e no mês quando recebe, no outro mês, aí vai lá e paga aquela outra metade e já traz outra coisa que tá faltando em casa (Socorro, 47anos).

Sobre essa questão Mireya Suárez (2006) também afirma que

uma das constatações mais alentadoras da pesquisa é que a autoridade e, de modo geral, o status das beneficiárias no âmbito doméstico se elevaram em virtude da renda recebida (dinheiro pouco, mas certo) ter-las colocados em posição vantajosa (aumentou para mim) perante os outros membros da família, cujos empregos e salários são incertos (SUÁREZ et al, 2006, p. 07).

²² Essa questão referente ao baixo valor do benefício foi destacada também, pelas crianças, enquanto participavam dos grupos focais realizados para a pesquisa.

3.2 HISTÓRICO DO PBF

No Brasil o debate acerca do direito a renda tem se desenvolvido nas últimas décadas, sobretudo, a partir do ano de 2003, ano em que foi instituído a Medida Provisória nº 132, a partir da qual se institui o Programa Bolsa Família. No entanto, desde 2001, já vinha vigorando no Brasil quatro importantes programas sociais, eram eles: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Auxílio Gás; Cartão Alimentação.

O Bolsa Escola encontrava-se vinculado ao Ministério da Educação. Tinha por público alvo as famílias cujas crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos se encontrassem devidamente matriculadas na escola. O benefício do Bolsa Escola era o equivalente a R\$ 15,00 por criança/adolescente, mas, limitava-se a três crianças/adolescentes por família, além de exigir que as famílias beneficiadas devessem possuir uma renda mensal per capita de até R\$ 90,00. O recebimento do benefício encontrava-se condicionado a frequência escolar de no mínimo 85% das aulas pela criança/adolescente.

O Bolsa Alimentação encontrava-se vinculado ao Ministério da Saúde. Era destinado a família cuja renda per capita também não ultrapassasse R\$ 90,00 mensais, no entanto, seu público destinava-se as crianças com até 7 anos de idade, gestantes e nutrizes. O valor do benefício era idêntico aos do Bolsa Escola, R\$ 15,00, com limite máximo também de três crianças. Aqui, as famílias assumiam o compromisso de manter o cartão de vacinação em dia, acompanhando o desenvolvimento nutricional das crianças e, as mulheres gestantes, se comprometiam a realizar exame pré-natal durante o período de gravidez.

O Auxílio Gás encontrava-se vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Era um auxílio também no valor de R\$ 15,00, sua transferência ocorria de dois em dois meses e seu objetivo era auxiliar na compra do botijão de gás. Diferente dos outros dois programas, o Auxílio Gás não exigia contrapartidas, no entanto, ele era destinado apenas as famílias que se encontrassem vinculadas ao Bolsa Escola ou ao Bolsa Alimentação.

O Cartão Alimentação encontrava-se vinculado ao Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate a Fome, e repassava um benefício no valor de R\$50,00, destinado, aqueles considerados em situação de insegurança alimentar.

O Programa Bolsa Família surgiu a partir da unificação desses quatro programas. Essa unificação visou uma maior racionalidade administrativa e de custos. Isso exigiu um recadastramento e uma unificação também das listas dos beneficiários, bem como a redefinição dos critérios. A partir de então, e hoje com onze anos de implementação, o PBF vem se consolidando como “o programa social por excelência do governo Lula”

(WEISSHEIMER, 2006, p.32). Em 2003, no discurso do lançamento do programa, a secretária executiva do programa, Ana Fonseca, disse que a criação do PBF só era possível graças as experiências acumuladas ao longo da história em torno dos Programas de Transferência de Renda. Assim, podemos perceber que o PBF não é uma criação a partir do zero.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com o objetivo de combater a fome e a pobreza entre as famílias brasileiras que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza. De acordo com Samuel Pinheiro Guimarães (2006) a criação do programa encontra-se relacionada às prioridades estratégicas da atual política externa brasileira e, segundo o mesmo, uma das características mais fortes do Brasil seriam as disparidades sociais. Para tanto, o autor nos mostra como o Brasil ao mesmo tempo em que possui milhões de pessoas que enfrentam diariamente o drama da fome, é também o país que possui a segunda maior frota de aviões e helicópteros do mundo, e assim, Guimarães caracteriza o Brasil como sendo o país dos extremos.

Inicialmente o PBF foi instituído nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, posto que, eram as regiões onde se encontravam o menor IDH. De acordo como Atlas de Desenvolvimento Humano, divulgado em 2002, das cem localidades com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) mais alto do país, apenas quatro não pertenciam à região Sul e Sudeste do país, a mesma lista também apresentava os cem municípios com menor IDH-M, estes por sua vez, localizados nas regiões Norte e Nordeste do país.²³

Em novembro de 2008, o PBF já chegava a atender mais de 11 milhões de famílias. De acordo com informações fornecidas pelo MDS, o programa pauta-se na articulação de três dimensões consideradas essenciais para a superação da fome e da pobreza, são elas:

- Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;

²³O IDH foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. A Noruega é o país com maior IDH e Serra Leoa com o menor índice. O Brasil ocupa a posição de número 73, dos 173 países que servem de base para o índice. Os cinco Estados com os maiores IDH-M no país são, respectivamente, Distrito Federal (0,844), São Paulo (0,814), Rio Grande do Sul (0,809), Santa Catarina (0,806) e Rio de Janeiro (0,802). Os cinco IDH-M mais baixos são Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687). (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002).

- Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper com o ciclo da pobreza entre as gerações;
- Coordenação de programas complementares, que tem por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que, os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos e de fornecimento de registro civil e de outros documentos.

Considerado o maior programa de transferência de renda²⁴ do governo federal (e do mundo), o Programa Bolsa Família completou 10 anos no ano de 2013. Criado ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória n. 132 de 20 de Outubro de 2003, foi institucionalizado em 2004 pelo decreto de Lei 10.836 e regulamentado pelo Decreto n. 5. 209 de 17 de Setembro de 2004. A concepção do programa visou “melhorar a gestão e aumentar a efetividade do gasto social através da otimização e racionalização, ganhos de escala e facilidade da interlocução do governo federal com estados e municípios” (MONNERAT et al, 2007).

O PBF foi assim, idealizado enquanto uma política intersetorial e, surge a partir da unificação dos quatro programas sociais já citados, os quais foram instituídos ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso e, visavam a melhoria de renda e a qualidade de vida da população mais pobre do país. A unificação desses programas se justifica na medida em que eles foram programas que se sobrepunham em seus objetivos e público alvo, logo, com a unificação poder-se-ia ampliar os recursos para a política de transferência de renda, obtendo com isso, um maior alcance populacional. Silva e Silva, Yasbek e Giovanni (2011) destacam que “é importante verificar qual foi a argumentação que constituiu o que se pode considerar os fundamentos que justificaram e demandaram a necessidade de unificação dos Programas de Transferência de Renda no Brasil” (SILVA e SILVA, YASBEK e GIOVANNI, 2011, p.134). No entanto, “o objetivo da unificação foi garantir maior agilidade na liberação do dinheiro, reduzir a burocracia e melhorar o controle dos recursos” (WEISSHEIMER, 2006, p. 25).

²⁴São considerados Programas de Transferência de Renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independentemente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente, no caso dos programas federais, de meio salário mínimo (SILVA e SILVA, 2011 p. 135).

O governo Lula propôs a criação do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) com o objetivo de incorporar e integrar essas políticas em um único programa, procurando unificar as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda. Silva e Silva (2010) destaca ainda que unificar esses programas de transferência de renda representou uma novidade e um desenvolvimento no âmbito dos programas em implementação no Brasil desde 1995. Através dessa unificação “propõe-se a uma maior racionalização e simplificação do acesso da população aos referidos programas, cujo objetivo central é elevar a efetividade no combate à fome e à pobreza, prioridade social do governo brasileiro a partir de 2003” (SILVA e SILVA, 2010, p. 33). A proposta é a garantia de uma maior proteção social a família em situação de vulnerabilidade social, até mesmo com o aumento do valor monetário do benefício. No entanto, para que isso seja possível “é necessário o desenvolvimento de ações partilhadas entre União, Estados e municípios e a participação da sociedade, o que pode significar um avanço importante no campo das políticas sociais” (SILVA e SILVA, 2010, p. 33). A ideia seria então, propiciar um programa mais justo, racional e eficiente (SILVA, 2010).

O PBF é um programa federal de transferência mensal de renda condicionada que é gerido pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério de Desenvolvimento Social. O programa também integra o Plano Brasil sem Miséria (BSM). O objetivo do PBF segue na mesma linha do Programa Fome Zero²⁵ de beneficiar as famílias que se encontram em situação de pobreza e pobreza extrema, assegurando a elas o direito humano à uma alimentação adequada, promovendo uma segurança alimentar e nutricional, contribuindo com isso para a conquista da cidadania pela parcela da população que se encontra mais vulnerável a fome, visando uma diminuição a curto e a longo prazo do número das famílias que se encontram nessa situação, o que por sua vez, vem a contribuir para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

²⁵O **FOME ZERO** foi uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se inseria na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. A atuação integrada dos ministérios que implementam políticas fortemente vinculadas às diretrizes do FOME ZERO possibilita uma ação planejada e articulada com melhores possibilidades de assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e o consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, nas condições de saúde, no acesso ao abastecimento de água, tudo sob a ótica dos direitos de cidadania. O primeiro ponto positivo do FOME ZERO foi priorizar o tema da fome na agenda política do Brasil, com repercussões no cenário mundial, além de reforçar a participação e a mobilização da sociedade.

Ainda de acordo com dados do MDS, o PBF assiste atualmente mais de 13 milhões de famílias em todo o território nacional, beneficiando mais de 50 milhões de pessoas. Após esses 11 anos de sua implementação, o PBF já conseguiu retirar mais de 36 milhões de brasileiros da faixa da pobreza extrema. Por tudo isso, podemos perceber como o PBF vem se destacando enquanto uma política pública que se consolida no Brasil. Atualmente, os valores do benefício variam entre R\$ 77,00 a R\$ 336,00 de acordo com a renda mensal da família por pessoa e com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. As famílias consideradas extremamente pobres podem acumular o Benefício Básico, o Variável e o Variável Jovem, chegando ao valor de R\$ 336,00, como também podem acumular um Benefício de Superação da Extrema Pobreza.

O PBF tem quatro tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário. O Benefício Básico, de R\$ 77,00 é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa, independente da sua composição familiar, ou seja, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. Abaixo, apresento um quadro ilustrativo com os valores dos benefício do PBF de forma sistematizada.

Benefício	Valor	Destinado
Benefício Básico	R\$ 77,00	Pago apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 77,00 mensais.
Benefício Variável	R\$ 35,00	Pago pela existência na família de crianças com idade entre 0 e 15 anos, limitando-se a cinco crianças por família.
Benefício Variável vinculado ao Adolescente	R\$ 42,00	Pago pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos, limitando-se a dois jovens por família.
Benefício Variável de Superação da Pobreza Extrema	O valor é calculado caso a caso.	

Imagem 8 – Quadro: Valores do benefício do PBF.

Diversas pesquisas realizadas em torno dessa política pública (FERREIRA, 2009; FELICETTI, 2010; SOUZA, SANTOS, PIRES, 2011; SANTOS, 2011; SOUZA, 2011; SILVA, 2011; MORTON, 2013; PIRES, 2013), tem mostrado que o PBF tem contribuído

para a superação da fome e para a garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias mais pobres. As famílias beneficiárias, com destaque especial para as crianças, tem se alimentado mais e melhor, como me disse Eduarda (33 anos) “*Tem mais alimentação porque as famílias tem mais dinheiro para comprar. Porque as mães pegam o dinheiro e já pensam no filho*”.

É de todo importante destacar as significativas mudanças que houve entre os programas de alívio à pobreza, uma vez que, inicialmente essas políticas eram cedidas na forma de distribuição de alimentos, ao passo que hoje, o benefício é repassado em dinheiro diretamente para as mãos dos beneficiários, sendo eles mesmos quem decidem qual o melhor destino a ser dado para o benefício. Essa transferência direta do recurso tem se mostrado um importante mecanismo, sobretudo no enfrentamento do desemprego e da pobreza, e por dinamizar a economia dos pequenos municípios, contribuindo assim com significativos impactos no local²⁶ (SILVA & SILVA, 2005). Em campo me foi dito:

Porque logo assim, no início do Bolsa Família, era obrigatório você fazer a feira com aquele dinheiro, e você tinha que dar baixa. Eu recebia e aí eu escolhia um mercado para mim fazer a minha compra. E aí, eu fazia a comprar e ele guardava aquilo ali como um comprovante que eu tinha comprado, para levar para a lotérica (Beatriz, 28 anos).

Sobre essa questão, a socióloga Amélia Cohn que participou da formulação e implantação do PBF entre os anos de 2003-2004, em um livro intitulado Cartas ao Presidente Lula nos fala que um dos debates em torno do PBF

[...] era a discussão se os beneficiários do Fome Zero deveriam ou não apresentar notas comprovando a compra dos alimentos mediante esse benefício, e se deveria ou não haver restrições aos alimentos que poderiam ser adquiridos. Por exemplo, carne sim, mas não o “iogurte que vale por um bifinho”, ou outros iogurtes quaisquer, bolachas, etc. (COHN, 2012, p.23)

Também o fato do benefício monetário ir direto para a mão do beneficiário, faz com que o mesmo possa utilizar o dinheiro da melhor forma que lhe pareça. Segundo Assunção,

²⁶ Esse se mostra um aspecto importante do programa, uma vez que, os beneficiários do BF possuem proporcionalmente um aumento em seu poder de compra, nesse sentido, se prioriza a compra do alimento, e em alguns casos adquirem-se também bens materiais. Considerando que a maioria das pessoas beneficiadas pelo PBF encontra-se em lugares considerados pobres, os beneficiários em geral realizam suas compras em âmbito local, que por sua vez, passar a ter um relativo aumento na venda devido aos novos consumidores. Logo, há um aumento na venda, o dono do estabelecimento tem que comprar mais e até mesmo em lugares novos. Esse processo gera, ainda que timidamente, um movimento na produção local, o qual pode acarretar em outros processos, no entanto, é preciso destacar que essa dinamização do comércio local contribui para melhores condições de vida em âmbito local.

Leitão e Inácio (2012) este fato proporciona uma maior autonomia aos beneficiários, além do que, muitas famílias acabam investindo parte do benefício em alguma atividade econômica, o que contribui para a multiplicação do benefício recebido, aumentando a renda da família e em alguns casos levando-a a sair da considerada linha de pobreza extrema.

Dessa forma, como coloca Silva (2004) “as famílias tem toda liberdade na aplicação do dinheiro recebido” (SILVA, 2004, p.128), mas ainda assim, Assunção, Leitão e Inácio (2012) afirmam que “mesmo com o avanço na mudança da forma do benefício, essas políticas ainda são insuficientes para por fim aos problemas relacionados à pobreza e não são aplicadas em sua plenitude” (p. 341). Já há casos onde famílias deixaram de ser beneficiárias do programa e não por falta de cumprimento das condicionalidades, mas porque adquiriram uma melhoria na condição de vida. Essa emancipação é por sinal, um dos objetivos do programa, apesar disso, não se pode considerar essa saída enquanto uma mudança de classe social. Sobre isso, Weissheimer afirma que “Pode parecer um paradoxo, mas não é. O principal objetivo do Programa Bolsa Família é justamente fazer com que seus beneficiários deixem de sê-lo” (WEISSHEIMER, 2006, p. 39).

O programa caracteriza os beneficiários a partir da renda que as famílias consideradas pobres e extremamente pobres possuem, entendendo como família extremamente pobre, aquela família que tem renda mensal per capita de até R\$ 77,00 e família pobre aquela que possui uma renda mensal per capita entre R\$77,01 e R\$ 154,00. Não se sabe ao certo como se chegou a esses valores fixos, no entanto, Feitosa (2010) destaca que “isso não significa que não há, ou pelo menos que não houve, controvérsias sobre o critério financeiro e também sobre a fixação desses valores para definir estados ou tipos de pobreza” (FEITOSA, 2010, p. 33). A respeito dessa definição de pobreza adotada pelo Estado brasileiro, Ávila (2013) destaca que é importante se discutir essa definição de pobreza baseada unicamente na renda.

Se, para o Estado brasileiro, a condição de pobreza uma vez definida (única e exclusivamente por uma variável – a renda), comprovada e cadastrada serve como um referencial classificatório estático, o mesmo não ocorre para as pessoas que a vivem, pois nem sempre a percepção da sua condição de pobre é automática e definitiva. Muitas vezes ela se afirma diante de uma dificuldade em específico, mas, tal percepção se alterna quando, por exemplo, a pessoa compara sua situação à de vizinhos e parentes. É importante, pois, discutir o conceito de pobreza adotado pelo Estado brasileiro, baseado estritamente no elemento renda, através do estabelecimento de linhas da pobreza e indigência absolutas (ÁVILA, 2013, p. 12).

Há em relação aos beneficiários do PBF um grande preconceito, que segundo a socióloga e professora da Unicamp, Walquíria Domingues Leão Rego, é pertencente a uma classe média preconceituosa e fruto de uma imensa cultura de desprezo, uma vez que, não é possível afirmar que o PBF gera acomodação entre os beneficiários na procura de emprego. O pobre no Brasil é em geral associado pela classe média enquanto marginal e preguiçoso, o que justificaria sua situação socioeconômica. Esse pensamento se perpetua para os beneficiários do PBF, gerando quase que um duplo estigma, a pobreza em si mesma e acusações de serem acomodados, de quererem mais filhos para receber mais dinheiro sem trabalhar. No entanto, esses argumentos são rebatidos, e como destaca Walquíria Leão Rego, não passam de um preconceito advindo de uma cultura de desprezo pelo pobre, que tem origens na escravidão.

Sobretudo na região nordeste, região a qual se refere a pesquisa aqui retratada, a dificuldade dessas pessoas em conseguir emprego é grande. Em geral, em determinadas localidades não há emprego; é necessário que se faça um processo de migração para se aventurar na busca de trabalho. Ocasionalmente aparece algum “bico”, que quase sempre é para algum serviço na roça, ou, como nos mostram Rego e Pinzani (2013) ao pesquisar sobre o Bolsa Família em localidades onde eles consideraram das mais desassistidas do país, quando essas pessoas conseguem algum trabalho, são trabalhos considerados humilhantes, trabalho para “pessoas desesperadas” (REGO; PINZANI, 2013, p.98). As oportunidades de emprego são escassas, principalmente para aqueles sem um nível mínimo de escolaridade, o que é característica dos beneficiários segundo Silva (2010), ressaltando ainda que “mais da metade das pessoas atendidas no país (53,4%) possuía apenas o Ensino Fundamental incompleto” (SILVA, 2010, p.53). A autora ainda destaca que o nível de escolaridade dos beneficiários se agravava significativamente quando considerado o público maior de 25 anos de idade e que a região Nordeste era a região com maior índice de analfabetismo entre as pessoas assistidas pelo programa.

Assim, quando os beneficiários conseguem algum serviço, em geral não passa de um ‘bico’, que de pequeno, além do nome, é apenas a remuneração, pois o trabalho é enorme e pesado. De acordo com Rego e Pinzani (2013), os homens das famílias beneficiadas pelo PBF quando conseguem trabalhar é na roça por um ou dois dias na semana para ganharem cerca de R\$10,00 por oito horas de trabalho duro. Os autores ainda destacam que com frequência encontraram homens e mulheres com semblantes deprimidos. Mireya Suárez (2006) destacou em um relatório de pesquisa realizado para o MDS que um dos dados obtidos na pesquisa realizada por ela, foi que:

Uma significativa parcela dos integrantes do grupo doméstico é inativa ou recebe renda incerta vinda do trabalho. Do total de 286 pessoas *emancipadas* (incluídos nessa categoria crianças e adolescentes arrimo de família e adultos de qualquer idade), 98 não trabalhavam no momento em que se realizou a pesquisa, seja por estarem desempregados, seja por não estarem à procura de trabalho, como é geralmente o caso dos pais, mães e sogros/as das beneficiárias. Dentre as 188 pessoas que trabalhavam somente 46 (24,4%) tinham empregos amparados pelas leis do trabalho. A maior parte deles, 142 pessoas (75,6%), era de empregados sem carteira de trabalho, ou de pessoas que realizavam trabalhos eventuais (bicos) e atividades própria no setor informal (SUÁREZ et al, 2006, p.21).

Dizer que o PBF gera acomodação entre seus beneficiários, seria no mínimo leviano. Não foram poucas às vezes durante o trabalho de campo, em que alguém se queixou a mim em decorrência da falta de oportunidades de emprego no local. Lembro-me que em um dos passeios que fiz pelos sítios uma jovem me falou o quanto gostava de morar em Feira Nova, mas que a dificuldade em se conseguir emprego no próprio município era grande e isso era um aspecto negativo do local, falou também que achava que o município deveria comportar uma fábrica, pois assim, muitas pessoas do local poderiam empregar-se por ali mesmo de carteira assinada. Outro jovem, certa vez, também me falou dessa dificuldade em conseguir emprego no próprio município, contou ainda que já até saiu de Feira Nova e foi para São Paulo, onde sua mãe encontra-se morando já há alguns anos, disse-me que em São Paulo conseguiu emprego, mas que passou apenas alguns meses, pois não conseguiu se adaptar a cidade. Com isso, podemos perceber que as pessoas desejam trabalhar, elas gostariam de ter a carteira assinada, de usufruir de seus direitos, no entanto, moram em um lugar onde a falta de emprego e oportunidades é regra.

A comunidade é uma comunidade tão carente que não vive mais de plantar pra vender, porque o próprio solo não permite isso. Por isso que outras pessoas faz o seguinte, sai, deixa a família, semanalmente ou quinzenalmente, pra ir em busca de recursos em Recife, João pessoa ou em Campina Grande. Ou seja, trabalhar pra ajudar com o salário no final do mês. Se você chegar no final de semana, da sexta para o sábado, você vê os pais de família voltando. E eles dizem o seguinte, que quando estão ausentes é porque estão trabalhando fora, ou seja, se eles tivessem condições na localidade, eles não iam se desviar para lugares longes, ou seja, passar a semana e só voltar no final de semana (Aparecida, 35 anos).

O desejo da maioria é conseguir um emprego de carteira assinada, trabalhando fichado como eles dizem. Concordo com Rego e Pinzani (2013) quando nos afirmam que dizer que o PBF gera a acomodação dos seus beneficiários na busca por emprego é no mínimo preconceituoso. Os beneficiários vivem em uma região que não há emprego, não há fábricas.

Essa queixa me foi relatada por uma das moradoras, a qual me disse que em Feira Nova quando se consegue alguma atividade no local em geral não passa de um bico, ou então, para desenvolver um trabalho quase que escravo, debaixo de um sol escaldante, como me foi relatado por Rodrigo (22 anos), ao me dizer que “*o sol daqui queima, a gente vê logo a diferença na pele de uma pessoa que não é daqui*”. Quando conseguem alguma atividade na região, em geral são trabalhos sem carteira assinada, sendo privado dos direitos. Quem deseja trabalhar assim? Ao contrário do que muitos proferem, essas pessoas querem trabalhar, mas querem empregos dignos, querem o direito a ter direitos.

Eu nunca parei na minha vida não. Desde os meus treze anos de idade que eu trabalho. Deus me livre e guarde, eu não quero parar nunca. De trabalhar? Não! Mas também eu não quero deixar de ter os meus direitos não. Nem pelo governo e nem pela lei (Beatriz, 28 anos).

Não podemos negar também que há uma pressão social exercida sobre eles, pois com frequência escutam acusações de que são acomodados, sustentados pelo governo, vivendo na pele as dificuldades de uma vida de privações. Sobre ter o auxílio do PBF e as dificuldades em se conseguir emprego, Amélia Cohn (2012) destaca que

[...] o importante é que, embora vital para a sua sobrevivência, para essas pessoas com inserção precária no mercado de trabalho, ou com possibilidades precaríssimas de acesso a renda, essa fonte de renda não configura, ao contrário do que muitos pensam, uma escolha ao não trabalho. Apresenta-se, sim, como uma alternativa fundamental frente a inexistência do trabalho como fonte de segurança da satisfação das suas necessidades básicas e de suas famílias (COHN, 2012, p. 65).

No entanto, algumas pessoas quando perguntadas se consideravam o PBF um favor ou um direito oscilavam considerando as duas coisas ao mesmo tempo, outras, porém, foram bem enfáticas, afirmando que era um direito, e que o benefício do PBF não era uma ajuda do governo como muitos proferem.

Ah, minha filha! Isso aí é um direito. Porque pagamos nossos impostos o ano inteiro. É um direito! Eles (o governo) não tá fazendo um favor para ninguém não. A gente é que faz um favor para eles. Sabia? Um favor dos grandes. Deixar eles milionários. É com o dinheiro da gente que eles mantêm as famílias deles. E muitos roubam ainda. Então, ele não tá fazendo favor a ninguém não. Ele tá fazendo é um direito, porque eu não pago a conta da energia? A iluminação pública? Saneamento básico? O qual não temos! Então pronto! Temos direitos. É dever deles dar a gente, a gente faz um favor para eles, eles não fazem favor nenhum pra gente não (Beatriz, 28 anos).

Em Feira Nova o benefício é tomado enquanto um complemento a renda familiar, é bem verdade há alguns casos onde pessoas sobrevivem apenas com o benefício do PBF, no entanto, elas permanecem na incessante busca por emprego. O benefício do PBF é uma ajuda, e é assim que seus beneficiários entendem o ganho desse benefício, não no sentido de que é uma ajuda do governo, mas no sentido de que eles não vivem, ou não pretendem viver apenas do Bolsa Família. Amélia Cohn (2012) afirma ainda, que permanecer no PBF é também uma preocupação recorrente entre os beneficiários uma vez que sua “situação de beneficiário não está garantida” (p.65).

Mas em geral, as pessoas seguem na busca por emprego, conseguem algum bico, e desenvolvem uma ou outra atividade para o aumento da renda. Pois como destacado no capítulo anterior, entre os moradores de Feira Nova o trabalho é tomado como uma atividade de valor moral, além do que, o trabalho encontra-se relacionado a identidade moral e social do indivíduo, sobretudo do homem que sai de casa para desenvolver um trabalho e em muitos casos, vê-se obrigado a sair da própria comunidade para poder manter ativa sua identidade de provedor. Assim,

[...] a ausência de trabalho, ou alternativa do não trabalho, no geral está associada à presença de doenças que o (a) impedem de trabalhar. E mesmo nestes casos, em que a doença impossibilita essas pessoas para o trabalho – e frequentemente para o trabalho pesado, no geral única alternativa nos locais mais pobres do país – o acesso ao auxílio doença é algo que também vira um jogo de roleta russa dos mais perversos (COHN, 2012, p. 65).

Esse fato nos mostra em princípio a ruptura com o pensamento de alguns críticos do PBF que, previam efeitos negativos do programa sobre a inserção dos adultos das famílias beneficiadas no mercado de trabalho, como bem demonstraram Soares, Ribas, Osório (2007), em estudo sobre o PBF. Uma de suas conclusões é que “a avaliação demonstrou um aumento inequívoco da participação no mercado de trabalho dessas pessoas – a taxa de participação deles era 2,6 pontos percentuais maior do que a dos adultos em famílias não beneficiadas” (SOARES, RIBAS, OSÓRIO, 2007, p.8).

Weissheimer (2006) coloca que “pessoas, famílias, comunidades inteiras”, no passado, foram desassistidas de atenção e dos cuidados necessários por parte dos poderes públicos, e que é necessário que sejam criadas condições para que programas como o Bolsa Família não sejam a única forma do Estado se relacionar com a vida concreta, com as necessidades materiais e simbólicas dessas pessoas. Ademais, quando se trata de uma política pública, em geral, são realizadas pesquisas de cunho quantitativo, no entanto, destaco o quanto é

importante dar voz ao público ao qual a política pública é destinada, pois, percebemos a importância do PBF quando buscamos conhecer “de perto e de dentro” para usar os termos antropológicos do Magnani (2002) a realidade dos que vivem em situação de pobreza.

3.3 CONDICIONALIDADES

As condicionalidades exigidas pelo programa possui o objetivo de incentivar a demanda por serviços sociais como saúde e educação, ampliando com isso, o acesso a população mais pobre aos direitos sociais básicos. Assim,

De acordo com a concepção que inspirava o programa, o cumprimento dessas condicionalidades por parte dos beneficiários pressupõe uma oferta uniforme e acessível dos equipamentos públicos essenciais a toda a população, sobretudo à de baixa renda. Elas, portanto, não tem significado “disciplinador”, mas dizem respeito ao acompanhamento das próprias políticas (COHN, 2012, p. 22).

Sobre as condicionalidades do ponto de vista dos beneficiários:

Agora, o Bolsa Família foi muito bom também, porque eu ia até te falar. Porque as mães, elas se preocupavam já, mas agora elas se preocupam mais de ir ao posto médico para vacinar os filhos, a fazer o acompanhamento médico. Por que? Porque se ela não fizer isso, o Bolsa Família ele é cortado (Beatriz, 28 anos).

É bem verdade que essas ofertas deveriam também incentivar melhorias desses serviços, posto que, essa é uma das críticas feitas por essa população, como podemos ver a seguir na fala de uma das beneficiárias:

A saúde da gente ela é péssima. Existe o SUS, claro. Existe o SUS! Que cobre muitas coisas. Mas isso era pra ser automaticamente. Isso não era uma coisa para você correr atrás, isso era pra ser automaticamente. Ele não tem todos os dados da gente?! O Estado obtêm todos os dados da gente, a cada passo que a gente dá o Estado sabe. Então porque a gente tem que correr atrás de uma coisa que a gente tem direito? (Beatriz, 28 anos).

Destaca-se também que, o PBF tem contribuído significativamente para uma redução na evasão escolar, aumentando a frequência escolar das crianças beneficiadas. Este fato foi destacado pela Ministra Tereza Campello durante abertura do ciclo de debates sobre os 10 anos do PBF. Seguindo na mesma perspectiva, Schwarzman (2009) afirma que para muitos,

os programas de transferência de renda são uma forma nova de reduzir a desigualdade e melhorar a educação e a saúde da população, no entanto, esse mesmo autor afirma ainda que, “não há pesquisa empírica sistemática sobre os efeitos reais do programa sobre a frequência escolar, e mais crítico ainda, de seus efeitos sobre a aprendizagem” (SCHWARZMAN, 2009, p.20). Um ponto importante em torno dessa questão da condicionalidade educacional e que foi apontado por diversas pessoas durante a pesquisa, é que essa contrapartida tem aumentado sim a frequência escolar das crianças, no entanto, isso não significa que as mesmas tenham um melhor aprendizado escolar, posto que, o aumento da frequência não configura uma melhora no ensino e nem tão pouco, um melhor desempenho escolar das crianças.

Eu acho que se esse Bolsa Família fosse condicionado não só a frequência, mas a aprendizagem do aluno, ao bom rendimento, teria mais eficácia (Eduarda, 33 anos).

É interessante notarmos, que a condicionalidade escolar é diretamente cumprida através das crianças, mas sua importância é tamanha, que ela envolve toda a família beneficiada. Uma das bases que dá sustentabilidade ao programa é justamente as condicionalidades ou como também são conhecidas as contrapartidas, que são exigidas aos beneficiários. A exigência de condicionalidades pelo PBF tem sido alvo de críticas desde a sua criação. Silva e Silva (2005), por exemplo, afirmam considerar que as condicionalidades apresentadas por Programas de Transferência de Renda apresentam problemas e desafios a serem considerados. Isso porque,

Primeiro, ferem o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade; segundo os serviços sociais básicos oferecidos pela grande maioria dos municípios brasileiros são insuficientes, quantitativa e qualitativamente, para atender às necessidades das famílias atendidas pelos Programas de Transferência de Renda. Além da instituição de uma transferência monetária, implicam e demandam na expansão e democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade (SILVA E SILVA, 2005, p.23).

As condicionalidades são compromissos exigidos pelo programa os quais devem ser rigorosamente cumpridos pelas famílias beneficiadas, seu descumprimento acarreta na suspensão do benefício e a permanência do descumprimento leva ao desligamento do programa. Alguns críticos do programa tentam compreender em que medida os programas de transferência condicionada de renda colaboram para aprofundar os direitos de cidadania, ou,

ao contrário, contribuem para sua negação e regressão. Alguns autores, a exemplo de Silva e Silva (2007) afirmam que as condicionalidades ferem antes de tudo o princípio da não condicionalidade, peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhes garantam uma vida com dignidade, em segundo lugar, os serviços educacionais e de saúde oferecidos pela grande maioria dos municípios não são suficientes para atender às necessidades das famílias beneficiadas.

Isso nos mostra que,

[...] as condicionalidades deveriam ser impostas ao Estado, nos seus três níveis, e não às famílias, visto que implicam e demandam a expansão e a democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade. (SILVA E SILVA, 2007, p.1436).

Semelhantemente, Zimmerman (2006) afirma que o cumprimento das condicionalidades é de importância dos domínios públicos e não das pessoas, não devendo assim, o Estado punir ou retirar os beneficiários do Programa. A punição pelo não cumprimento das condicionalidades deveria vir para os Estados, municípios e demais mecanismos governamentais. Um ponto crucial em volta das condicionalidades está no fato de que se um direito social é condicionado a obrigatoriedades tem-se ameaçado os princípios de cidadania.

O Estado não deve punir e, em hipótese alguma, excluir os beneficiários do Programa, quando do não cumprimento das condicionalidades estabelecidas e ou impostas. Dever-se-ia responsabilizar os municípios, estados e outros organismos governamentais pelo não cumprimento de sua obrigação em garantir o acesso aos direitos atualmente impostos como condicionalidades. (ZIMMERMANN, 2006, p.153).

Sobre o debate existente em volta das condicionalidades exigidas pelo programa, Monnerat et al (2007) afirmam que:

A controvérsia aparece por um lado, no reconhecimento de que as condicionalidades do programa têm potencial para pressionar a demanda sobre serviços de educação e saúde, o que, de certa forma, pode representar uma oportunidade ímpar para ampliar o acesso de um contingente importante da população aos circuitos de oferta de serviços sociais e, por outro lado, se traduz na ideia de que, à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de obrigatoriedades, podem ser ameaçados os princípios de cidadania (MONERAT et al, 2007, p. 1459).

Está instituído pelo programa que as condicionalidades “são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos” (MDS, 2013), contribuindo dessa forma, para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Todavia, este enfoque se contrapõe aos próprios objetivos do programa, uma vez que, a retirada do benefício justamente da família que se encontra em situação de vulnerabilidade social, faz com que ela permaneça nessa situação de vulnerabilidade, quando o que se almeja é à saída dessa família da situação de pobreza ou pobreza extrema. Sobre esse processo, Aparecida nos fala:

Eu acho isso um absurdo em torno dessas regrinhas que são cobradas da família. Por que? Porque se você é carente, se você é pobre, se você depende disso para sobreviver, então, o seu filho faltando a escola no final do mês não pode ser o dinheiro retirado. Ou seja, o governo não está pensando na situação familiar em termos de..., usando a linguagem popular, a fome. Porque o aluno deixou de ir para escola ele não vai sentir fome? Ele vai ter fome todos os dias. Ele vai precisar e necessitar de comidas todos os dias. Então eu acho que ele deveria ter regras, agora que isso não afetasse a fome da família, da criança. E agente sabe que acontece casos em que é cortado. Se ele não for, aí, ah, é cortado. E fica o pessoal desesperado. Eu acho que isso não deveria acontecer, porque se é pra ajudar a criança, o aluno, ele vai ser sempre aluno. Ele vai ter sua história de vida todos os dias e não vai mudar porque ele errou ou deixou de cumprir uma regra. Eu acho que deveriam criar outros meios e não cortar o dinheiro. Cobrar de outra forma. Porque se ele é carente, esse ele já provou que é carente, ele não vai deixar de ser carente de um dia para o outro, só porque fez algo errado (Aparecida, 35 anos).

As contrapartidas exigidas pelo programa estão relacionadas à área da saúde, educação e assistência social. Na área da saúde, a condicionalidade refere-se a obrigatoriedade das famílias beneficiadas acompanharem o cartão de vacinação das crianças, bem como, seu crescimento e desenvolvimento até atingirem os 7 anos de idade. As mulheres em idade fértil, entre os 14 e 44 anos, também devem fazer acompanhamento médico, e se houver gestantes ou nutrizes (lactantes), estas devem realizar o pré-natal além de seguir o acompanhamento da sua saúde e da saúde do bebê.

No que diz respeito a educação, é exigido das famílias beneficiadas que todas as crianças e adolescentes em idade entre 6 e 15 anos estejam devidamente matriculadas, obtendo frequência escolar mínima a 85%, e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos. No ano de 2008 as contrapartidas foram complementadas com a Portaria nº 321, que dispõe sobre as condicionalidades a exigência de frequência mínima de 85% da carga horária mensal em

ações socioeducativas (Serviços de Conveniência ou Fortalecimento de Vínculos - SCFV) para crianças e adolescentes com até 15 anos que se encontrarem em situação de risco ou tiverem sido retiradas de situação de trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No que se refere a exigência da frequência escolar, Feitosa (2010) destaca que, ainda que essa exigência esteja relacionada enquanto uma condicionalidade, ela é na verdade uma obrigação legal dos pais, regulada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim,

O ECA afirma que os pais ou responsáveis pelas crianças têm, “*obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar*”. A LDB, da Educação Nacional, ordena que “*é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental (Art. 6º)*” e que “*o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão (Art. 32, grifo nosso) (FEITOSA, 2010, p. 34).*”

Desta forma, a exigência da condicionalidade escolar é, na verdade, um reforço a uma obrigação legal da família, e as demais, encontra-se relacionadas a deveres do Estado. Assim, “de alguma forma, dá-se uma recompensa ou um incentivo para que se cumpram as leis” (FEITOSA, 2010, p. 34). Sobre isso, Cunha (2009) afirma ainda que, “as condicionalidades, no caso brasileiro, estão associadas a políticas definidas na Constituição Federal como universais e de responsabilidade do Poder Público” (CUNHA, 2009, p. 340).

As famílias que descumprem as condicionalidades exigidas pelo programa são consideradas em maior situação de vulnerabilidade social. As penas para as famílias que descumprem as condicionalidades são dadas de forma gradativa, primeiro tem-se uma advertência que não retém o pagamento do benefício para posteriormente seguir-se de uma suspensão e/ou cancelamento total do benefício. Apesar das controvérsias que há em torno das condicionalidades é preciso afirmar que elas têm modificado a vida dessas crianças cujas famílias encontram-se inseridas no programa, sobretudo quando se traça um paralelo entre a infância dessas crianças hoje inseridas no Bolsa Família e a infância tida por seus pais e avós. Sobre esse assunto, tratarei melhor no capítulo seguinte.

Como já destacado, o PBF foca suas condicionalidades em torno de três eixos principais: saúde, educação e assistência social. No entanto, para além de aliviar a pobreza no Brasil, o PBF através da condicionalidade educacional, acabou por ter um impacto no que diz respeito à educação de crianças e jovens no Brasil. A condicionalidade educacional acabou

por se sobressair dentre as demais, sendo de todas as condicionalidades a que com mais frequência é associada ao programa, ao menos em pequenas cidades, como é o caso da cidade aqui retratada, ao ponto de, algumas pessoas ainda se referirem ao PBF enquanto o antigo programa Bolsa Escola. Essa cobrança condicional gera um impacto positivo na educação brasileira, com a diminuição do índice de evasão escolar, uma vez que o acesso e a frequência encontram-se garantidos e fiscalizados.

No entanto, gostaria de destacar que para além dessa diminuição da evasão escolar, o que pudemos constatar é que essa queda na evasão escolar muitas vezes é dada a partir de uma imposição familiar, o que nos faz pensar que o PBF tem se tornado um incentivo financeiro para manter o filho na escola, ou do contrário, que tem-se um incentivo a permanência da criança na escola para que se possa receber o benefício do PBF. Isso ocorre pela fiscalização das condicionalidades impostas pelo programa. A condicionalidade educacional, por exemplo, é fiscalizada bimestralmente, ou seja, cinco vezes ao ano²⁷, ao passo que a condicionalidade da saúde é verificada duas vezes ao ano, talvez, também por esse motivo a condicionalidade educacional seja com frequência mais associada ao programa.

3.4 O REPASSE DO BENEFÍCIO

O PBF tem seu benefício destinado prioritariamente as mulheres. Esse fato gera uma discussão bipolarizada, sobretudo, na mídia, na academia e nos movimentos sociais, em torno da positividade e negatividade dessa associação (AHLERT, 2013). Os que veem positivamente acreditam que, as mulheres que são beneficiadas pelo PBF, passam a ser através desse benefício empoderadas. Contrariamente a isso, há os que acreditam que essa prioridade no repasse do benefício, reafirma o papel tradicional da mulher na sociedade, colocando-a numa posição de subalternidade (AHLERT, 2013).

Rego e Pinzani²⁸ (2013) consideram que o benefício do PBF trouxe poder as mulheres beneficiadas, proporcionando a elas próprias um cuidado consigo mesmas, pois muitas, além

²⁷ A condicionalidade educacional é exigida entre as famílias beneficiadas pelo PBF e que tenham crianças. Sua fiscalização ocorre bimestralmente, cinco vezes durante o ano, mais especificamente nos períodos de: 1º: fevereiro e março; 2º: Abril e Maio; 3º: Junho e Julho; 4º: Agosto e Setembro e 5º: Outubro e Novembro.

²⁸ Em um livro chamado Vozes do Bolsa Família lançado em 2013, Walquíria Leão Rego e Alessandro Pinzani revelam de forma sensível e com propriedade de quem passou cinco longos anos pesquisando o ponto de vista das beneficiárias do Programa Bolsa Família, as mudanças ocorridas na vida dessas mulheres que habitam as regiões consideradas mais desassistidas do país. Programas como o Bolsa Família revelam sua potencialidade quando buscam se analisar seus efeitos e interferências por um período relativamente longo, o que pode ser bem visto na obra acima citada.

ter seu primeiro contato direto com o dinheiro, puderam pela primeira vez na vida comprar, por exemplo, um creme de cabelo. O sonho da maioria dessas mulheres era conseguir a laqueadura, e muitas conseguiram, fato este que quebra também com a ideia preconceituosa de que o PBF incentiva as mulheres a terem mais filhos para poderem receber mais dinheiro. Por fim, o que considero ser a maior mudança na vida dessas mulheres que Rego e Pinzani apresentam no livro *Vozes do Bolsa Família* (2013) é a possibilidade da separação conjugal, uma vez que o PBF proporciona a possibilidade dessas mulheres planejarem minimamente suas vidas, não sendo mais obrigadas a submeterem-se ao ‘destino’, no caso do número de filhos gerados ou a uma situação de violência e humilhação maritais, ou mesmo a um casamento indesejado.

Entre os beneficiários e não beneficiários do PBF de Feira Nova, foi quase que unanime a afirmação de que priorizar a mulher no repasse do benefício foi uma escolha acertada pelos idealizadores do programa. Essa afirmação leva em conta o fato de acreditar que a mulher como boa dona de casa, faz as escolhas sempre levando em consideração a necessidade da família como um todo, e apesar da criança ser priorizada nesse meio, a mulher faz essas escolhas de uma forma equilibrada. Em um Relatório Executivo do CEDEPLAR (2007) é constatado que esse direcionamento do benefício para as mulheres contribui para o aumento do poder de barganha das mulheres no interior do domicílio. Além do que, Suárez et al (2006) destacam que

a preferência outorgada às mulheres na formulação do Programa Bolsa família veio ser altamente legítima, e fortalecer a condição social de quem, por orientação cultural e subjetividade individual, está posicionada da maneira mais adequada para zelar pelas novas gerações (SUÁREZ et al, 2006, p. 07).

Ademais, Mireya Suárez et al (2006) ao pesquisar entre as beneficiárias do PBF de algumas cidades brasileira, afirmam que em 46% do total dos grupos pesquisados, o marido ou companheiro encontrava-se ausente, logo, as mulheres respondiam sozinhas pelo núcleo familiar. No entanto, “a presença do parceiro na maioria desses grupos domésticos, não retira da mulher-mãe esse poder de decisão específico porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à educação, saúde e tudo que tenha a ver com os filhos” (SUÁREZ et al, 2006, p. 07). Além disso, a autora em destaque coloca que nenhuma das beneficiárias entrevistadas e um número ínfimo de agentes governamentais afirmaram que não deveriam ser as mulheres as titulares pelo recebimento do benefício. Sobre essa questão,

acredita-se ter sido uma decisão acertada do programa dar prioridade no repasse do benefício para a mulher.

Quanto a isso, Suárez et al (2006) afirmam que entre as beneficiárias o argumento mais frequente é o de que as mulheres administram o dinheiro melhor do que os homens e que sendo mães, elas possuem um maior contato com os filhos, logo empregarão o dinheiro da forma mais adequada. Sobre isto, Gabriel Hartung (2009) destaca que é característico dos Programas de Transferência Condicionada de Renda destinar a mulher enquanto prioritária no repasse do benefício, uma vez que segundo esse mesmo autor, “a escolha da mulher ocorre em virtude de um crescente consenso na literatura de que as mulheres tendem a alocar mais recursos para o acúmulo de capital humano de seus filhos” (HARTUNG, 2009, p.77).

Ainda nesse sentido, podemos dizer que o PBF contribui em alguma medida para um relativo aumento no poder de compra das beneficiárias, contudo, não podemos concluir com isso que a possibilidade de poder comprar conduz as mulheres a um empoderamento pleno, posto que, as compras são definidas segundo os papéis familiares que são bem estabelecidos. Mas é preciso considerar que estamos falando de uma região em que o mercado de trabalho é exíguo para os homens, e ainda mais para as mulheres. No entanto, como bem percebemos, e como também foi constatado por Rego e Pinzani (2013) a prioridade do repasse do dinheiro para as mulheres, ao mesmo tempo em que pode reforçar o lugar da mulher enquanto ser doméstico, proporciona a ela nesse meio uma maior possibilidade de escolha, e ainda que seja a curtos passos, talvez isso seja o início de uma revolução feminista ou emancipação feminina no nordeste do Brasil. Esse fato, por sua vez, não significa dizer que o PBF tenha conseguido um aumento das capacidades das beneficiárias. Em alguma medida, o programa gerou uma autonomia entre as beneficiárias, mas elas ainda continuam presas em suas vizinhanças e em suas moradias, dentro do seio familiar, cumprindo com a função de administradora do lar.

Por tudo isso, é compreensível que quando questionei as crianças em Feira Nova sobre o PBF elas me respondiam com respostas como “*Não sei nada sobre isso não. Quem sabe sobre isso é a minha mãe*”. Na verdade, quando elas me diziam não saber sobre o PBF, e que eu deveria fazer essas perguntas às mães, elas estavam a me dizer o que está instituído no próprio programa: de que a prioridade do recebimento do benefício é da mulher. Assim, as crianças estavam a me dizer que o PBF é coisa de mulher, é coisa de mãe, e nesse sentido, eu deveria fazer essas perguntas sobre o BF às mulheres, pois elas saberiam responder todas as perguntas que eu estava a fazer para as crianças. Assim que, David (10 anos) me disse quando perguntei de quem era o BF: “*É da mãe da gente. E do pai também, só que a mãe tem mais direito, porque a mãe faz mais parte da família*”. Em Feira Nova o Bolsa Família não é coisa

de criança, nem de homem, mas de mãe/mulher. E sendo assim, era as mães quem eu deveria procurar. Lembro-me que na minha insistência em saber das crianças sobre o PBF quando questionei algumas delas sobre o que seria o PBF suas falas seguiram na direção de que eu era a personificação do Bolsa Família para elas. Acho que a associação veio devido a minha insistência em saber sobre o tema através das crianças. Por essa insistência em saber das crianças o que seria o Bolsa Família, Keila (5 anos) me disse: *O Bolsa Família é você tia, é o que você faz*. Já Raissa (7 anos) dizia: *O Bolsa Família é desenho, é lápis, é pintar. O Bolsa Família é tudo isso*, associando as atividades que eu fazia com as crianças ao Bolsa Família.

No capítulo seguinte, serão apresentadas três gerações, entre as quais, se podem observar que houve um processo de mudança na vivência da infância. A geração mais antiga, é a geração de avós e, em geral negam ter tido infância, uma vez que, não vivenciou quando criança a tríade: ludicidade, escolarização e não trabalho. Tríade que consideram ser demarcador da infância. Diante disso, veremos como o PBF contribui para essa vivência da infância para essa atual geração de crianças que encontram-se beneficiadas pelo programa. E a geração das mães aparece em alguma medida, enquanto uma geração de transição entre essas duas. Nesse sentido, destaco ainda o conceito de circulação de crianças trabalhado por Cláudia Fonseca (2004) e a tese da negligência seletiva trabalhada pela Nancy Scheper-Hughes (1997) e em paralelo a elas, busco demonstrar que em Feira Nova ocorria uma prática que chamo de adoção informal, a qual tem deixado de existir em decorrência da implementação do PBF. Por tudo isso, sugiro que o PBF vem contribuindo para uma mudança geracional no que se refere à infância, a qual estou chamando de ‘invenção da infância’.

CAPÍTULO 4 A INFÂNCIA NEGADA E INVENTADA A PARTIR DO PBF NA COMUNIDADE DE FEIRA NOVA

4.1 A INVENÇÃO DA INFÂNCIA

Philippe Ariès em sua obra *História Social da Criança e da Família* (1981) foi um dos primeiros autores a discutir a emergência da noção de infância como categoria social. A partir de seu trabalho, a infância passou a ser considerada uma construção histórica e social, com a indicação de que cada período histórico desenvolve um discurso próprio e singular para conjecturar a respeito dessa realidade. O autor acima referido faz uma espécie de iconografia, uma análise embasada em pinturas, a partir das quais tenta retratar o processo histórico-cultural pelo qual passou a ideia de criança, mostrando dessa forma a valorização que foi atribuída a ela durante o decorrer dos séculos.

Ariès percebe a ausência das crianças nas pinturas, e nas raras vezes em que eram retratadas, elas apresentavam-se como uma espécie de “adulto em miniatura”, o que bem pode ser visto na imagem de frontispício de sua obra (1981). As crianças viviam no mesmo espaço que os adultos, jogavam os mesmos jogos e tinham as mesmas vestes. Essas são informações que demonstram que as crianças não possuíam particularidades, algo propriamente delas. É a partir desse livro, que o autor nos faz saber que a infância é uma construção social e histórica, emergente de um determinado período histórico e pertencente a um grupo social específico, desconstruindo assim, a ideia de que a infância seria algo natural ou universal.

Ao desvendar a história da criança, o referido autor nos mostra que até a Idade Média ela não possuía espaço particular no âmbito familiar, sendo vista e considerada enquanto uma réplica do adulto, um adulto em miniatura. Sendo a infância um constructo sociocultural, para que a compreendamos é preciso levar em consideração todos os aspectos e o contexto que a envolve. “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não a tentava representa-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÈS, 1981, p.17). Baseado nas altas taxas de mortalidade infantil existente na época e no aparente pouco caso que se fazia quando do falecimento das crianças, Ariès declara que a sociedade medieval ignorava a infância. Crianças muito pequenas, pertencentes a esse período de fragilidade, não eram consideradas como membros familiares propriamente.

Ainda segundo os pressupostos de Ariès, a criança só começa a possuir um papel social diferente do adulto, quando surge o que ele denominou de “*invenção da infância*”. A

partir de então, a infância passa a ser definida como um período de fragilidade e ingenuidade, em oposição à idade adulta. A moral da época passou a pregar uma preparação das crianças para a vida adulta. É importante destacar, que a descoberta da infância se daria apenas na modernidade, com o surgimento da escola e através da família burguesa. Assim, é que no início do século XVII, surge a instituição escolar, possuindo um anseio de moralização, e fazendo uma separação entre crianças e adultos, ou ainda, entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. É nessa fase que Ariès fala sobre o surgimento de dois sentimentos básicos em relação à infância: a *paparicação* e a *escolarização*.

A *paparicação* encontra-se ligada ao fato de que as crianças antes passavam despercebidas, mas começam a ocupar um lugar no olhar do adulto. É bem verdade, que esse sentimento de *paparicação* encontra-se relacionado às novas práticas de higiene, as primeiras vacinas e ao controle de natalidade que tornaram-se cada vez mais difundidos. Com tudo isso, passa-se a ter um cuidado maior com os filhos pequenos e a família cria um espaço de afabilidade necessária entre pais e filhos. A criança, sobretudo, passar a ter um lugar de destaque no seio familiar, o que antes não ocorria. Dessa forma, entre os séculos XV e XVI a infância passou a ser representada como a idade dos brinquedos e das brincadeiras.

No século XVII passa-se a existir um maior apreço pela infância, culminando o processo de mudanças importantes no que concerne à vida das crianças. A escola começa a representar o lugar da educação em detrimento da aprendizagem no convívio direto com os adultos, dos quais, sobretudo as crianças mais abastadas vão sendo aos poucos afastadas. A escolarização começa então a ser instituída e, com isso, a disciplinarização, o enclausuramento e a vigilância tornam-se uma constante na vida das crianças.

A respeito disso, Kramer nos fala que:

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto ("de adulto") assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância, pois, é determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade (KRAMER 1996, p.19).

O que antes era comum, a convivência e a permanência das crianças nos mesmos espaços que os adultos, se modificou. A infância passou a ser considerada como uma etapa da vida, e a criança acabou sendo vista de um modo especial. É bem verdade, como nos mostra Ariès, que a infância sendo uma construção histórico-social, vai variar, e deve ser estudada e

analisada em sua particularidade. O ideal seria que falássemos em infâncias, no plural, e não em infância no singular. A infância retratada por Ariès encontra-se relacionada ao período do renascimento, na Europa, e acredita-se que o estudo realizado pelo referido autor está relacionado às elites da época, posto que, os pobres não podiam gozar desse privilégio, pois, necessitavam que seus filhos, tão logo conseguissem se locomover, os ajudassem no trabalho.

Apesar disso, a descoberta de Ariès sobre a “invenção da infância” e sobre os sentimentos da infância, se estendem para além das elites europeias. Assim sendo, ainda que não possamos falar em uma infância universal, há alguns elementos que são comuns a várias delas, ou ao menos encontram-se presentes no ideal que se tem de infância. A ludicidade é umas dessas características, e segundo Sousa (2004) ela pode ser considerada o lugar comum entre as infâncias. Emilene Sousa em sua dissertação de mestrado intitulada “*Que trabalhais como se brincásseis*”: *trabalho e ludicidade na infância Capuxu*, enfatiza a presença da ludicidade mesmo quando as crianças trabalham.

4.2 INFÂNCIA E TRABALHO

O trabalho comumente se apresenta enquanto condição para a sobrevivência do ser humano, donde a partir dele são realizadas ações que encontra-se ligadas a produção dos meios necessários para a conservação da vida. Na teoria marxista o trabalho é esfera fundamental da vida do homem no capitalismo. O trabalho é assim,

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o metabolismo com a Natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983, p. 149).

Ainda de acordo com Marx é a partir do trabalho que os homens começam a produzir seus meios de vida, e a produção da vida material é realizada socialmente, pois nesse momento de produção, o homem estabelece relações com outros homens e o modo de vida vai se modificando e se adaptando a partir do processo histórico da sociedade a qual ele pertence. O trabalho faz do homem um ser social.

No transcorrer dos últimos tempos, o trabalho infantil tem se apresentado enquanto um tema relevante na questão social da infância. Irma Rizzini (2010) afirma que as crianças

pobres sempre trabalharam. Cipola (2001) afirma também que, as condições de pobreza e de miséria das classes menos favorecidas economicamente, acoplados à baixa escolaridade dos pais, é o que em muitos casos, produz e reproduz o uso da mão de obra infantil entre as gerações. Este, no entanto, pode ser considerado um dos principais motivos para o a utilização precoce dessa mão de obra, mas é certo que há diferentes fatores que incidem sobre essa questão. Através do escrito, podemos compreender melhor a fala dos sujeitos aqui pesquisados durante as entrevistas, ao reverberarem sobre o trabalho que desenvolviam quando crianças. As falas afirmavam que se trabalhava para ajudar a família, posto que as condições em que viviam eram precárias, como bem podemos perceber na fala de Mariana (27 anos):

“Eu trabalhei na roça com meus pais. Ajudava ele a apanhar capim. Era difícil... (choro). É porque eu me emociono. É porque lembrar o passado... (pausa)... Meu pai não tinha estudo, minha mãe ainda teve um pouquinho, eu me emociono. Mas foi bom, era difícil, mas foi bom”. (Mariana, 27 anos).

Face ao exposto, é certo que um grupo de crianças que desde muito cedo se envolveu no mundo do trabalho, são as crianças camponesas. E como já demonstrado, ao falarmos sobre o trabalho na agricultura, é preciso destacar que esta forma de trabalho encontra-se diretamente ligada a família. Trabalho e família encontram-se intimamente ligados a vida do camponês, posto que, o trabalho no campo é quase sempre desenvolvido em conjunto com os membros familiares. Dessa forma, a unidade familiar camponesa deve ser vista como uma forma não capitalista de produção, uma vez que não há uma separação direta entre o produtor e os meios de produção, mas tem-se por base a utilização da mão de obra familiar. O objetivo do trabalho camponês encontra-se centrado na capacidade de satisfazer as necessidades de consumo familiar. Logo, essa forma de trabalho não se caracteriza enquanto compra e venda da força de trabalho, sendo preciso relativizar aquilo que comumente se chama de trabalho infantil. Faz-se necessário, da mesma forma, distinguir as atividades desenvolvidas na agricultura e as atividades domésticas, por exemplo, das atividades que envolve a criança em situação de risco, causando graves danos a sua saúde física e mental, uma vez que, nessa forma de trabalho há uma exploração do trabalho desenvolvido pelas crianças.

Podemos então perceber que, a família é de suma importância para o desenvolvimento do trabalho agrícola, pois, essa forma de trabalho, se caracteriza pela absorção da mão de obra do grupo doméstico. Cada membro desse grupo familiar possui uma função específica no desenvolvimento das atividades, logo, todos são importantes para o seu bom andamento.

Podemos entender com isso que, a utilização de crianças nessa forma de trabalho, difere da forma de produção capitalista, pois, não se configura necessariamente enquanto uma forma de trabalho exploratório, embora possa sê-lo.

É preciso destacar ainda que, para alguns grupos, o trabalho é entendido como contribuidor para a formação de uma educação moral, como afirma Sousa (2004) nos indicando que

O trabalho é realizado com o esforço combinado com todos os membros da família, inclusive o das crianças. Pais e filhos trabalham juntos na terra, cujos primeiros são responsáveis pelo capital simbólico (experiência repassada de gerações anteriores e de anos de prática) e os segundos exercem o papel de aprendizes, futuros herdeiros da responsabilidade dos mestres, seus pais (SOUSA, 2004, p. 86).

Nesse sentido, o trabalho aparece enquanto “uma riqueza simbólica” (SOUSA, 2004) que é repassada para as crianças. Assim, à medida em que as crianças desenvolviam seu trabalho no núcleo familiar contribuindo para o aumento do orçamento da família, ela era retribuída por esse aprendizado de valor moral, sobre o qual tem-se a ideia de que prepara a criança para a vida, e que rege a maneira como vivem certos grupos sociais. De forma semelhante, Pires e Silva Jardim afirmam que em Catingueira “o trabalho infantil, na região, não pode ser compreendido sem recorrer à sua dimensão moral” (no prelo). Dauster (1992) também nos mostra que há pesquisas as quais destacam que “o trabalho de crianças e jovens é visto como “formador”” (p.33).

É certo que as condições de precariedade que essas famílias viviam foi de suma importância para a inserção das crianças no mundo do trabalho. Mas não posso afirmar por isso e pelo alto índice de abandono escolar, além das pessoas que nunca frequentaram a escola, que essa geração dava pouco valor a escolarização. Mas entendo que a escolha do trabalho em detrimento da escolarização está mais associada entre escolher o que é prioridade e o que é importante. E neste caso, a escolarização acabou sendo tomada como importante, enquanto que o trabalho tornou-se a prioridade, principalmente pelas condições de vida familiares que necessitavam da inserção da criança nesse meio, mas também pela valorização moral que era dada ao trabalho como já descrita anteriormente. Diante disso, Beatriz (28 anos) nos diz que: *Isso não faz mal a ninguém, a pessoa trabalhar e estudar, mas desde que se tenha uma condição melhor. Eu trabalhei quando era pequena, e não me envergonho disso não.*

Schildkrout (1978) em "*Age and Gender in Hausa Society: Socio-Economic Roles of Children in Urban Kano*", faz uma análise da sociedade Hausa, estudando criança, a partir de uma perspectiva de gênero. Ele nos mostra que a criança nessa sociedade é tomada como um ser em preparação para a vida adulta. O papel da criança Hausa é o de um aprendiz. O papel do filho é o papel do aluno (ou seja, daquele que aprende). No entanto, o autor nos mostra ainda, que a infância na sociedade Hausa não poderia ser caracterizada por um “treino para a vida adulta”, e que essa separação de gênero estabelecida entre os adultos, não poderia ser definida como é, se não fosse pela participação das crianças, que mantém a coesão na sociedade Hausa. Em suas palavras:

One of the main arguments of this paper is that ‘sex roles’ in Hausa society could not be defined as they are without children performing certain roles which are distinct from and complementary to adult roles. Children are crucial in maintaining the institution of purdah in certain economic classes, and in maintaining the present definition of female roles (SCHILDKROUT, 1978, p. 349).

Voltando ao meu campo, o trabalho pelo qual essa geração de crianças passou, hoje avós e avôs, possui um significado bem maior do que um aumento no rendimento familiar, ou ainda, uma ajuda para a família, como alguns pesquisadores colocam. Inserir a criança no mundo do trabalho faz parte da educação das crianças, cujo dever pertence à família. Não tenho a intenção aqui de naturalizar o trabalho infantil, mas, não posso reduzir a inserção dessa geração quando criança no mundo do trabalho apenas a uma questão de pobreza. O trabalho infantil é uma questão de pobreza também. É certo que, com muito mais frequência vemos crianças de camadas populares inseridas no mundo do trabalho, a própria história, assim como a literatura nos mostra isso, quando retrata os filhos dos donos de engenhos ou de fazendeiros sendo enviados para grandes cidades no intuito de estudar e tornarem-se “doutores”, enquanto os filhos dos mais pobres eram inseridos no trabalho na lavoura e nos serviços domésticos.

As classes mais abastadas investem mais na escolarização de seus filhos, embora isso pareça ser um dado contextual. As crianças das classes mais abastadas inserem-se também em atividades de trabalho, muitas vezes seguindo o mesmo o caminho trilhado pelo pai. Assim, não raro já vi casos onde famílias de comerciantes inseria seu filho dentro de seu estabelecimento, para que o mesmo pudesse desde criança já ir aprendendo sobre os negócios da família, do qual, muito provavelmente ele seria herdeiro. Um filho de um fazendeiro, por exemplo, muito provavelmente iria aprender a contar o gado e a tomar conta dos negócios

agrícolas de seu pai, aprendendo a dar ordens e a administrar os bens. No entanto, para além do trabalho, pessoas de classes mais favorecidas podiam enviar seus filhos para as melhores escolas, para uma formação a qual contribuísse como agregador ao trabalho que seu filho poderia assumir quando adulto. Nesse sentido, a educação pode ser entendida enquanto um caminho para se chegar em um determinado objetivo, o trabalho.

Vemos também, filhos de famílias favorecidas economicamente, exercer funções as quais em geral seriam ocupadas por pessoas de classes menos favorecidas, com pouca qualificação profissional. Esse é o caso, por exemplo, do filho de um famoso ex-jogador britânico, que juntamente com sua esposa o incentivou a trabalhar como barista em um café, para que assim, ele pudesse aprender a valorizar o dinheiro conquistado com o próprio trabalho. Sobre isso, o ex-jogador afirmou “Eu e minha esposa sempre tentamos dar um bom exemplo, mostrando à nossa família a importância do trabalho duro”. Digo isso, para que possamos perceber a valorização do trabalho enquanto uma educação moral não apenas entre as camadas populares, mas também entre as classes mais abastadas, ainda que essa valorização faça parte muito mais de uma realidade europeia e americana do que de uma realidade brasileira. No entanto, em uma sociedade onde para muitos, ser pobre é considerado um defeito, tomado enquanto algo negativo, ser trabalhador se opõe a este pensamento, se mostrando por sua vez, como uma qualidade, logo se diz: “Sou pobre, mas sou trabalhador!”. Ser trabalhador, nesse caso, aparece como uma espécie de estratégia de defesa que esbarra na concepção de pobre enquanto característica negativa. Nesse sentido, o trabalho infantil em alguns casos precisa ser relativizado, e acredito ser esse o caso dessa geração das avós e dos avôs aqui retratadas.

4.3 TRABALHO E LUDICIDADE

O trabalho infantil presente na vida das crianças camponesas divide espaço muitas vezes com a ludicidade. O cabo da enxada, que a princípio é um elemento de trabalho, acaba se tornando um cavalinho para a brincadeira das crianças. A cerca no caminho para o roçado também se torna um bom brinquedo e as árvores também se mostram um meio de diversão para as crianças, que durante o caminho para o trabalho e durante o desenvolvimento do trabalho em si, resignificam os objetos laborais dando a eles um caráter lúdico (SOUSA, 2004). Essa resignificação dos objetos pelas crianças parece ser algo comum, pois, semelhante ao que nos mostra Sousa (2004) temos a narrativa de Maria (39 anos), moradora de Feira Nova relembrando um pouco de sua infância:

Na minha infância eu era contente. Porque assim, a gente era simplesinho, um pessoal humilde, assim, pobre não, mas era humilde, não tinha quase nada na vida, mas era tudo feliz. Na minha época a gente brincava de sabuguinho de milho, quando estavam nascendo tinha aqueles cabelinhos de milho, e ali era a minha boneca. Eu fazia as minhas casinhas de caixa de fósforos e, ali era a minha infância. A minha infância era essa e eu gostava da minha infância Maria, 39 anos).

É com base numa longa observação da vida das crianças camponesas que se encontram inseridas também no trabalho, que Sousa (2004) defende a ideia de que o lúdico, que na infância assume a forma do brincar, faz parte da realidade infantil. E mesmo o trabalho estando presente na vida dessas crianças, ele não é capaz de extinguir a ludicidade. Em muitos casos, o trabalho prepondera, embora a criança encontre maneiras criativas de brincar, mesmo quando trabalhando.

Ângela Nunes (2002) também destaca que as crianças A'uwe – Xavante desenvolvem algumas atividades domésticas e/ ou produtivas nas quais podem ser observados aspectos lúdicos os quais “se entrecruzam com as rotinas do cotidiano” (p. 79). Observando essas atividades realizadas pelas crianças, Nunes destaca que o fato das crianças realizarem atividades de verdade não impede a presença do componente lúdico e assim, elas brincam de fazer coisas de verdade. Além disso, as atividades realizadas pelas crianças, bem como a habilidade que elas possuem na realização de algo, são respeitadas e aceitas como participação efetiva.

Considerando o exposto acima, em uma rápida análise, podemos perceber a ludicidade presente na infância das crianças indígenas (NUNES, 2002; COHN, 2000, 2005; MELO, 2008), das crianças que vivem em contexto urbano (SARAIVA, 2009), das crianças camponesas (SOUSA, 2002, 2004), das crianças que vivem na favela (BEGNAMI, 2008), das crianças que convivem no lixão (PONTE, 2006), entre as crianças em situação de rua (LEWIS, 2004; CALAF, 2007). Por estar presente em várias infâncias e tendo a infância, passado a ser considerada a idade dos brinquedos e das brincadeiras, a ludicidade se vê na ideia que muitos grupos possuem de infância. Além do que, Nunes (2002) falando sobre as brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante nos mostra que,

[...] o caráter lúdico com que a criança sempre age nas mais variadas circunstâncias pode ser considerado como uma espécie de denominador comum às crianças de todas as sociedades, manifestando sua universalidade por meio de infinitas peculiaridades, realizando e concretizando sua essência na singularidade sociocultural de cada um dos povos (NUNES, 2002, p.69).

Mas embora a ludicidade esteja presente no trabalho desenvolvido pelas crianças camponesas, isso não significa dizer que as crianças tomavam o trabalho por brincadeira. Do contrário, elas consideravam trabalho, e entendiam que estavam ali para trabalhar e para ajudar na produção familiar. Dessa forma, Mariana (27 anos) fala da sua relação com o trabalho quando criança e diz ainda que, hoje em dia na região de Feira Nova não se vê mais crianças trabalhando. Assim, ela nos diz: *“No meu tempo tinha, mas hoje não. Hoje em dia as crianças não trabalham mais. Meu pai mesmo dizia: ‘Hoje você vai tirar o dia para ir trabalhar’”*.

Alguns autores, a exemplo de Sousa (2004), consideram a ludicidade enquanto um elemento comum entre as infâncias. Assim, foi a partir de uma pergunta específica, a qual eu sempre repetia quando tinha oportunidade, a saber, “Como foi sua infância?”, que pude perceber que a ideia de infância em Feira Nova estava também associada a ludicidade. Não raro, eu conversei com pessoas de idade mais avançada e ao fazer a recorrente pergunta de como foi sua infância, elas de imediato me respondiam com uma negação da infância. Em geral a frase era: *Ah, minha filha! Eu não tive infância não*. A julgar por esse início de frase eu pensava que essas pessoas de fato negavam a infância, mas a resposta se seguia com uma dualidade na fala. Assim, após fazerem uma negação da infância, a fala seguia-se na seguinte direção: *A minha infância foi muito sofrida! Eu tive que trabalhar muito cedo...* . Ou seja, nesse contexto, podemos perceber que, uma infância de trabalho, não é considerada uma infância.

4.4 A NEGAÇÃO DA INFÂNCIA

Diante o exposto acima, podemos perceber que ao mesmo tempo em que inicialmente se negava a infância, em seguida negava-se a negação feita. Talvez essa tenha sido uma infância de curta duração, uma infância muito sofrida, posto que foi marcada pela forte presença do trabalho. A ideia de infância que se tem em Feira Nova é de uma fase da vida onde se tem tempo para o lazer, onde se pode brincar livremente, mas também onde se pode frequentar a escola, pois a fase de escolarização é entendida como a ser iniciada prioritariamente no período da infância. Logo, aquele que frequenta a EJA (Educação de Jovens e Adultos), por exemplo, pode ser considerado um desviante, uma vez que a alfabetização, bem como a escolarização não foi realizada no período que considera-se adequado para tal. O ideal de infância que percorre entre muitos moradores de Feira Nova

encontra-se relacionado sempre a presença da tríade: ludicidade, escolarização e não trabalho. Para essa geração, a fase da infância não esteve relacionada a ludicidade e nem tão pouco a escolarização, mas ao trabalho. É o trabalho que marca essa fase da vida, logo, a tríade descrita mais acima, não foi vivenciada plenamente por essa geração, o que por sua vez, nos faz entender porque muitas pessoas negaram ter vivido a infância.

É necessário destacar que falas como essa vieram sempre dos pais ou dos avós das crianças que hoje se encontram inseridas no PBF. Note-se que, os pais e os avós são duas gerações que não foram contempladas durante suas infâncias por nenhuma política pública em específico, enquanto que essa geração atual de crianças encontra-se beneficiada pelo PBF. Logo, é importante trabalhar aqui com três gerações, a das avós, das mães e das crianças. A geração das avós encontra-se completamente isenta do recebimento de qualquer benefício social. A geração das mães, por sua vez, em alguns casos conseguiram ser beneficiadas pelo PBF, mas não em sua infância, quando muito em sua adolescência, sendo, portanto, uma geração que representa uma transição entre as outras duas. Em último caso, temos a atual geração de crianças que em sua maioria é beneficiada pelo PBF desde o seu nascimento. Estou entendendo geração no mesmo sentido que Mannheim, como descreve Sarmento, enquanto um:

[...] grupo de pessoas nascidas na mesma época, que viveu os mesmos acontecimentos sociais durante a sua formação e crescimento e que partilha a mesma experiência histórica, sendo esta significativa para todo o grupo, originando uma consciência comum, que permanece ao longo do respectivo curso de vida (SARMENTO, 2005, p. 364).

Destarte, esse conceito de geração aplicado ao contexto aqui trabalhado, pode ser entendido enquanto categoria estrutural que se define, sobretudo por fatores estruturais, como por exemplo, o impacto da implementação do PBF entre os seus beneficiários. É preciso destacar ainda que nessa definição de geração, tanto o fato de se ter nascido em uma mesma época, quanto terem vivido os mesmos acontecimentos, ou seja, compartilhado de experiências comuns, ganha importância para essa compreensão. Assim, ter se inserido no mundo do trabalho ainda quando crianças, se mostra enquanto uma experiência comum que marca essa geração de avós e mães.

Sobre a negação da infância ao conversar com Amélia, ela me diz:

Eu não tive infância não. Não lembro. Nem quero lembrar visse. Porque assim, era muito precária. Mas eu era feliz, é óbvio. Tinha aquela

brincadeira que eu gostava de brincar que dizia assim “Tô no poço!”. Sabe? A minha infância eu não lembro e nem gosto de lembrar pelo seguinte fato, muita, muita pobreza mesmo, aí foram coisas que marcaram marcando mesmo, aí tem coisas que eu prefiro deletar da minha memória. Às vezes eu nem gosto de falar tanto (Amélia, 37 anos).

Apesar de muitas pessoas afirmarem que foram felizes quando crianças, elas reiteram que tiveram uma infância difícil, uma infância dura, marcada pelo trabalho e por privações, logo, não se deseja recordar o sofrimento, mas a alegria, como os raros momentos nos quais se podiam brincar. Ao considerarmos a infância enquanto uma construção social, é preciso lembrarmos que, ela surge, inicialmente em função de e para uma sociedade burguesa. Aliás, o próprio sentimento da infância do qual nos fala Ariès nos permite perceber essa ideia, posto que, a paparicação e a escolarização são frutos de uma sociedade de elite. Assim, como estamos tratando de um grupo não burguês, o qual, ao contrário, é pertencente à linha de pobreza e pobreza extrema, agregado a não vivência da tríade que envolve a ideia de infância, podemos entender quando muitas das pessoas entrevistadas afirmaram não ter vivenciado a infância.

Considero que a infância dessa geração de pais e avós das crianças que hoje são beneficiadas pelo PBF teve como grande marca a entrada precoce no mundo do trabalho, legado advindo de uma existência vivida em situação de pobreza e também pobreza extrema. É certo que, nas conversas e entrevistas que realizei com pessoas pertencentes a essa geração, a maioria delas me apresentou o trabalho enquanto uma necessidade familiar. Muitas alegavam que não eram obrigadas a trabalhar, mas devido à situação pela qual viam a família, acabavam se inserindo no meio da labuta para auxiliar na conjuntura familiar. Assim, o trabalho da criança no seio familiar, fosse ele na roça o qual foi mais retratado, no âmbito doméstico, ou até mesmo o trabalho comercial, como ir vender frutas na feira, acabava sendo tomado enquanto uma forma de ajudar no orçamento doméstico. Sobre essa relação do trabalho familiar, Sousa (2004) mostra que “o caráter familiar da unidade de produção repousa no uso da força de trabalho essencialmente familiar” (p. 83). Assim, ao nos falar sobre a relação das crianças Capuxu com o trabalho, a autora destaca que a realização do trabalho pelas crianças, não se assemelha e nem coaduna com a lógica da exploração do trabalho.

Na vida dessa geração anterior a que hoje é beneficiada pelo PBF, o lúdico encontra-se em segundo plano. Em alguma medida a ludicidade esteve presente na vida dessa geração de pais e avós quando crianças, mas essa geração não tem o lúdico como marca principal. O que bem podemos perceber na fala de D. Maria José (55 anos):

*A minha vida? Oxe, a minha vida é longa! Oxe, a minha vida era panhando café, era arrancando mandioca, era fazendo farinha. Moendo mandioca, cevando mandioca, plantando roça. Tudo isso era a minha infância. (E a senhora tinha mais ou menos quantos anos quando fazia tudo isso?) Eu? Oxe, quando eu comecei, quando mãe ensinou a gente a fazer as coisas, eu era deste tamanho oia (E fez uma expressão com a mão em direção ao chão me mostrando que era bem pequena). Oxe, a gente era atrepada numa gamela moendo mandioca. (O que é gamela?) Um negócio de aparar manipera. (Coisa de fazer farinha, me explica sua filha). E então, pra cevar mandioca era assentada dentro do cevador porque não alcançava chegar no cocho de cevar. **A minha infância foi trabalho, foi o cabo da enxada. Pode botar aí, era o cabo da enxada ao invés da roda!** (E a senhora não brincava não?) O tempo que a gente brincava era um pouquinho e nos domingos. Brincava de boneca, boneca de pano, de noite a gente ia brincar de roda, em tempo de lua, porque a gente morava no sítio, brincava de contar história. A minha escola, eu não sei que milagre eu ainda aprendi uma coisinha que era pra não ficar analfabeta mesmo, né. Mas ainda fiz até terceira, a terceira série... (Maria José, 55 anos, grifo meu).*

Pela fala de D. Maria José, podemos perceber a preponderância do trabalho marcando a sua infância. Era o trabalho que tomava a maior parte do tempo em seu dia-a-dia. A escola, outro elemento importante associado à infância, também estava presente na vida de D. Maria José figura emblemática que representa bem a sua geração, mas assim como a ludicidade a escola não ocupou muito espaço na vida dessa senhora, que com muito esforço conseguiu frequentar até a terceira série do ensino fundamental. Provavelmente, a ludicidade e a escolarização foram ofuscadas pela presença do trabalho, mas é interessante notarmos a importância ao tom quando ela se refere a escolarização, assim, ela nos diz: “A minha escola, eu não sei que milagre eu ainda consegui aprender uma coisinha...”

Essa infância que muitos dizem ter sido sofrida, antes de ser marcada pela presença do trabalho, foi marcada por privações financeiras, materiais, familiares e afetivas. Privações financeiras que levam às materiais, as quais conduziram tão cedo essa geração a se inserirem no mundo do trabalho. É oportuno também lembrar, das privações familiares e afetivas, pois muitos pais saíam em busca de emprego em outras cidades para poder suprir as necessidades básicas de sua família, bem como com seu papel social, demorando meses para visitar a família, mas tentando cumprir com sua função ainda que a distância. A privação financeira acarretava uma série de outras privações na vida dessas famílias. Eram bem pobres, com poucos recursos e que moravam em regiões de difícil acesso e de dura sobrevivência. Além disso, com frequência a prática de “dar” os filhos para serem criados sejam por membros da família extensa, seja por membros não aparentados da comunidade ou mesmo fora dela,

conduzia em muitos casos à sentimentos de tristeza e carência afetiva. Sobre isso, tratarei melhor mais adiante.

Em paralelo a isso, temos que essa atual geração de crianças encontra-se ausente do trabalho e tem como marca a escolarização e o lúdico. Dessa forma, que Amanda (9 anos) me diz que sua rotina é ir pra escola pela manhã e brincar, em suas palavras: *Eu acordo, tomo banho, tomo café e vou pra escola estudar. Quando chego vou pegar a bicicleta e andar.* É sobre essa mudança que contribui para a uma vivência da infância que me deterei a seguir.

4.5 INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO

A realização do trabalho por essa geração de pais e avós enquanto criança trouxe como consequência a não escolarização ou a dificuldade em se escolarizar, sendo recorrente muitas vezes o abandono escolar em função do trabalho. O trabalho aparece então como grande divisor na separação da escolarização na vida dessa geração de avós e mães, no entanto, outros fatores agregam-se a ele contribuindo para um abandono escolar, e um desses fatores apresentados foi a ausência de escolas na zona rural. Nesse sentido, com frequência, muitas pessoas destacaram que tinham de caminhar quilômetros de distância até a chegada ao grupo escolar, o que só aumentava o cansaço e o desgaste físico, o que, por conseguinte, prejudicava o desempenho mental para o estudo, pois já haviam trabalhado por horas, muitas vezes debaixo de um sol escaldante. Mediante isto, temos que, entre a geração das avós encontra-se quase que uma ausência completa da escolarização, como é o caso de D. Iara (97 anos) que aprendeu a escrever seu nome com sua neta, pois durante sua vida não pode frequentar a escola. Sua filha, com muito esforço conseguiu estudar até a terceira série, e sua neta já foi mais adiante, hoje encontra-se cursando o segundo grau.

Não somente chegavam à escola cansados. Em alguns casos acrescentem-se ao cansaço do trabalho e da caminhada o fato de não ter se quer se alimentado ou não ter se alimentado adequadamente. Lembro-me de um caso em específico, no qual a pessoa me relatou que com muito esforço trabalhava na agricultura e conseguiu frequentar a escola. Mesmo assim, como em sua época o grupo escolar, em Feira Nova, só ofertava até a quarta série primária, a mesma teve que repetir a quarta série diversas vezes somente para continuar estudando, pois, para que ela pudesse dar sequência aos estudos teria de se deslocar da comunidade para a sede municipal ou para alguma cidade vizinha. Contudo, dada à distância para se locomover e como ela não contava com apoio familiar que pudesse acolhê-la noutros lugares, seus estudos acabaram não tomando continuidade. Digo isto, para que possamos

perceber que não podemos atribuir ao trabalho, desenvolvido por essa geração enquanto crianças, como o único motivo de sua não escolarização, muito embora ele tenha sido o motivo mais citado. Referente a esta dificuldade de acesso a escola, Beatriz (28 anos) fala sobre como fez para poder frequentar a 5ª série primária, uma vez que na comunidade não era ofertada:

Aqui só obtinha até a 4ª (série), aí da quinta série a gente tinha que ir pra Matinadas (povoado vizinho). Aí eu estudava a noite, e a gente ia de pé. Às vezes a gente ia na Kombi da prefeitura que levava os professores, mas as vezes nem tinha. Imagina aí! A gente não tinha chance não. A bichinha da gente. Hoje em dia não. Hoje em dia tem carro até demais pra carregar esses estudantes. Oportunidade pra estudar hoje, eu acho que não falta visse. Mas em relação assim, de eu criança pra hoje, eu acho que mais dificuldade mesmo foi essa aí, o transporte escolar, que antes não tinha e hoje tem, né. Hoje tem a vontade (Beatriz, 28 anos).

A falta de recursos e de estrutura educacional enquanto apoio aos estudantes foram recorrentes em muitas falas. Em contraponto a isso, foi mostrado como uma das principais mudanças na educação o fato de hoje em dia os estudantes terem como apoio estrutural o transporte escolar, o qual percorre dos sítios às comunidades, indo até a sede municipal, o que em outros tempos nem o chamado “pau de arara”²⁹ tinha-se para levar os estudantes até o grupo escolar. Em outros casos, dizem-se ainda que, ser criança hoje em dia é muito bom, uma vez que, o governo até paga para elas estudarem. Essa questão do abandono escolar em função do trabalho e da falta de aparatos favoráveis ao acesso à educação parece ser uma questão frequente em algumas cidades do interior do Nordeste brasileiro, uma vez que, Pires e Silva Jardim nos mostram que em Catingueira:

Se para as avós e avôs, a escola era largamente inexistente, para a geração das mães e pais, embora a cidade já contasse com grupo escolar, outros motivos impediam o acesso e a continuidade dos estudos. É comum encontrar avôs e avós que nunca frequentaram a escola. Na geração dos pais e mães, todos frequentaram a escola, mas não permaneceram longos anos. O principal motivo alegado para a não continuidade dos estudos foi a necessidade de trabalhar para contribuir para o sustento da família. Outro motivo alegado foi a precária estrutura educacional de tempos atrás. Percebe-se que, quando havia um interesse em dar continuidade aos estudos, ora iniciados, esbarrava-se na grande dificuldade de acesso às escolas. As distâncias a serem percorridas pelas crianças para se chegar ao grupo escolar giravam em torno de duas horas sob o sol quente do sertão. A falta de meio de transporte na zona rural da cidade também contava negativamente. As

²⁹ Pau de arara é o nome dado a um meio de transporte irregular, ainda utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais.

distâncias a serem percorridas à pé e a necessidade de trabalhar (antes e depois da escola) era motivo de fadiga, minando em grande parte, a motivação para os estudos (PIRES; SILVA JARDIM no prelo).

Considerando o exposto, podemos perceber que há uma mudança no que caracteriza as gerações e, nesse sentido, a escolarização aparece como destaque. Assim, quando perguntei a respeito do que Beatriz (28 anos) considerava ser a principal mudança entre a sua geração quando criança e a geração de seus filhos, ela responde:

A mudança maior? Eu acho que é a educação mesmo. Que é o que mais importa pra qualquer pessoa. A gente tem que visar isso aí. Eu acho que a coisa que a gente tem que focar hoje é isso aí. Eu pelo menos, eu trabalho pra isso. O único centavo que eu tenho a guardar, a não ser pra saúde que também é uma das coisas mais necessárias, é a educação. Porque eles vão precisar de educação, porque é como eu te disse, meus pais eram analfabetos. Meu pai sofre hoje porque? Porque é pedreiro, é analfabeto. Ele não foi um engenheiro, ele não foi um advogado. Ele não teve oportunidade pra isso. O que o irmão dele mais novo já teve. (E porque essa mudança?) Porque Tio Zé é mais novo do que pai, muito. (Quanto tempo?) Eu acho que uns vinte anos, ou mais. Ele é novo. Por isso eu acho que a gente tem que focar mais mesmo na educação das crianças. Eu acho que isso foi o que mudou mais. (Beatriz, 28 anos).

A ausência do trabalho que dá lugar a escolarização, é tomada enquanto o elemento que diferencia a infância entre as gerações. Ademais, as crianças hoje em dia, encontram-se fora do mundo do trabalho, possuem maior acesso e frequência escolar e também mais tempo para o lúdico, para o lazer. Essa tríade me foi afirmada também pelas crianças quando eu perguntava sobre o dia a dia delas, o que faziam durante o dia, durante a semana, se brincavam, se trabalhavam, se estudavam. Nesse sentido, Daniel afirma:

Durante o dia eu vou pegar pássaro. Vou com Mizael que é um menino alí de baixo. (E depois tu faz o que?) Depois eu vou pra casa fico assistindo televisão. E depois, de 11:30, eu tomo banho e vou pra escola. (E quando volta da escola?) Eu vou pra casa! (E em casa tu faz alguma coisa?) Eu faço não. Fico só assistindo televisão, mas quando tem tarefa de casa eu faço. Mas quando não dá pra entender eu não faço não, porque algumas eu entendo, mas algumas eu não entendo não, que nem inglês, eu não entendo não. (E quem faz os serviços da casa?) Mãe varre a casa, as vezes eu lavo os pratos e Paulinha arruma as camas. (E fora de casa tu faz alguma coisa?) Fora de casa eu só faço brincar (Daniel, 11 anos).

As crianças no grupo focal foram questionadas sobre como era seu dia-a-dia e também reiteraram a presença do lúdico e da escola. Abaixo segue um extrato do grupo focal quando iniciei perguntando do dia-a-dia das crianças:

Eu: Primeiro eu queria que vocês me contassem um pouco de como é o dia de vocês.

Vinícius (9 anos) Brincando.

Eu: Acorda e já vai logo brincando?

Vinícius (9anos): É! Toma café e brinca.

Eu: Brinca de que?

Vinícius: De toca, de jogar bola lá em cima, de um bocado de coisa.

Wagner (10 anos): Eu jogo bola.

Artur (10 anos): Eu também.

Vinícius (9 anos): Andando de bicicleta.

Eu: E o resto do dia?

Wagner: (10 anos): Ah! Vai pra escola e depois volta, e quando chega vai pra quadra jogar bola, e depois vai pra casa e pronto.

Eu: E em casa faz o que?

Artur (10 anos): Assistir televisão.

Eu: Só? Alguém faz serviço de casa aqui?

Wagner (10 anos): As vezes eu lavo o prato.

Eu: Alguém mais faz aqui, fora ele?

Vinícius: (9 anos): Eu não faço não.

Eu: E tu faz alguma coisa em casa, Artur?

Artur (10 anos): Eu só faço esquentar a comida.

Eu: E fora de casa alguém já fez alguma coisa? Alguém já trabalhou?

Vinícius (9 anos): Não, não, não, não.

Wagner (10 anos): Fora de casa é que eu não faço mesmo!

Vinícius (9 anos): Fora de casa o único serviço que a gente faz é bagunçar.

Com base na fala das crianças, podemos perceber uma mudança que marca a infância entre as gerações, posto que, entre atual geração de crianças o trabalho de fato encontra-se ausente. Em alguma medida, algumas delas realizam o trabalho doméstico, mas o trabalho na roça, que apesar de não ser necessariamente explorador era fatigante, e que retirou e impossibilitou uma geração de crianças de frequentar a escola, não encontra-se mais presente na vida dessa atual geração de crianças que são beneficiadas pelo PBF. Pode-se perceber mediante isso, que hoje em Feira Nova, há uma mudança na vivência da infância entre essas gerações, uma vez que, hoje em dia podemos considerar que a infância se mostra enquanto uma categoria fortemente demarcada pelo não trabalho, pela escolarização e pelo lúdico. Se antes, o trabalho impossibilitava a vivência da infância, hoje, isso não mais ocorre. Hoje, em Feira Nova, a infância é vivenciada segundo o que acredita-se estar relacionado a infância nesse contexto.

4.6 O PBF E A PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS NAS FAMÍLIAS CONSANGUÍNEAS

Analizando a situação social contemporânea das famílias pobres, Gabriel Hartung afirma que os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) reduzem a propensão do pai em sair de casa, uma vez que, esses programas não modificam sua renda de solteiro, mas aumentam sua renda de casado. Hartung utilizando-se de dados da PNAD, nos diz que os PTCR “têm forte impacto sobre a probabilidade de uma criança crescer sem pai” (2009, p.78) e os resultados aos quais ele chegou, indicam que as crianças que são beneficiadas por algum PTCR reduzem as suas chances de crescer em uma família monoparental. As situações adversas da extrema pobreza, as quais fazem com que o homem/provedor, sem mais alternativas deixe sua família em busca de trabalho em outras regiões, me faz hoje refletir sobre a grande probabilidade de uma criança crescer em uma família monoparental, como destaca Hartung. De crescer sem a total presença, ou sem a presença contínua do pai, que em muitos casos encontra-se no seio familiar apenas esporadicamente.

Refletindo sobre os resultados e os questionamentos da tese que Hartung traz em seus estudos sobre os PTCR, perguntei diversas vezes durante a pesquisa, se em Feira Nova já houve casos em que o pai, sem condições de assumir seu papel de provedor familiar, tomado por sentimentos como a vergonha de não conseguir ‘colocar a comida na mesa’, por exemplo, já chegara a abandonar a família. E se por esse motivo, as crianças acabavam sendo criadas sem a presença do pai, única e exclusivamente em seio familiar monoparental feminino. Talvez eu quisesse com isso confirmar o que Hartung apresenta em sua tese de doutorado em economia. Parecia mesmo que eu queria encaixar uma teoria no campo de pesquisa em que eu me encontrava, mas na Antropologia as coisas não funcionam bem assim. Porém, via de regra, nos trabalhos antropológicos, o campo é sempre soberano. Logo, ao invés de confirmar em campo uma teoria, o que eu trago aqui é o que campo me apresentou.

Não duvido, no entanto dos dados e dos resultados apresentados por Hartung em sua tese, ainda que este mesmo autor apresente seus resultados bem timidamente. Mas de fato, tudo vai depender do contexto que retratamos, e como nos ensina a antropologia, generalizar nem sempre é algo positivo. Fato é que, ao fazer e refazer a pergunta sobre a probabilidade de uma criança crescer em uma família monoparental em decorrência do abandono paterno, essa possibilidade me foi negada por todas as pessoas as quais entrevistei ou conversei em Feira Nova. O campo não me mostrou o que Hartung apresenta em seu trabalho. Contudo, em dado momento da pesquisa, ao entrevistar uma das moradoras local e questioná-la sobre o ponto em

questão, ela também me assegurou que não, que ela nunca soube de casos em que o pai abandonara a família por falta de recursos financeiros, mesmo em casos nos quais os homens deixavam suas casas em busca de emprego, esse abandono fatal não acontecia. O homem/pai poderia até demorar a retornar, mas ele sempre voltava e/ou mantinha financeiramente sua família como podia. Ademais, a ausência física do homem/pai não significa sua ausência simbólica.

Entretanto, diferentemente do que eu havia perguntado, o que me disseram, foi que houve na região casos em que a família encontrando-se em situação de pobreza, sem nenhuma renda fixa e sem nenhum auxílio de algum PTCR, tendo muitos filhos e sem condições financeiras de cria-los, acabava por entregá-los para serem criados por outra pessoa ou por outra família. Foi assim que Eduarda ao responder a pergunta que lhe fiz, disse-me:

Não. Ele não abandona, mas ele fica a margem. Um exemplo é o caso de uma família alí de baixo. Tem uma senhora chamada D. Lourdes que ela tem uns 4 filhos, uns 4 ou 5 filhos. O marido não trabalha. Ela tem o Bolsa Família e só vive disso. Tudo o que ela compra para dentro de casa ele vende para tomar de cachaça. Então o sustento dela é esse Bolsa Família. Se não fosse o Bolsa Família essa pobre iria viver de que? Se não fosse o Bolsa Família tu acha que o que provavelmente teria acontecido? [O que?] Teria acontecido que ela iria dar os filhos! [Tu acha?] Acho! Que ela já deu quando não tinha essa BF! Ela tem uns filhos que são criados por outra pessoa (Eduarda, 33 anos).

A partir dessa informação que o campo me deu, passei então a mudar a pergunta feita. A partir desse momento, minha pergunta às demais pessoas de Feira Nova seguia-se no sentido de se elas conheciam casos de famílias sem condições financeiras de criar seus filhos que os doavam para serem criados por outras famílias, famílias que fiz saber não possuírem laços consanguíneos. De fato, depois que essa informação me foi dada, comecei a pensar melhor sobre o campo, sobre as pessoas com as quais tive contato. Percebi que já havia me deparado com pessoas que foram criadas por outra família que não a sua família de sangue. Diferente das respostas em referência ao estudo de Hartung onde todos negavam ocorrer o abandono paterno, quando comecei a indagar sobre o fato de alguma criança ter sido criada por outra família fora a sua família consanguínea muitos casos me foram confirmados.

Se analisarmos a literatura em questão também veremos que isso não é nenhuma novidade. A antropóloga Cláudia Fonseca (2006) já nos fala de uma prática social a qual ela denomina de *circulação de crianças*. Essa prática consiste em uma alternativa para as mulheres da cidade de Porto Alegre, que, vivendo em situação de miséria, confiavam ao menos um de seus filhos para ser criado por outra pessoa, sendo, portanto, uma transferência

temporária da criança entre diferentes famílias. Fonseca (2006) em artigo intitulado, *Da circulação de crianças a adoção internacional: questões de pertencimento e posse*, nos mostra que dentre as setenta mulheres entrevistadas mais da metade havia colocado ao menos uma de suas crianças em uma família substituta ou na FEBEM. Tempos depois, em pesquisa em um bairro menos pobre de Porto Alegre, a autora destaca que percebeu um número surpreendente de mulheres que em algum momento de sua vida havia criado uma criança que não era sua. A autora dá destaque para a quantidade de pessoas sobre as quais teve conhecimento, que passou a vida circulando entre casas de mãe, avós, madrinhas, mães de criação, mas que nunca chegaram a ser legalmente adotadas.

Em Feira Nova, eu não soube desse processo de *circulação de crianças*, do qual nos fala Fonseca, mas não descarto a possibilidade de sua existência, acho mesmo que em alguma medida isso também tenha ocorrido. Mas o que acontece em Feira Nova, ou melhor, o que acontecia em Feira Nova, estava mais para uma adoção informal, do que para esse processo de circulação do qual Cláudia Fonseca nos fala, ou em termos jurídicos, seria a chamada ‘adoção à brasileira’³⁰. A criança, quando dada para ser criada por outra família, não era questionada de volta, ao menos eu não tive conhecimento de nenhum caso onde isso tenha ocorrido.

A antropóloga norte americana Nancy Scheper-Hughes (1997) ao realizar pesquisa entre as famílias do Nordeste brasileiro aborda o drama da escassez no nordeste, em seu sentido não apenas material, mas também psicológico. Scheper-Hughes destaca o que chamou de “*la locura del hambre*”, ou em bom português, o drama da fome, e aborda a questão da morte infantil. Fala que o drama da fome tem sido algo constante no nordeste do Brasil, sobretudo, em longos períodos de seca, mas, a autora admite que a mortalidade infantil se estende para além de fatores socioeconômicos. Scheper-Hughes afirmou que algumas mães exercem influência direta sobre a sobrevivência ou não dos seus filhos e levanta a tese da negligência seletiva, assegurando que a mãe, vivendo uma situação de pobreza extrema, de privação alimentar, escolhe dentre os filhos que possui aquele(s) que tem maior possibilidade de sobreviver.

³⁰ “A adoção à brasileira consiste no modo pela qual a mãe, ou a família biológica “dá” a criança para ser criada por outra pessoa, escolhida por ela, à margem dos tramites legais. Muitas vezes o casal adotante registra a criança como se fosse filho biológico. Como ocorre fora de qualquer controle judicial ou institucional, a prática dá margem a injustiças com famílias mais humildes, que não necessariamente querem doar os filhos, mas podem ser levadas a isso por pressão social e econômica”. (<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/realidade-brasileira-sobre-adocao/adocao-a-brasileira-ainda-e-muito-comum.aspx>).

Essa seria a base da negligência seletiva apresentada por Nancy Scheper-Hughes. A autora foi duramente criticada pela polêmica que a sua tese apresenta, sobretudo pelo sentimento das mães em relação a isto, uma vez que, elas escolhem dentre os filhos os quais seriam amados e os que seriam negligenciados até a morte. Em muitos casos, essa escolha era feita logo no nascimento da criança e a própria parteira opinava sobre o destino da criança, após observar se a criança nascera forte, tendendo para a vida ou se ela havia nascido mirradinha, com aparência fraca, tendendo para a morte. A questão, no entanto, para além da polêmica do estudo apresentado por Scheper-Hughes é que, a autora mostra que essa seletividade na escolha sobre qual filho viveria e qual morreria é, para as mães uma alternativa para amenizar a situação da fome advinda da pobreza. Assim Scheper-Hughes destaca que:

Um día de verano del seco año 1965 la curiosidade me llevó a la celda de la prisión de una mujer joven de un área rural lejana que acababa de ser detenida por haber matado su hijo pequeño y su hijita de un año. [...] Frente a frente con una chiquilla tímida y retraída (apenas uma adolescente), tomé coraje y le pregunté lo obvio: <<Por qué lo hiciste?>> Ella respondió lo que supongo había respondido cientos de veces: <<Para que dejaran de gritar que querían leche>> (SCHEPER-HUGHES, 1997, p.131).

O que Fonseca nos apresenta com esse processo de circulação de crianças e o que Scheper-Hughes indica com a tese da negligência seletiva são alternativas para a situação onde não se conseguem alimentar e criar os filhos em função das dificuldades enfrentadas. Em Feira Nova, entregar os filhos através de um processo de adoção informal, para serem criados por famílias sem laços consanguíneos e afetivos é mais uma alternativa possível para amenizar a situação de sofrimento advinda da pobreza, bem como é a circulação de crianças e a negligência seletiva. Para além dessas práticas, o que gostaria de destacar é a contribuição do PBF para uma mudança nesse processo de adoção informal. Ao menos em Feira Nova, dar os filhos para serem criados por outras famílias quando não se consegue assumir essa função devido a privações financeiras e, por conseguinte material é uma prática que já não mais ocorre. Parece que a garantia de um dinheiro fixo proporciona às crianças a permanência no núcleo familiar consanguíneo.

Não digo com isso, que todas as mulheres pobres e que passavam por privações alimentares no seio familiar davam seus filhos para serem criados por outras pessoas, mas que com frequência casos assim me foram relatados, o que me pareceu ser uma alternativa para a situação de precariedade, para uma situação de miséria, como é a circulação de crianças (FONSECA, 2006) e a negligência seletiva (SCHEPER-HUGHES, 1997). Esse processo de

adoção informal seria mais uma alternativa possível dentre as demais, onde se tem a ideia de que assim, o filho teria o mínimo de conforto, ou de que a criança não passaria fome e seria mais bem assistida.

4.7 O PBF E A INVENÇÃO DA INFÂNCIA

Para além dessa permanência no seio da família consanguínea, mudança na qual o PBF tem contribuído, ele também tem trazido importantes mudanças no que concerne à infância vivida pelas crianças de Feira Nova. Como destacado anteriormente, a infância da geração das avós e em alguma medida também das mães, foi marcada pela inserção desde muito cedo no mundo do trabalho, característica que marca esse grupo geracional, e que impossibilitou a vivência da tríade constituinte da infância. Por esse motivo, com frequência essa geração nega ter vivenciado a infância. O PBF por sua vez, traz uma mudança nesse sentido.

É importante enfatizar que a situação de pobreza na qual se encontravam as famílias, acabava produzindo uma repetição desse processo que era vivenciado. Havia como que um ‘círculo vicioso’ da pobreza, que impunha às crianças a inserção precoce no mundo do trabalho, levando-as a abandonar ou a jamais frequentar a escola, dispondo, além disso, de pouco tempo para as brincadeiras. Em casos extremos, nem a inserção da criança no mundo do trabalho era suficiente para contribuir no alívio das consequências da pobreza, e para que não houvesse maiores danos à vida da criança, algumas famílias recorriam ao processo de adoção informal, dando seus filhos para serem criados por outras famílias.

Com o auxílio do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) o PBF anula a exigência do trabalho na vida das crianças. O apoio da condicionalidade, requerendo da criança a frequência escolar mínima de 85% para que a família possa receber o benefício, faz com que a criança permaneça na escola, o que impede o abandono escolar em função do trabalho como ocorria anteriormente. Além disso, com o PETI e a ausência do trabalho a criança tem mais tempo livre para desenvolver atividades lúdicas. Pires (2012) destaca que entre as crianças beneficiadas pelo PBF na cidade de Catingueira – PB as que se encontravam inseridas no PETI eram dispensadas do trabalho doméstico e com o tempo livre elas dedicavam-se à diversão.

Dessa forma, essa atual geração beneficiada pelo PBF diferente da geração anterior que não foi beneficiada, tem hoje sua infância marcada pela forte presença da escolarização, por um maior espaço da ludicidade e pelo não trabalho, havendo com isso uma quebra no

círculo vicioso que ocorria anteriormente. Temos é claro, uma nítida mudança geracional, sobretudo pela permanente frequência escolar advinda da obrigatoriedade da condicionalidade educacional do programa. A educação, no entanto, é uma questão a ser sempre revista e analisada, pois seu acesso é fundamental embora não suficiente, o que me deterei na conclusão. Contudo, é inegável que o acesso escolar está garantido através da condicionalidade e do apoio pecuniário que faz a criança permanecer na escola sem maiores danos financeiros para a família.

Face ao exposto, retomo o que foi dito mais acima, quando falamos em infância, o ideal seria que falássemos em infâncias, no plural. É certo que estamos falando de diferentes gerações. Entretanto, o contexto de pobreza e privação pelo qual muitas famílias passavam, por vezes, acabava sendo revivido através de um círculo vicioso. Além do que, é bom frisar, que são diferentes infâncias em um mesmo contexto, a medida que são vividas em um mesmo lugar. O PBF ao buscar quebrar com esse círculo vicioso contribui com aquilo que estou chamando de “invenção da infância”, fazendo retornar na vida das crianças a presença dos dois sentimentos da Invenção da Infância destacados por Ariès: a paparicação e a escolarização. Características que passam a ser marcas dessa atual geração de crianças beneficiadas pelo PBF, como bem podemos perceber na fala de Beatriz:

Tem diferença (entre a vida dela quando criança e a dos filhos). Porque assim, hoje, meus filhos graças, a Deus, tem tudo o que querem, em termo de casa. Na minha casa eles têm tudo o que eles querem. Antigamente pra mim ter uma boneca eu tinha que... Affe Maria! Meu pai trabalhava em Recife, aí trazia uma boneca usada pra me dar. Ou então minha mãe teve que aprender fazer boneca de pano para me dar. Hoje não. Eu compro uma boneca de pano para minha filha porque eu acho bonita. Eu compro qualquer coisa para a minha filha, porque? Porque aquilo ali eu já tenho uma condição melhor, entendesse? Antigamente meus pais não tinham uma condição de me dar alguma coisa. O que eles pegavam era mais pra alimentação, pra roupa. Eu acho que a gente tinha uma vida mais humilde mesmo. Hoje não. Hoje mesmo tendo uma vida humilde eu posso dar mais aos meus filhos (Beatriz, 28 anos).

A paparicação é por Ariès destacada enquanto uma maior atenção dada a criança, nesse sentido, podemos entender que há uma paparicação entre as crianças do Bolsa Família a medida em que elas são consideradas em seus desejos, e recebem alguns mimos, sobretudo, quando a mãe vai ao supermercado e leva para casa um produto para o agrado da criança, como, por exemplo, um danone. Fato semelhante a este foi apontado por Pires, Santos, Silva (2010) que ao traçar um paralelo com o estudo de Daniel Muller (2002), nos mostram que em Catingueira as mães cometem atos de amor no supermercado, quando, ao fazer as compras,

sempre colocam produtos destinados às crianças, ainda que elas não tenham reverberado seu desejo por algo em especial. Nesse sentido, Pires e Silva Jardim (no prelo) afirmam ainda que este fato,

Trata-se de um fenômeno em surgimento, uma geração de crianças cujas famílias passaram a ter garantias da segurança alimentar ao ponto de consumir bens a pouco considerados de luxo e que podem, pela primeira vez na trajetória familiar de várias gerações, priorizar a escolarização em detrimento do trabalho infantil (PIRES, SILVA JARDIM, no prelo).

Essa paparicação também ocorre em Feira Nova. No meio familiar, a criança que encontra-se inserida no PBF recebe uma maior atenção, destacando-se claramente essa mudança entre as gerações em termos de consumo, como podemos ver a seguir:

Hoje a comida dos meus filhos é muito diferente da comida minha, de antigamente. Eu nunca passei fome, fome eu nunca passei. Mas já comi mal? Já comi! Não vou dizer que sempre na minha vida eu comi bem. Não. Teve épocas da minha vida que meu pai estava desempregado, a minha mãe estava desempregada, não existia o Bolsa Família, entendeu?! A gente já morava aqui na rua, minha avó plantava, só que safra é safra. Você não planta hoje e colhe amanhã. Você planta hoje e colhe daqui a três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, dependendo do que você planta. Aí eu acho que a dificuldade antigamente era muito maior. Hoje não. Hoje você vai no mercadinho ali, compra, aí, tu não tem dinheiro hoje não? Amanhã tu paga. Porque amanhã tu tem com o que pagar. Entendeu? (Beatriz, 28 anos).

O PBF proporciona à criança um lugar de destaque em seu seio familiar, seja pelo cuidado em estar com o cartão de vacinação em dia, levando a criança ao posto médico, seja dando à criança mais tempo livre para brincar e para as brincadeiras, o que dificilmente aconteceria se ela estivesse trabalhando.

A escolarização é reafirmada pelo PBF através da condicionalidade escolar que exige a frequência escolar de 85% de crianças e adolescentes, obrigatoriedade maior do que a disposta em legislação do MEC, a qual preconiza 75% de frequência escolar para que o aluno possa ser aprovado. Para o ideal de infância existente em Feira Nova, a retirada da criança da escola por motivos de trabalho descaracteriza infância. Tirar a criança da escola e a escola da criança, e em lugar disso colocar o trabalho, que é tomando como um elemento pertencente ao mundo do adulto é, uma forma de tornar a infância completamente descaracterizada. A condicionalidade escolar imposta pelo PBF traz de volta a criança para o que é considerado, em Feira Nova, o seu lugar, a escola. Assim, “[...] a escola tem um papel fundamental,

considerada como o lugar adequado, por excelência, para a presença das crianças. A infância requer a escola, assim como a escola ‘produz’ a infância” (BECCHI, 1996 apud GOMES, 2008, p.87). Por isso que se diz: Lugar de criança é na escola. O que eu quero dizer é que, o PBF proporciona um novo olhar para a criança e é através dela que os idealizadores do programa atingem seu objetivo maior.

O PBF, através do benefício que repassa, faz com que as famílias passem de um lugar de produção para um lugar de consumo, e nessa lógica pode-se perceber que o programa gerou uma mudança de atitude perante a vida dessas famílias, ocasionando uma mudança efetiva que conduz a uma valorização qualitativa da criança. Podemos também, considerar que o PBF reforça a ideia da família como um lugar privilegiado de afetividade, pois ele é concentrado não apenas na criança/no filho, mas também no casal. Além disso, o entendimento da criança enquanto peça fundamental para o recebimento do benefício, uma vez que, é ela quem cumpre a condicionalidade escolar exigida pelo programa, faz com que ela sirva como fornecedora de status e segurança para a família. A criança pode ser assim tomada enquanto um capital, uma vez que é através dela que se assegura a ascensão social da família, atingindo o objetivo central do PBF que é a saída das famílias da situação de pobreza e de extrema pobreza.

A criança, antes inserida no espaço do adulto, encontra-se agora centrada em alguns valores familiares, como o cuidado com sua saúde e educação. Dessa forma, a vida da família organiza-se em função das necessidades da criança, o que antes não acontecia, tendo em vista, as dificuldades enfrentadas que não permitiam ser dada essa atenção maior à criança. Nesse processo, o PBF também faz com que a criança seja um canal no qual a família adquira poder e sentido. No entanto, assim como Ariès que ao falar sobre a Invenção da Infância, estava tratando de um grupo específico, não é minha intenção generalizar a contribuição do PBF para o que chamo de a “invenção da infância”, destarte, reafirmo essa contribuição para o contexto de pesquisa o qual aqui é retratado, a comunidade de Feira Nova da cidade de Orobó, no agreste pernambucano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei apresentar como a implementação do PBF tem contribuído para uma mudança geracional na vida das crianças da comunidade de Feira Nova, no agreste pernambucano. Como foi descrito, durante anos, houve a prevalência de um círculo vicioso causado pela situação de pobreza a qual se vivia, o que por sua vez, fez com que muitas pessoas inserirem-se desde muito cedo no mundo do trabalho. Esse motivo, fez com que muitas dessas pessoas negassem terem vivenciado a infância, posto que, em Feira Nova entende-se que a infância é caracterizada pela tríade: ludicidade, escolarização e não trabalho. No entanto, muitas pessoas não vivenciaram essa tríade, caracterizando esse período de suas vidas, sobretudo, pelo trabalho. Diante disso, não era incomum encontrar gerações de pais e filhos onde ambos inserindo-se desde muito cedo no mundo trabalho possuíam essa tríade incompleta como demarcador durante a infância.

Rego e Pinzani (2013) afirmam que “seria um erro pensar que o BF se limita a garantir a sobrevivência material de famílias destituídas e extremamente pobres (embora isso constitua obviamente um dos seus principais méritos)” (p.12). De fato, possuir uma renda fixa, é a garantia de que se terá o mínimo para poder suprir suas necessidades materiais, sobretudo, alimentares. Um dos fatores que contribui para que essas mudanças ocorram, é justamente o fato do benefício não atrasar e não ser uma inconstante, como é o caso do trabalho na agricultura. O benefício do Bolsa Família produz uma segurança nesse sentido, mas por outro lado, e como nos mostra Cohn (2012) há sempre uma angústia em “estar” no Bolsa Família, posto que, o programa não garante sua estabilidade e sua permanência nele, por isso, busca-se sempre outras alternativas, e o trabalho jamais é algo descartado por entre essas pessoas.

Para além de garantir a sobrevivência material das famílias, o PBF tira a criança do trabalho e a coloca dentro da escola. O seu acesso a uma educação escolarizada está hoje garantido. O programa coloca a criança na escola ao mesmo tempo em que busca garantir a sobrevivência material dela e de sua família. Assim, levar a criança para a escola, garante mais que educação, ou o acesso à educação escolarizada. O programa quebra com a repetição do círculo de trabalho, não escolarização e pouca ludicidade. Ele inventa a infância dessa atual geração de crianças que são beneficiadas pelo Bolsa Família. Se a negação da infância dava-se pela presença do trabalho na vida das crianças, podemos dizer que, hoje, a infância está de fato presente em Feira Nova, podendo ser visualizada qualitativamente e quantitativamente. A partir do Bolsa Família a tríade da infância é hoje em Feira Nova uma realidade vivenciada concretamente por um número significativo de pessoas. A infância não é

uma abstração, ela é vivenciada em seu contexto social, cultural e econômico, no qual a criança encontra-se inserida. Quero dizer assim, que o PBF ajuda a construir uma nova imagem da infância, tendo como âncora a escola.

O PBF leva a criança a um lugar de destaque no seio familiar, ele contribui para que a criança deixe de servir de um valor instrumental enquanto força de trabalho, mas que ainda assim ela participe ativamente da economia familiar através da condicionalidade educacional, que conduz ao recebimento do benefício. Com a mudança que o PBF proporciona para a criança, do trabalho para a escola, o lugar da criança na família passa a ser importante para a sobrevivência econômica. Ocupando uma função mais objetiva, a predominância da criança no seio familiar se dá então através da afetividade, quero assim dizer que, o PBF contribui para uma mudança do lugar da criança dentro da família, além de propiciar a permanência da criança entre sua família consanguínea. Por tudo o que pudemos perceber, fica claro que há uma nítida mudança geracional, a qual acontece, sobretudo, pela exigência da condicionalidade educacional que é um dos pilares do PBF, e que contribui para uma mudança do lugar da criança dentro da família, colocando como demarcador da infância para essa geração a escolarização, a ludicidade e a ausência de trabalho, este último aparecendo enquanto um demarcador central entre as infâncias e contribuindo para o que eu venho chamar de uma invenção da infância.

No entanto, é preciso reiterar que a condicionalidade educacional garante o acesso das crianças à escola e, em paralelo a uma geração que não pode frequentar a escola quando criança, é certo que já há uma mudança geracional, entretanto, é preciso que haja uma melhora no que diz respeito à educação, caso contrário, corre-se o risco do surgimento de um novo círculo vicioso onde as crianças apenas frequentam a escola, mas sem aprender. No mais, reafirmo que é preciso considerar o contexto aqui retratado, não generalizando as contribuições e mudanças que o PBF traz para todos os contextos, muito embora, eu acredite que seja possível encontrar outros lugares onde o mesmo venha ocorrendo. Lembro ainda, que a proposta inicial do presente trabalho, não é a que está aqui retratada, esta, foi um dado do campo, por isso, creio que este trabalho se encerra, sobretudo, com a intenção de provocar reflexões acerca desta mudança geracional no que se refere à infância através do PBF, e tenho por certo que, as lacunas aqui existentes, poderão ser melhores desenvolvidas em trabalhos vindouros.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina. A ‘precisão’ e o ‘luxo’: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Revista Política & Trabalho** (UFPB Impresso), n. 38, abril de 2013, pp. 69-86.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. D. Flakasman. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de.; LEITÃO, Maria do Rosário de F.; Inácio, Pedro Henrique Dias. Comer mais e melhor: os impactos do Programa Bolsa Família na alimentação de famílias pescadoras artesanais de Pernambuco. **Amazônica Revista de Antropologia**, vol, 4, n. 02, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br> Acessado em: 01/10/2013.

ÁVILA, Milene Peixoto. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Revista política & Trabalho** (UFPB Impresso), n. 38, abril de 2013, pp.105-122.

BAUER, Martin. et all. ‘Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento’. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

BEGNAMI, Patrícia. **Pelos olhos da criança**: uma etnografia da favela do Gonzaga. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR. São Carlos, 2008.

BENJAMIN, Tatiana. Brebotos e burugangas: analisando o ‘empoderamento’ infanto-juvenil no Sertão Paraibano. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais** (UFPB), João Pessoa, nº 15, março de 2010, pp 31- 36. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos> Acessado em: 28/05/2011.

BORGES, Antonádia. Pesquisa etnográfica com jovens e crianças na cidade do Recanto das Emas – DF. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 9, p. 20-29, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br>. Acessado em: 14/07/2014.

BOURDIEU, Pierre. A casa Kabyle e ou o mundo às avessas* **Cadernos de Campo** (USP). N. 8, ano 9, p. 147-159. 1999 [1970]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo> Acessado em: 26/10/2010.

CACCIMALI, Maria C. ; TATEI, Fábio.; BATISTA, Natália F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Rev. Econ. Contemp.**, Ago. 2010, vol. 14, n. 2, p. 269-301. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 17/08/2013.

CALAF, Priscila Pinto. **Criança que faz criança:** (des) construindo infância e sexualidade com meninos e meninas de rua. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

CAMPOS, Maria M. Educação e Políticas de Combate à Pobreza. **Rev. Bras. Educ.**, Dez. 2003, n. 24. p. 183-191. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 17/12/2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo.** 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIPOLA, Ari. **O trabalho infantil.** São Paulo: Publifolha, 2001.

COHN, Amélia. **Cartas ao presidente Lula:** Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012.

COHN, Clarice. **A criança indígena:** a concepção Xikrin de infância e aprendizado. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, fevereiro, 2000b.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

COHN, Clarice. Crescendo como um Xikrin: uma análise da infância e do desenvolvimento entre os Kayapó-Xikrin do Bacajá. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, 2000a, V. 43, nº 2. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 28/09/2011.

CUNHA, Rosani. Transferência de renda em condicionalidade: a experiência do Programa Bolsa Família. In: UNESCO. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. – Brasília: 2009.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAUSTER, Tania. **Uma infância de curta duração:** trabalho e escola. Cad. Pesq.; São Paulo, n.82, p.31-36, ago. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 14/12/2013.

ESMANHOTO, Marialda. **O significado da educação para as mães do Programa Bolsa Família da grande Curitiba.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

FALCÃO, Christiane Rocha. **“Ele já nasceu feito”**: o lugar da criança no candomblé. Dissertação para grau de mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

FARAH, Marta Maria Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. 12 (1): p. 47 – 71, jan. – abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 21/09/2011.

FEITOSA, Paulo Henrique Fidelis. **O cidadão codificado**: a digitalização da cidadania em bancos de dados de interesse público. Paulo Henrique Fidelis Feitosa. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010. XVIII, 247 p. Dissertação de Mestrado.

FELICETTI, A. Adriana. TREVISOL, Joviles. **Bolsa Família e desempenho escolar**: avaliação de uma política pública de inclusão socioeducacional. Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul- ANPED, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br> Acessado em: 04/05/2011.

FELICETTI, Adriana Aparecida. **Bolsa Família e desempenho escolar**: avaliação de uma política pública no município de Videira (SC). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus Joaçaba. Joaçaba, 2010.

FERREIRA, Milena Nogueira. **Programas de transferência condicionada de renda e acessos aos serviços de saúde**: um estudo da experiência do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ. Dissertação de Mestrado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Auroca/ENSP, Rio de Janeiro, 2009.

FONSECA, Cláudia. “De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia”. **Ilha: Revista de Antropologia (Florianópolis)** Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 5-31. 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br> Acessado em: 03/07/2013.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.11-43. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acessado em: 14/10/2013.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnográfica de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

GASKELL, George. ‘Entrevistas individuais e grupais’. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. pp. 85-107. **O saber local**. Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ana Maria Rabelo. Outras crianças, outras infâncias? In: SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. (Orgs.). **Estudos da infância**: educação e práticas sociais. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – Coleção Ciências Sociais da Educação.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HARTUNG, Gabriel. **Ensaio de demografia e criminalidade**. Tese de doutorado submetida à Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Economia. Rio de Janeiro, 2009.

JAMES, A.; PROUT, A. (orgs.). **Constructing and reconstructing childhood**. Contemporary issues in the sociological study of childhood. Basingstoke: Falmer Press, 1990. 248p. Janeiro, 1990.

KRAMER, Sônia. **Infância**: fios e desafios da pesquisa. Campinas/SP: Papirus, 1996.

LASSANCE, Antônio. Brasil: jovens de Norte a Sul. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

LEWIS, Liana. Como ser uma criança na calçada: pontuações etnográficas sobre algumas crianças em situação de rua na cidade do Recife. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v.9, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br> Acessado em: 16/05/2012.

MAGNANI, José C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, pp. 11-29, n. 49, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 10/10/2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores(os); v.43)

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17 (3): p.901-908, set.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 13/05/2012.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. – n.1 – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> Acessado em: 20/09/2010.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril, Cultural, 1983. V. 1.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: ____ **Sociologia e Antropologia**. [1872-1950] São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Marcelo.; BRITTO, Tatiana. ; SOARRES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, 79, novembro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 05/07/2010.

MELO, Clarissa Rocha de. **Corpos que falam em silêncio**: escola, corpo e tempo entre os Guarani. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2008.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Ed. Zahar. Rio de Janeiro: 1978.

MENEZES, Maria Aparecida de. Homens que migram, mulheres que ficam: noções de tempo e memória. **LPH, Revista de História**, n. 8, 1998/1999.

MULLER, Daniel. **Teoria das compras**. São Paulo. Nobel. 191p. 2002.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

MONNERAT, Giselle Lavinias; SENNA, Mônica de Castro Maia; SCHOTTZ, Vanessa.; MAGALHÃES, Rosana.; BURLANDY, Luciene. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6): 1453-1462, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 22/08/2010.

MORTON, Gregory Duff. Acesso à permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem o Bolsa Família no sertão baiano. **Revista Política & Trabalho** (UFPB Impresso). N. 38, abril de 2013, p. 43-67.

NUNES, Ângela. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia. In: **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**/Aracy Lopes da Silva, Ângela Nunes, Ana Vera Lopes da Silva Macedo (Organizadoras). – São Paulo: Global, 2002 – (Coleção antropologia e educação).

NUNES, Ângela. A sociedade da criança A'uwe-Xavante: revisitando um estudo antropológico sobre a infância. **POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-Graduação UNISUL**. Tubarão, v.4, n.8, p. 342-359, jul./dez.. 2011. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br> Acessado em: 25/04/2012.

NUNES, Ângela. **A sociedade das crianças A'uwe-Xavante: por uma antropologia da criança**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, PPGAS/FFLCH, Universidade de São Paulo. 1997.

NUNES, Ângela. **Brincando de ser criança: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da infância**. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia, ISCTE, LISBOA, Portugal, 2003.

NUNES, Ângela. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A'uwe-Xavante. In: **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**/Aracy Lopes da Silva, Ângela Nunes, Ana Vera Lopes da Silva Macedo (Organizadoras). – São Paulo: Global, 2002 – (Coleção antropologia e educação).

PALMEIRA, Moacir.; GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria. 1996.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. Jovens de famílias camponesas e seus sonhos. **Agriculturas** • v. 8 - n. 1 • março de 2011a. Disponível em: <http://aspta.org.br> Acessado em: 20/08/2012.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural e uso dos espaços urbanos: continuidades e discontinuidades**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural: suas construções identitárias**. Maria de Assunção Lima de Paulo. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011b. 324 p.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Serie Antropologia. 130. Brasília, 1992.

PEIXOTO, Socorro Letícia Fernandes. **Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará/UEC, Fortaleza, 2010.

PEREIRA, Milena Cassal; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. No areal das mulheres; um benefício em família. **Política & Trabalho** (UFPB Impresso), v. 38, p. 105-122. 2013.

PIRES, Flávia F. A Casa Sertaneja e o Programa Bolsa Família: questões para pesquisa. **Política & Trabalho** (UFPB), vol. 27, João Pessoa, pp.1-15, 2009. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br> Acessado em: 15/07/2010.

PIRES, Flávia F. **Geração Bolsa Família**: as crianças, suas famílias e os impactos sociais de uma política pública no semiárido nordestino brasileiro. Texto apresentado no ST 09 – Do ponto de vista das crianças: Pesquisas Recentes em Ciências Sociais, 34ª Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro de 2010b.

PIRES, Flávia F. O Programa Bolsa Família e o consumo das meninas e dos meninos no semiárido Nordeste. Texto apresentado no IX Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2010c. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br>. **Anais**. Acessado em: 27/07/2011.

PIRES, Flávia F. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 10/12/2010.

PIRES, Flávia F. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e infância no semiárido Nordeste. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/MUSEU NACIONAL, 2007a.

PIRES, Flávia F. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e infância no semiárido Nordeste. Rio de Janeiro: E-papers; João Pessoa: UFPB, 2011b.

PIRES, Flávia F. Roteiro sentimental para o trabalho de campo. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p.143-148, 2011a. [Impresso].

PIRES, Flávia F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, SÃO PAULO, USP, 2007b, V. 50, N. 1. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 24/04/2012.

PIRES, Flávia F.; SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos.; SILVA, Jéssica Karoline Rodrigues da. Elas decidem? Analisando o papel familiar da mulher a partir do Programa Bolsa Família. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 16, março 2011. ISSN 1517 – 6916. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos> Acessado em: 28/01/2012.

PIRES, Flávia F.; SILVA JARDIM, George Ardilles. Geração Bolsa Família: escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja. (No prelo).

PIRES, Flávia, F. Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. **Política & Trabalho** (UFPB Impresso), v. 38, p. 123-135. 2013.

PIRES, Flávia, F. Crescendo em Catingueira: criança, família e organização social no semiárido nordestino. **Mana** (UFRJ Impresso), v. 18, p.539-561. 2012.

PIRES, Flávia. & NOGUEIRA, Silvia Garcia. *Antropologia e Sociologia - Entrevista com o professor Otávio Velho*". **Política & Trabalho** (UFPB), n. 34. pp. 231-252, 2011.

PONTE, Vanderlúcia da Silva. **Análise antropológica da socialização das crianças no contexto social das famílias no trajeto do lixo no Aurá**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Mulheres e homens em situação de desemprego. **Revista Sociedade e Cultura** 3 – Cadernos do Noroeste, Minho/Portugal, v. 16, n. 1-2, p. 209-229, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br> Acessado em: 19/06/2011.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 36ª ed. RJ: José Olympio, 1996. [1933]

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 65ª ed. RJ: José Olympio, 1996. [1932]

REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. 22ª ed. RJ: José Olympio, 2003. [1935]

REGO, Walquíria Leão.; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REIS, Alessandra C. E. dos. **Bolsa Família**: uma análise dos resultados sob a ótica educacional. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Marília, SP, 2009. Disponível em: <http://www.capes.gov.br> Acessado em: 05/09/2013

REISDORFER, Lara Aparecida Lissarassa. **Outro olhar do mesmo lugar**: ações sócio-educativas no Programa Bolsa Família. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau. 2008.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, Sandoval Alves. O Programa Bolsa Família: subjetividade e integração social em Maracanau (CE). **Política & Trabalho** (UFPB Impresso), v. 38, p. 197-232. 2013.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos. **Deixa eu falar!** Uma análise antropológica do Programa Bolsa Família a partir das crianças beneficiadas do alto sertão paraibano. Monografia de fim de Curso em Ciências Sociais, UFPB, João Pessoa, 2011.

SANTOS, Patrícia Oliveira S. dos.; PIRES, Flávia F. Conversando com crianças sobre o Programa Bolsa Família: uma análise antropológica no semiárido. Trabalho apresentado no XXVII Congresso Internacional Associação Latino Americana de Sociologia 6 a 11 de Setembro, Recife – UFPE, 2011.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. **A fábula da metrópole:** A cidade do ponto de vista das crianças moradoras de condomínios fechados de luxo. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil, no GT: Etnografias Urbanas: a casa, a rua, o bairro de uma perspectiva antropológica. Disponível em: <http://www.abant.org.br> Acessado em: 27/01/2013.

SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. **A fábula da metrópole:** A cidade do ponto de vista das crianças moradoras de condomínios fechado de luxo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de São Paulo/UNICAMP. 2009, Campinas.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, mai./ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 21/05/2013.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho:** um estudo sobre a moral do pobres. 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Revista de Psicologia USP** [online], vol. 15, n. 3, p. 11-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 24/02/2011.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **La muerte sin llanto:** violência y vida cotidiana en Brasil. Editora Ariel. 1997.

SCHILDKROUT. “Roles of children in Urban Kano”. La Fontaine (Ed.) **Sex and age in principles of social differentiation**. New York: Academic. 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA e SILVA, Maria Ozanirada. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6): 1429-1439, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 05/04/2010.

SILVA, L. Antonio. **Pelas beiradas**: duas décadas de ECA em Catingueira – PB. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política social brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferências de renda. (Orgs.) Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yasbek, Geraldo di Giovanni. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliando o Bolsa Família**: unificação, focalização e impactos. Maria Ozanira da Silva e Silva (coord.), Valéria Ferreira Santos de Almada Lima. – São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, F. V.; RIBAS. R.P.; OSÓRIO. R.G. **Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de renda condicionada de outros países**. Brasília: MDS, 2007. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org> Acessado em: 28/06/2010.

SOARES, Fabio Veras e al. *Programas de transferência de renda no Brasil*: impactos sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.228.) Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

SOUSA, E. L. **“Que trabalhaiis como se brincásseis”**: trabalho e ludicidade na infância Capuxu. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2004a.

SOUSA, Emilene Leite de. “Trabalho é coisa séria. Brincadeira também: (Ou de como as crianças Capuxu trabalham brincando)”. In: Anais do II Encontro de Pós-Graduação da América Latina. São José dos Campos, 2002. Disponível em: <http://www.alasur.org> Acessado em: 17/07/2011.

SOUSA, Emilene Leite de. “Um outro olhar sobre o trabalho infantil: o caso das crianças Capuxu”. In: **CAOS. Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, UFPB. ISSN/SBN: 1617916. Agosto, 2003. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/caos> Acessado em: 25/05/2013.

SOUSA, Emilene Leite de. Relativizando o trabalho infantil a partir de uma experiência etnográfica: o caso das crianças Capuxu. **Caderno Pós Ciências Sociais** – São Luís, v. 1, n. 2, ago./dez. 2004b. pp. 75-94. Disponível em: <http://www.periodicoseletrnicos.ufma.br> Acessado em: 23/03/2013.

SOUZA, Edilma do Nascimento. **As crianças e o Programa Bolsa Família em Catingueira (PB)**: uma reflexão antropológica da condicionalidade escolar a partir do ponto de vista das crianças. Monografia de fim de curso em Ciências Sociais (UFPB), 70 p. João Pessoa, 2011.

SOUZA, Jordânia de Araújo. **Etnografando a Pitombeira (Várzea/PB)**: disputas e divergências entre origens e direitos a [uma] identidade quilombola. Dissertação de Mestrado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande/UFPG. Campina Grande, 2011.

SUÁREZ et al. O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero – O desafio de promover o reordenamento do Espaço Doméstico e o Acesso das Mulheres ao Espaço Público. Relatório Compreensivo de Pesquisa Apresentado ao MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS) e ao DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (DFID) por AGENDE AÇÕES EM GÊNERO CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO, 2006.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. O direito de participar da riqueza da nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. **Ciência & Saúde coletiva** [online] .vol. 12 (6): 1623-1628. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 27/10/2012.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. 2 ed. São Paulo: Cortez: Editora da Fundação Perceus Abramo, 2002.

VELHO, G. Observando o Familiar. Em NUNES, E. O. (Org). **Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, Otávio. 1995 [1987]. "O cativo da besta-fera". In: Besta Fera — recriação do mundo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. pp.13-44

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. 2006. (Relatório de pesquisa).

WANDERLEY, Maria Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. (org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. EDIUPF: Passo Fundo, 1999. 23-56.

WEBER, M. **Ciência e Política**: duas vocações. Edição original de 1919; Editora Martin Claret: SP, 2005.

WEISSEIMER, Nilson. Juventudes rurais: mapa de estudos recentes / Nilson Weisseimer. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. ; 21 x 28 cm. – (Estudos Nead; 7).

WEISSEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perceus Abramo, 2006.

WEISSEIMER, Marco Aurélio. O impacto do Bolsa Família na educação brasileira. Carta Maior, 13 de mai. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negocia**: o campesinato como ordem moral. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro: Brasília-DF/Rio de Janeiro, 1990.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto . O Programa Bolsa Família sob a ótica dos direitos humanos. Adital, Fortaleza, p. 1 - 5, 04 nov. 2005. Disponível em: <http://www.adital.com.br> Acessado em: 23/03/2011.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**. Número 4, Ano 3, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.com.br> Acessado em: 24/02/2011.

Relatórios:

Sumário Executivo. Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família. **Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Outubro de 2007.

Sites:

<http://www.mds.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.atlasbrasil.org.br>

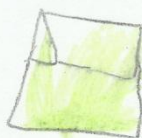
ANEXO
DESENHOS



MARIA DAS GRAÇAS DELIMA
11 anos

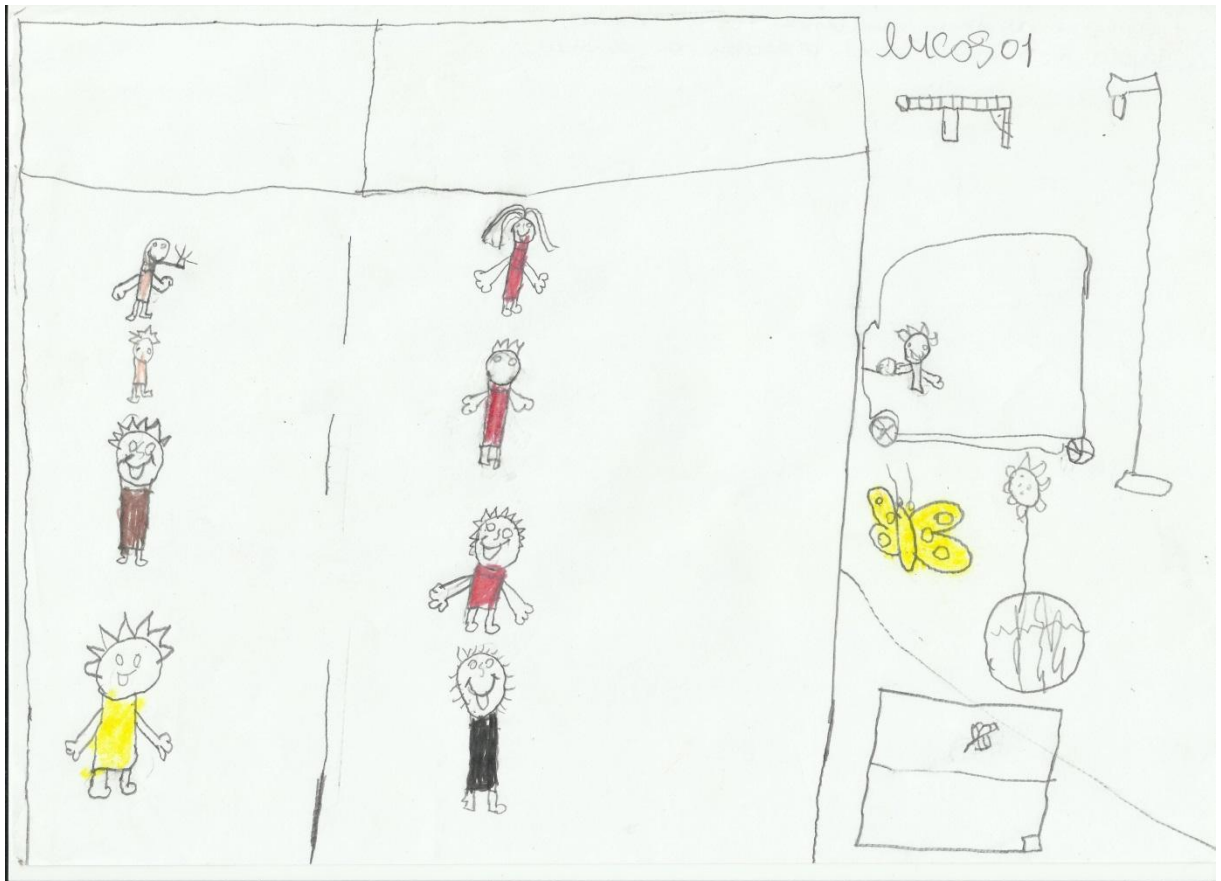


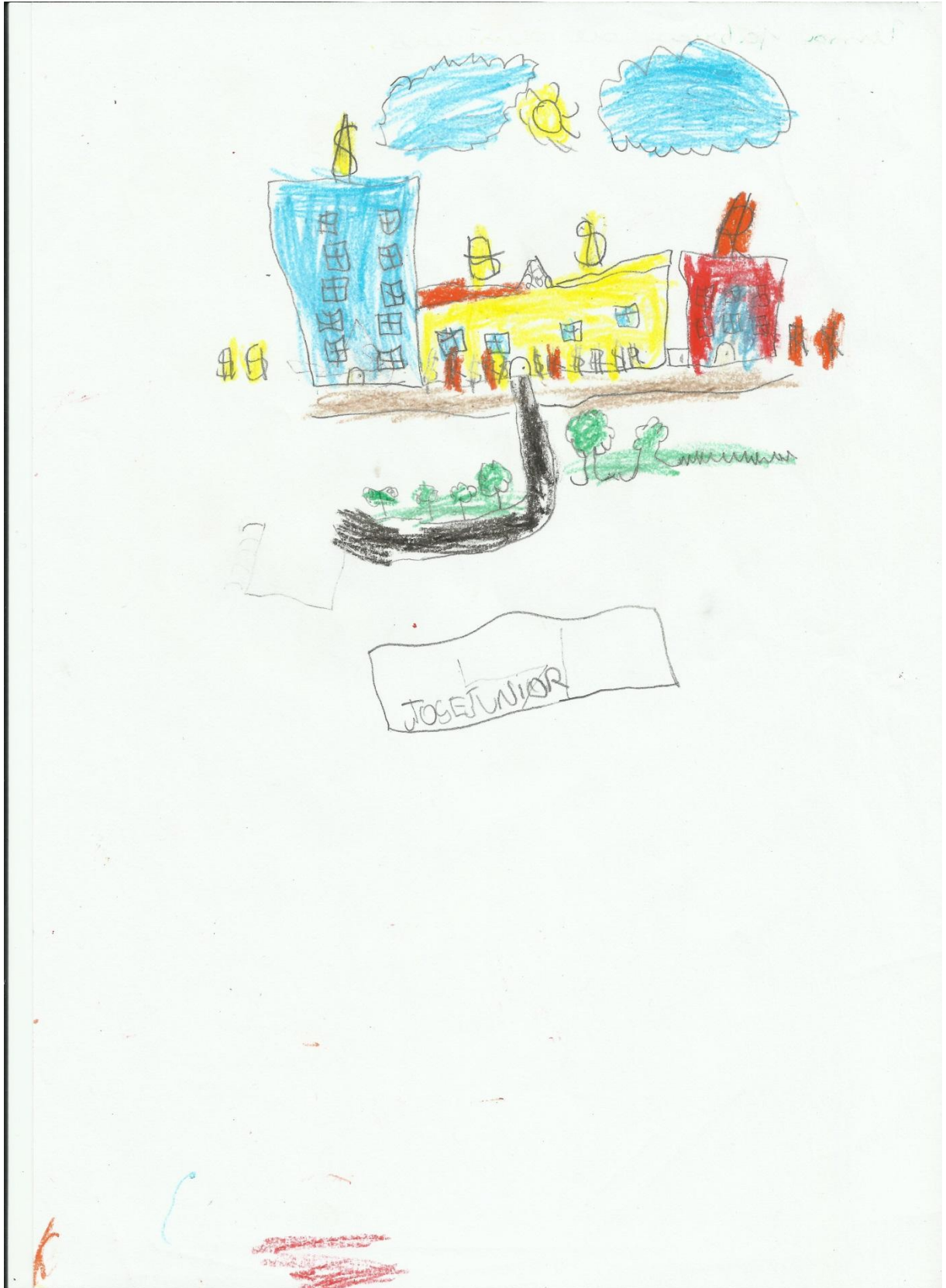
90











ANEXO - FOTO

TOYOTAS



ANEXO

GRUPO ESCOLAR SEBASTIÃO GOMES



ANEXO

FOTOS GUPOS FOCALIS



Imagem 1



Imagem 2



Imagem 3



Imagem 4

ANEXO

FOTOS GUPOS FOCALIS



Imagem 5



Imagem 6



Imagem 7



Imagem 8